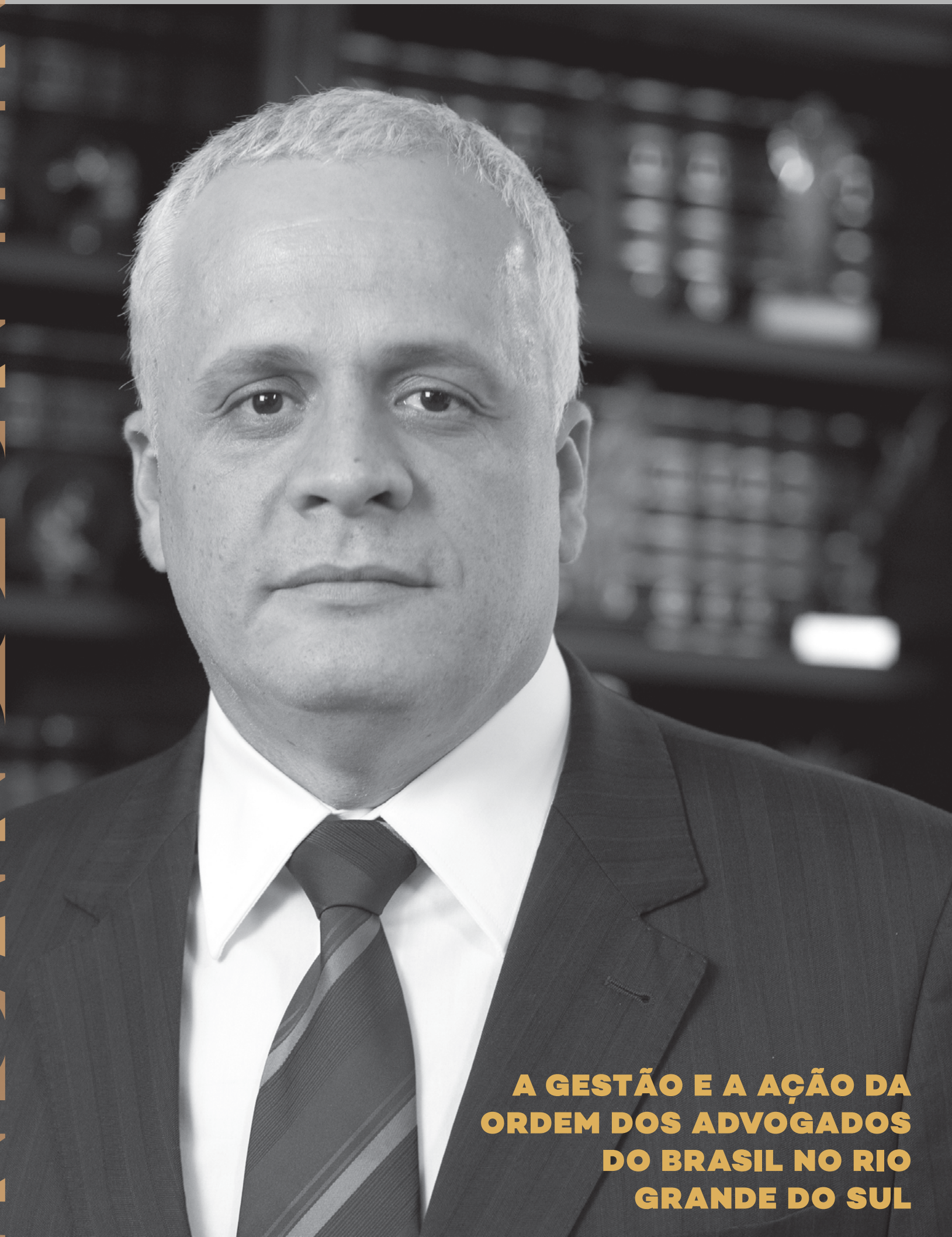


PRESIDENTE OAB 216/2021

RICARDO BRERER



**A GESTÃO E A AÇÃO DA
ORDEM DOS ADVOGADOS
DO BRASIL NO RIO
GRANDE DO SUL**



RIO GRANDE DO SUL

E X P E D I E N T E

Realização: Camejo Comunicação e OAB/RS

Supervisão: Eliana Camejo

Pesquisa, elaboração e edição de textos: Priscila Oliveira

Projeto Gráfico e Diagramação: Eduardo Xavier Fadrique

Colaboração: Sergio Trentini e Lucas Pfeuffer (OAB/RS).

Revisão: Sergio Trentini

Impressão: Copystar Gráfica

Tiragem: 005

Comunicação Social OAB/RS

Coordenador: Sergio Trentini

Jornalistas: Evelyn Berndt, Fabiane Pereira, Filipe Rossau, Lucas Pfeuffer e

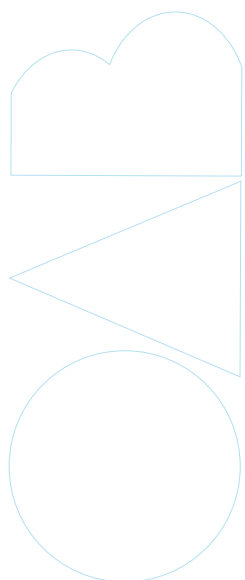
Mariana Mascarenhas

Assistentes de Comunicação: Gustavo de Souza e Rafael Martins

Estagiários: Guilherme Maia e Luyne Barra

Nota: Este livro é uma publicação da Camejo Comunicação em parceria com a OAB/RS e objetiva resgatar e documentar as principais iniciativas desenvolvidas pela entidade entre os anos de 2016 e 2021. O conteúdo está baseado em pesquisas realizadas no site da OAB/RS, nos jornais Zero Hora, Correio do Povo e no site do jornal O Estado de S.Paulo.

Permitida a reprodução do conteúdo, mediante expressa citação da fonte.





SUMÁRIO

1. **Apresentação**

2. **A palavra do presidente: entrevista com Ricardo Breier**

3. **A voz da Diretoria**

- 3.1 Entrevista com o vice-presidente, Jorge Luiz Dias Fara
- 3.2 Entrevista com a secretária-geral, Regina Adylles Endler Guimarães
- 3.3 Entrevista com a secretária-geral adjunta, Fabiana Azevedo da Cunha Barth
- 3.4 Entrevista como tesoureiro, André Luis Sonntag

4 **Pandemia, reação e reinvenção na advocacia**

- 4.1 Desafios da pandemia: articulação interinstitucional e dialógica
- 4.2 A luta pelo pagamento de precatórios
- 4.3 A transformação interna em uma instituição de 89 anos de história
- 4.4 A luta pela atuação profissional durante a pandemia
- 4.5 O ataque hacker e a defesa da tecnologia no Judiciário
- 4.5.1 A atuação pelo eproc na Justiça Federal e os limites da tecnologia

5 **A Ordem na defesa da lei, da cidadania e da democracia**

- 5.1 Nem esquerda, nem direita: o pedido de impeachment de Dilma
- 5.2 Nem esquerda, nem direita: o pedido de impeachment de Temer
- 5.3 Campanha Vote Consciente
- 5.4 Segurança pública: uma política de Estado permanente
- 5.5 Aplicação da Lei nº 13.245/2016: salvaguarda para abusos
- 5.6 Crise no sistema prisional e a humanização do cárcere

5.7 Audiências de custódia

5.8 Isonomia no serviço público

5.8.1 Uma aposentadoria “ímoral e inadmissível”

5.8.2 Uma regalia vitalícia

5.8.3 Um novo privilégio em gestação

6. **Da advocacia para a advocacia**

- 6.1 Plano de Valorização da Advocacia
- 6.2 A construção do eproc na Justiça Estadual
- 6.3 Convênio com o IPE Saúde
- 6.4 Novas sedes, estruturas e coworking
- 6.5 Valorização da interiorização
- 6.6 OAB/RS Cubo – a incubadora de conhecimento
- 6.7 ESA/RS 100% virtual e ao alcance de todos
- 6.8 A esperada regulamentação da advocacia dativa
- 6.9 Defesa dos honorários
- 6.10 Postos avançados do INSS
- 6.11 A marca mais lembrada
- 6.12 Blitz contra a publicidade irregular
- 6.13 Atuação a favor da qualidade da formação acadêmica
- 6.14 CAA/RS: um olhar à saúde e ao bem-estar
- 6.15 Previdência para advocacia
- 6.16 Cooperativa de Crédito da Advocacia
- 6.17 Observatório Legislativo

7. **Linha do tempo OAB/RS 2016 -2021**

1

APRESENTAÇÃO

Este poderia ser apenas um registro protocolar de uma instituição, um livro que fizesse um retrato de um período demarcado na história pelo início e pelo fim de dois mandatos consecutivos de gestão. Não seria pouco, tratando-se de assinalar mais um passo em uma caminhada de uma entidade que alcança quase nove décadas de atuação, soma 106 subseções espalhadas pelo interior do Rio Grande do Sul e mais de 100 mil profissionais associados.

Mas não é o que acontece. A memória assentada aqui, abrangendo um intervalo de 2016 a 2021, não é estanque. Está viva. E isso se dá por dois motivos principais. O primeiro é o enraizamento social e a influência da Ordem dos Advogados do Brasil na vida pública do Rio Grande do Sul e do país. Uma ação promovida pela OAB/RS reverbera para além do presente, ilumina problemas, impõe prioridades, provoca mudanças de longo prazo e traz resultados à sociedade. O segundo motivo diz respeito ao próprio Estado e ao país. Nos últimos anos, o Brasil enfrenta episódios de crises que, em cadeia, seguem gerando efeitos e exigem o posicionamento e a participação de entidades como a Ordem, vocacionada à defesa da democracia e da cidadania. Assim, o que o leitor vai encontrar nas próximas páginas permanece em andamento, um efeito que podemos saudar.

A OAB/RS foi protagonista nas mais graves crises políticas recentes em Brasília. No intervalo de pouco mais de um ano, a entidade não fugiu da sua responsabilidade ao se posicionar, de forma democrática e transparente, enfrentando com independência as pressões partidárias e ideológicas, a respeito dos pedidos de impeachment da presidente Dilma Rousseff (2011-2016) e do presidente Michel Temer (2016-2018). A OAB segue vigilante em defesa da democracia e da Constituição em qualquer situação em que sejam atacadas, da Praça dos Três Poderes ao interior do RS.

As crises não foram apenas políticas. A pandemia de coronavírus impôs exigências e limitações que ocasionaram mudanças internas na Ordem e na sua relação com a sociedade e demais instituições. Sem arredar um milímetro de sua função, a OAB/RS esteve sempre aberta ao diálogo, à colaboração e a soluções pactuadas. A articulação para garantir a atuação segura da advocacia gaúcha nos momentos de maior gravidade sanitária, principalmente na relação com o Judiciário, é o exemplo mais bem acabado de uma representação justa, digna e incansável. É possível dizer que a OAB/RS se reinventou em pouco mais de um ano para continuar desempenhando seu papel fundamental para a cidadania e para a advocacia. É essa história ainda em andamento, com reflexos no futuro ainda desconhecidos, que pretendemos contar nas próximas páginas.

Boa leitura.





Posse - Foto: Vanessa Schneider

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE RICARDO BREIER

"Vivemos uma das maiores crises na história da advocacia"

Presidente da OAB/RS por duas gestões (2016-2018 e 2019-2021), exerceu diversos cargos de diretoria na Ordem em mandatos anteriores. É advogado criminal, doutor em Direito Penal pela Universidade de Sevilha (Espanha), doutor honoris causa pela Universidade da Região da Campanha (Urcamp) e pós-doutorando pela Universidade de Minho (Portugal). Além de professor universitário, é conferencista, membro de diversas entidades, como a Associação Internacional de Direito Penal, e consultor do Internacional Center of Economic Penal Studies (ICEPS), de Nova York.



Foto: Divulgação OAB/RS

A pandemia trouxe diversos desafios para a advocacia. A interrupção de atividades do Judiciário impactou fortemente a atuação dos advogados e das advogadas, impondo, por exemplo, problemas financeiros e consequentes abalos emocionais a muitos profissionais. Como a OAB/RS procurou atuar para abrandar essas situações?

Vivemos uma das maiores crises na história da advocacia. A impossibilidade de trabalhar atingiu milhares de advogados, sendo que alguns abandonaram a profissão. Sem falar nos tantos colegas que perdemos para o vírus, o que é algo irreparável. Diante de tantas dificuldades, a OAB/RS passou a trabalhar em diferentes frentes. Numa ação efetiva, criamos condições de dar suporte financeiro a advogados em situação mais vulnerável. Em uma mobilização nacional, fomos até o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pedir a reabertura dos Foros, bem como o retorno do atendimento presencial e da tramitação dos processos físicos. Trabalhamos diuturnamente para que as prerrogativas fossem respeitadas, dialogando e cobrando posicionamentos das corregedorias dos tribunais e dos órgãos de segurança pública. Criamos uma rede de informações para a advocacia por meio de dezenas de entrevistas em emissoras de rádio e TV. Fizemos reuniões virtuais com as nossas 106 subseções e as nove regionais. Flexibilizamos pagamentos dentro da instituição. Digitalizamos completamente os processos internos, permitindo o andamento de muitas demandas de forma moderna e célere.

Desde sua criação, a OAB se apresenta na linha de frente da defesa da democracia. O país, desde 2013, vive um ciclo de turbulências políticas. Que balanço o senhor faz da atuação da OAB/RS na vida pública brasileira desde a sua posse em 2016?

A OAB sempre lutou pela democracia. É uma caminhada que envolve várias gerações. Somos uma República que já passou por mortes, renúncias e impeachment de presidentes, além de nefastos períodos de ditaduras. Temos de lutar e trabalhar diariamente para que a sociedade amadureça dentro do ambiente da democracia. Exemplo disso foram os anos de 2016 e 2017: quando tivemos de nos posicionar, reunimos nosso Conselho Seccional e debatemos democraticamente qual posição a OAB/RS deveria adotar para sinalizar ao Conselho Federal da OAB sobre o pedido de impeachment de dois presidentes da República consecutivos. Existem instituições que devem ser cobradas e fiscalizadas, mas é fundamental a preservação das instituições para que se tenha a tão fundamental independência dos poderes em nome democracia. Ao mesmo tempo, a OAB/RS foi protagonista nacional ao lançar um grande movimento, nas eleições de 2018, chamado Vote Consciente. Por meio da capilaridade da OAB, levamos essa mensagem da importância e da força de cada voto e suas consequências. Então, tivemos esse compromisso na defesa do voto como ato insubstituível dentro do cenário da democracia.

Em 2020, após anos de negociações, a OAB/RS obteve conquista histórica, a sanção da lei que permite o ingresso

da advocacia no IPE Saúde. Como o senhor avalia essa vitória, tanto para os profissionais da classe quanto para o próprio instituto?

Esta foi a concretização de um antigo sonho da advocacia gaúcha e um avanço também para todos os usuários do IPE Saúde. Ao longo de uma década, foi preciso dialogar com os governos, com os deputados estaduais e com os diretores do IPE. Articulamos ajustes legais, sempre com transparência e mostrando as vantagens dessa mudança para todos os envolvidos, visto que comprovamos a relevância de o sistema receber milhares de novos contribuintes, muitos deles jovens. Além disso, temos uma conquista especial para o advogado do interior, pois o alcance do IPE Saúde chega nos diversos rincões do Rio Grande do Sul. Dessa forma, o incremento do número de associados dará ao instituto maior possibilidade de negociação junto às instituições da área médica, ampliando a capacidade da rede conveniada e evoluindo o plano como um todo para a maioria.

Em 2020, pela primeira vez em mais de 80 anos de existência, a OAB/RS realizou sua tradicional cerimônia de entrega de credenciais de novos advogados em um ambiente totalmente virtual. Desde então, novos colegas de diversas subseções estão recebendo suas carteiras digitais antes mesmo da física. A exemplo disso, que outras mudanças a pandemia trouxe para ficar no cotidiano da OAB/RS?

Desde alguns anos, já percebíamos que a tecnologia tem recursos que podem ser aplicados para facilitar nossas rotinas. A digitalização de processos dentro da OAB/RS

sempre foi um dos principais objetivos da gestão, e o contexto da pandemia acelerou isso. Vejo tal conquista como o maior legado que deixamos para a seccional: moderna, acessível e completamente digital – com todos os seus serviços à disposição do advogado na palma da mão. TED, CSI, CSA, CDAP, Dativos, Solicitação de Benefícios da CAA/RS, tudo isso pode ser feito no Portal da Advocacia, sem necessidade de se deslocar até a sede da Ordem. Além disso, reconheço que a realização de reuniões virtuais também se mostrou exitosa. Conseguimos conversar e nos reunir com as 106 subseções por meio de plataformas digitais. É bem verdade que nada substitui encontros pessoais e o olho no olho; contudo, existem etapas ou momentos que a tecnologia certamente nos permite maior agilidade na resolução de questões e demandas de subseções, por exemplo. Em relação à entrega de credenciais de novos advogados, conseguimos manter rotina de forma virtual, mas será fundamental que os encontros presenciais retornem. Isso porque, adotei uma prática que é apresentar a OAB/RS para todos os novos colegas. Eles precisam conhecer a sede, saber de todos os serviços e entender a dimensão do trabalho da Ordem e da sua importância dentro do Sistema OAB.

A sobrecarga do Judiciário sempre preocupou a OAB/RS em razão da notória morosidade dos processos, que prejudica a advocacia e cidadãos, entidades e empresas que buscam um serviço essencial. Como o senhor analisa essa questão nos últimos anos?

Essa é a situação que mais nos preocupa e fazemos questão de sempre tratar com muita transparência. Até porque somos

muito cobrados pelos cidadãos que procuram e confiam suas demandas aos seus representantes na Justiça, os advogados e advogadas. Somos questionados pelas pessoas sobre os motivos de os processos não avançarem, e alguns acham que falta engajamento ou vontade no trabalho da advocacia. Deixando de lado as exceções, a imensa maioria dos colegas se dedica arduamente no cumprimento de suas atividades. Ocorre que, em nossa avaliação, existem alguns obstáculos que precisam ser superados. Em muitas comarcas, faltam juízes e servidores. Em outras, o rendimento pode ser melhorado. Ainda temos a questão dos milhões de processos físicos, que colaboram pra essa demora de meses – ou até anos – para que os casos tenham definições.

A digitalização de processos é considerada urgente pela OAB/RS. Em 2020, o Judiciário tinha cerca de 3 milhões de ações tramitando unicamente em papel, o equivalente a 76% do total. Como o senhor analisa esse cenário?

O Rio Grande do Sul ficou para trás na questão da digitalização de processos. Há anos alertamos sobre o iminente colapso dos processos físicos às lideranças do Judiciário, que durante muitos anos canalizaram os recursos para outras demandas, e essa situação ficou em segundo plano. Quando a pandemia chegou, as consequências formam ainda maiores. Não é possível afirmar que será um legado da pandemia, mas o fato é que essa realidade do distanciamento social forçou o Poder Judiciário gaúcho a acelerar o tão esperado processo de digitalização. Nesse cenário, ainda houve problemas na

implementação da digitalização, o que atrasou o andamento. É preciso salientar que a advocacia, mais uma vez, contribuiu para algo que não seria de sua responsabilidade: muitos colegas assumiram o compromisso de digitalizar alguns processos, aliviando a carga do Judiciário. Repito: a advocacia não tem responsabilidade e nem é remunerada para essa atividade.

Mesmo em tempo de digitalização de ações e encontros virtuais em razão da pandemia, a OAB/RS chamou atenção para a necessidade de a oitiva de testemunha ser realizada presencialmente nos prédios da Justiça. Qual a razão dessa defesa?

Esse foi um entendimento que nasceu a partir do trabalho do Colégio de Presidentes das Subseções e do Conselho Pleno da OAB/RS. A virtualização e a digitalização no Poder Judiciário se tornaram elementos necessários para a manutenção do funcionamento do sistema e de suas funções essenciais durante a pandemia. Todavia, a natural e necessária implementação tecnológica precisa ser entendida não como protagonista, mas como um fator que dá a assistência necessária para que a cidadania possa alcançar o direito basilar do acesso à Justiça. Enquanto presidente da OAB/RS, recebi dezenas de relatos de colegas que atestaram a instabilidade de sistemas, a ausência do sinal da internet e de restrições que acabaram sendo impostas ao pleno acesso à Justiça. Muitas audiências não puderam prosseguir por dificuldades tecnológicas, outras foram prejudicadas por uma condição que atinge parte da advocacia e da cidadania: o analfabetismo digital. Além daqueles que não conseguem

ingressar na audiência virtual, existem aqueles que não possuem recursos financeiros sequer para pagar o acesso à internet em seu celular ou computador. O acesso à Justiça, garantido na Constituição Federal, pode ficar, portanto, limitado. As audiências virtuais não podem representar um fator de exclusão. Neste contexto, é necessário assegurar as prerrogativas da advocacia. O fato de testemunhas serem peças fundamentais num processo faz com que este momento exija o máximo de cuidados, transparência e clareza do que está ocorrendo. Desta forma, tirar do ambiente presencial e colocar num ambiente virtual, suscetível a eventuais situações que apenas uma das partes está acompanhando, não parece adequado para o devido processo legal.

Em 2021, o Judiciário estadual sofreu um grave ataque hacker que afetou os sistemas por semanas. Como foi a atuação da OAB/RS nesse episódio?

Ninguém está livre de um ataque hacker. Mas também sabemos que, com investimentos adequados, é possível reduzir as chances de uma invasão desse tipo. Naquela oportunidade, a OAB/RS adotou posicionamento de solidariedade ao Tribunal de Justiça, bem como esteve vigilante para cobrar ações da administração do TJRS e mitigar os prejuízos à advocacia e à cidadania. Ao mesmo tempo, reforçamos a relevância de investimentos em áreas prioritárias. Menos prédios de grande porte, e mais investimentos em segurança tecnológica, por exemplo. A nossa maior cobrança foi quanto à falta de transparência e dificuldades de entender o que estava ocorrendo. As informações repassadas pelo TJRS foram truncadas, e isso

gerou muita insegurança na sociedade. Agimos para poder ter mais eficiência na comunicação, mantendo todos informados sobre o restabelecimento gradual do sistema.

Em 2016, no auge de uma crise da segurança pública no Estado, a OAB/RS tomou a liderança de uma campanha para que o poder público enfrentasse a criminalidade com uma política consistente, permanente e eficiente. A OAB/RS classificou o governo estadual como omissos e chegou a defender a criação de uma CPI na Assembleia Legislativa. Como o senhor descreve aquele momento e que balanço pode ser feito do movimento?

A OAB/RS se mobilizou e trouxe o povo à sede da seccional para debater e buscar um norte na segurança pública, que atravessava um momento de desconfiança frente à população. Por meio de audiências públicas, geramos uma discussão importante na sociedade civil. Naquele ano, tentamos dialogar com o governo do Estado, mas as portas não foram abertas. Tentamos alertar sobre o enfraquecimento e o sucateamento dos órgãos de segurança, inefetivos frente os índices de violência cada vez mais altos na capital e no interior. Diante das dificuldades de reação, levamos mais de 7 mil assinaturas colhidas pela Ordem e o apoio de 150 entidades da sociedade civil. Entregamos à então presidente da Assembleia Legislativa, Silvana Covatti, o pedido de abertura da CPI da Segurança Pública. Os deputados não levaram adiante toda essa mobilização, mas percebemos, por ações práticas, que o engajamento da OAB/RS foi fundamental ao gerar uma movimentação do governo estadual para assegurar mais segurança aos gaúchos.

Em 2016, a OAB/RS esteve à frente de questionamentos sobre a criação, iniciada em 2014, de uma aposentadoria especial para deputados estaduais. Em 2021, a Ordem criticou a criação e o pagamento de um auxílio-saúde para integrantes de Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. Qual balanço o senhor faz desse papel de fiscalizador da equidade e do respeito à cidadania assumido pela Ordem?

Temos o maior respeito e defendemos a independência dos Poderes. Acreditamos que investimentos em qualificação e valorização também são importantes. Ocorre que, por vezes, temos um distanciamento entre as realidades vivenciadas dentro das instituições e a vida real dos cidadãos. Somos um país em que 100 milhões de pessoas ainda não têm acesso ao tratamento de esgoto – eu poderia mencionar diversas realidades que criam um chocante contraste com esses auxílios que são aprovados. Reforço: é importante termos um serviço público de qualidade e valorizado. Contudo, a OAB/RS se posiciona quando esse abismo financeiro e social vai aumentando. Desta forma, em vez de estarmos vislumbrando aproximação das realidades, vemos elas se afastando cada vez mais. Esta distribuição de recursos públicos, que por vezes ficam concentrados em alguns setores, já deveria ter sido revisada. A Ordem gaúcha, por meio do seu papel social, faz suas ponderações e cobranças sobre estes auxílios que insistem em reaparecer.

A Ordem também pediu o impeachment de prefeitos suspeitos de envolvimento em irregularidades no interior do Estado. Como foi essa atuação?

Tivemos essas construções com responsabilidade, sem

qualquer viés político. Tem, sim, um viés de cidadania, que cabe à nossa instituição zelar. A OAB/RS é uma entidade apartidária. A nossa bandeira é a Constituição. E nunca é demais lembrar que somos a entidade jurídica de maior credibilidade para os gaúchos por seis anos consecutivos. Entre dois exemplos, citamos nossa participação em casos nos municípios de Montenegro e Farroupilha. Não são momentos felizes quando agimos nesses contextos, mas é preciso atuar quando a moralidade é atingida e existem denúncias graves. O impeachment é a ferramenta popular da indignação da população. Atuamos representando a cidadania dos municípios.

Há algum outro tema da gestão que o senhor gostaria de tratar e que não abordamos nessa entrevista?

Preciso lembrar de duas conquistas que considero das mais marcantes nesses seis anos à frente da OAB/RS, uma para cada triênio: em 2017, a articulação para levar o eproc à Justiça Estadual; e a regulamentação da advocacia dativa em 2020. Ambas conquistas eram anseios antigos dos colegas, que foram construídas com muito diálogo entre as instituições envolvidas, mas, principalmente, alcançadas por meio da iniciativa e do protagonismo da advocacia e sua entidade representativa. A primeira delas, o eproc, nasceu a partir da notável audiência pública do dia 11 de abril de 2017 com a administração do TJRS. Foram mais de 10 mil espectadores on-line e a sala dos Conselho Pleno lotada, onde os advogados trouxeram dezenas de relatos dos problemas sofridos com o antigo sistema e-Themis. O primeiro passo foi dado por nós, e o Tribunal entendeu que precisava mudar. Em novembro daquele ano, o TJRS iniciou oficialmente a transição para o

mesmo processo eletrônico do TRF4. Hoje, quatro anos depois da subseção Encantado ser a primeira comarca do Estado a implantar o sistema eproc na Justiça Estadual, a implementação do processo eletrônico para o ingresso de ações em todas as matérias está completa. A partir da adoção do sistema eproc, avanço significativo na qualidade do trabalho dos advogados e das advogadas pode ser notado. Além de atender a advocacia, principal “cliente” da prestação de serviço jurisdicional, tal mudança teve como pano de fundo um grande beneficiário: o cidadão. A segunda conquista também foi árdua, gradativa e igualmente recompensadora. A regulamentação da advocacia dativa deu seus primeiros passos em meados de 2018, quando o pagamento de honorários aos defensores dativos foi suspenso pelo judiciário, seguindo decisão do STF. Prontamente, nos dedicamos a buscar solução. Naquele momento, precisávamos garantir o pagamento dos colegas que haviam prestado serviço até a suspensão. Então, articulamos para que PGE passasse a ser responsável pelos valores, isso culminou na sanção da lei que assegurou o pagamento da advocacia dativa no Rio Grande do Sul e, posteriormente, a regulamentação. O esforço em prol do aperfeiçoamento do serviço no Estado não parou: cada vez mais pagamentos foram confirmados e reuniões de trabalho com a PGE aconteciam com frequência para avançar no tema. Mas foi em 2020, em meio à pandemia, que a regulamentação foi conquistada por meio da resolução da Lei nº 15.232/2018. Esta foi assinada e oficializada em reunião entre a OAB/RS, PGE e Defensoria. A partir daí, publicamos edital de inscrição para os interessados e foram nomeados os aprovados. Posso dizer que tenho muito orgulho dessas conquistas e saio convicto de que o trabalho desempenhado valeu a pena.



3

**A VOZ DA
DIRETORIA**

ODAR

3.1 ENTREVISTA COM O VICE-PRESIDENTE, JORGE LUIZ DIAS FARA

"Mantive o diálogo com cada um dos atores da advocacia"

Profissional com quatro décadas de trajetória, é formado pelas Faculdades Unidas de Bagé e tem profundo conhecimento em seguridade social, gestão de investimentos, Direito Previdenciário e contabilidade de fundos de pensão. Vice-Presidente da OAB/RS e diretor-presidente da OABPrev-RS, teve o primeiro contato com a entidade em 1985, como integrante da Comissão de Direitos Humanos. Desde lá, apenas por seis anos esteve fora da direção da Ordem. Foi coordenador das subseções, assessor jurídico da presidência, vice-presidente do Tribunal de Ética e Disciplina e presidente da subseção de Bagé.



Foto: Divulgação OAB/RS

Qual o balanço da atuação da vice-presidência da OAB/RS?

Embora esses quase dois anos de pandemia, as plataformas virtuais nos permitiram exercer a atividade. Durante a crise sanitária, nos reunimos virtualmente. Normalmente, visitávamos todas as subseções, mas a pandemia nos ensinou uma forma alternativa de fazer gestão e com isso conseguimos nos reunirmos com as regiões e trazer os pleitos das subseções para as corregedorias dos tribunais. Participei de 479 reuniões, sendo 36 delas com a Corregedoria do Tribunal de Justiça, levando as dificuldades das comarcas para buscar soluções. Tivemos muitos avanços, apesar das dificuldades em razão da falta de pessoal, servidores e magistrados. Mas tudo o que não dependia do suprimento de servidores e de magistrados conseguimos resolver, como a abertura do Foro Trabalhista de Rio Grande. O Fórum de Bagé também estava fechado e não deixavam os advogados entrarem. Conseguimos abrir o Foro para o acesso dos advogados. Fizemos nove caravanas de forma virtual e sete presenciais. Fizemos 69 reuniões para tratar do processo eletrônico. Fizemos 117 reuniões com os presidentes das subseções. Realizamos uma reunião com cada subseção, 113 reuniões regionais virtuais, 24 visitas presenciais e 106 virtuais. Trabalhamos muito nesse período. Durante a pandemia, trabalhamos mais do que se estivéssemos trabalhando presencialmente. Gostaria de ter feito muito mais, mas fiz o que pude. Tenho consciência de que a advocacia precisava de mais do que recebeu, mas recebeu muito. Neste período de pandemia, os órgãos estavam todos fechados e nós estávamos trabalhando. O presidente Ricardo Breier nos

acordava às 7h da manhã para reunião. Tivemos reuniões começando às 20h e terminando às 2h. Sempre preocupados em discutir temas em relação ao funcionamento do Judiciário, atendimento das necessidades dos advogados, especialmente dos colegas mais necessitados que tiveram os seus escritórios fechados com a pandemia.

O senhor acha que a diretoria da Ordem tem conseguido atender melhor as subseções do interior?

Comecei como integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RS em 1985. Tenho uma história que remonta 36 anos de Ordem. Nesse período, fiquei apenas seis anos fora da gestão. O atendimento prestado no passado era completamente diferente do atual. Não tínhamos recursos, apoio, faltava inclusive incentivo para que pudéssemos fazer algo. De 2007 para cá, a OAB/RS mudou completamente. Nos últimos três anos, a OAB/RS teve crescimento enorme, principalmente na preocupação com as subseções, no atendimento das suas necessidades. Em determinadas épocas, por exemplo, tínhamos subseções sem energia elétrica por falta de pagamento. A Ordem não repassava recursos para que as subseções custeassem as necessidades mais básicas. Desde 2007, temos compromisso que foi cumprido à risca: todas as subseções, até o último dia útil do mês em curso, têm o seu repasse na conta. Nunca atrasou um dia. Além do repasse ordinário, sempre que as subseções precisam de suplementação de verba e que é justificada, a seccional alcança, além de inúmeras ações de apoio às subseções. Em 2013, visitei todas as subseções e produzi

relatório sobre a situação delas. Esse documento serviu como instrumento de gestão, um guia identificando as necessidades de cada uma das subseções. De abril a junho, visitei todas as 106 subseções. Naquela caminhada, andei mais de 16 mil quilômetros.

Nos últimos anos, o senhor exerceu importante papel no recebimento e na articulação de demandas de subseções do interior do Estado ao Judiciário. São 106 subseções, um número que exige organização e capacidade de diálogo. Como foi realizar esse trabalho, seus principais desafios e conquistas?

Tive um prazer enorme em realizar todas essas ações. Fiz isso com leveza, com objetividade. Quando a gente faz o que quer, não cansa. Pude conversar com os presidentes das subseções, presencialmente, por telefone, em reuniões virtuais. Tenho prazer em ajudar as subseções. As subseções são as principais células do sistema OAB. É ali que tudo começa, é a base sólida da OAB. É ali que encontramos inúmeras diferenças, diversidade de situações que envolvem a advocacia. Tenho como filosofia de vida: se puder ajudar, fico satisfeito. E acredito que ajudei muito. E muito mais do que ajudar, aprendi. Fui muito mais ajudado do que ajudei. Conheço a realidade da advocacia, de forma envaidecida posso dizer isso. Mantive o diálogo com cada um dos atores da advocacia. Isso me trouxe um conhecimento enorme. Lamento não poder ter visitado mais vezes.

O senhor teve forte atuação na capacitação de profissionais para uso do sistema de processos eletrônicos, o eproc, da Justiça Estadual principalmente no interior. Qual foi a importância da disseminação dessa tecnologia à classe?

Esse trabalho se iniciou ainda na gestão anterior. Naquela época, comentei que precisávamos dar a advocacia instrumentos para que pudesse enfrentar a nova realidade e que precisávamos da certificação digital. O presidente Ricardo Breier comprou essa ideia e saímos pela Estado inteiro para falar sobre certificação digital. A OAB/RS era a última seccional em número de advogados certificados em todo o Brasil. Em 120 dias, passamos para o quarto lugar e, em seis meses, para o segundo. Com isso, fizemos as caravanas da certificação digital. Reunimos a advocacia para falar sobre isso, alertamos os advogados para a necessidade de ter a certificação. Em determinados momentos, fizemos os treinamentos com cinco inscitos. E nós fomos a todos como forma de incentivar o uso da ferramenta. Um dos desafios foi incentivar os advogados que não se integraram à realidade digital. Nossa preocupação era a de não gerar exclusão, o processo precisava ser inclusivo. Assim, o presidente Ricardo Breier criou um treinamento específico para os advogados da terceira idade. Disponibilizamos uma sala no Cubo da OAB para receber os interessados. A primeira turma foi pequena, tinha cinco alunos. Insistimos. A partir disso, todas as turmas lotaram, começaram a faltar vagas. O treinamento durou em torno de cinco meses. Foi com a certificação digital que percebemos a importância de capacitar os nossos advogados. O maior treinamento que realizamos foi em Passo Fundo,

quando reunimos pelos menos 1,2 mil colegas em três turnos. Sempre solicitávamos doações de alimentos não perecíveis em contrapartida, para que pudéssemos ajudar as comunidades carentes. Nessa ocasião, doamos para a Liga Feminina de Combate ao Câncer. Reunimos mais de 5 mil quilos de alimentos. Foi a maior doação já recebida pela Liga. Recebemos uma carta de agradecimento. As capacitações que oferecemos foram pensadas para atender as necessidades mais básicas dos advogados, de forma didática e completa. Descobrimos essa necessidade porque saímos dos gabinetes. Fomos conversar. Visitamos os escritórios para saber das necessidades. Realizamos uma visita em Uruguaiana. Visitamos o advogado mais antigo e o mais jovem na subseção. O advogado mais jovem era um rapaz que tinha o escritório funcionando em cima da oficina mecânica do pai. Uma peça pequena, sem estrutura. Tinha uma mesa e duas cadeiras, com um computador antigo. O advogado estava com diversas dificuldades. A partir disso, lançamos o programa para tornar mais fácil a aquisição de equipamentos de informática por meio de um convênio com a OABCred. Em Bagé, visitamos o advogado mais antigo. Ele não tinha um computador no escritório, não tinha celular. Usava máquina de escrever, não sabia ligar um computador. É com isso que nos preocupamos. Com a realidade. Por isso, me orgulho de estar aqui. Não cheguei aqui por acaso. Fui convidado a ocupar esse cargo. Acho que as pessoas que me convidaram enxergaram em mim algum valor. Me preocupo em não frustrar essas pessoas. Por isso, me dedico. Me sinto orgulhoso de fazer o que faço. Saio de Bagé, viajo quatro horas para chegar aqui.

Em 14 anos, percorri em média, 515 mil quilômetros para estar aqui e fazer o que faço.

Em 2021, o Judiciário sofreu um grave ataque hacker que afetou os sistemas por semanas. Como as subseções sentiram esse impacto e como a seccional agiu para auxiliar os profissionais atingidos?

Fomos surpreendidos pelo ataque hacker em um momento em que estávamos implantando o processo eletrônico e buscando a digitalização dos 3 milhões de processos físicos no Rio Grande do Sul. A pandemia trouxe dificuldades, dor, luto, mas também escancarou problemas antigos que precisavam ser tratados com a devida celeridade, como o acúmulo de processos em papel no Judiciário. A OAB e a Federasul foram as únicas entidades a entrar com procedimentos junto ao CNJ alertando sobre esse problema. São, no mínimo, 6,4 milhões de famílias envolvidas nesses processos. É quatro vezes a população de Porto Alegre, além de 80 mil advogados. Fomos buscar solução para esse problema. Com essas ações que resultaram na reabertura dos Foros, as decisões proferidas pelo CNJ se estenderam a todos os outros Tribunais de Justiça. Os resultados não ficaram limitados só ao Rio Grande do Sul. A pandemia nos mostrou que estávamos no caminho errado. Estávamos com um amontoado de papel. A OAB/RS serviu de exemplo ao digitalizar todos os seus processos. Em 60 dias, digitalizamos todos os processos físicos que tínhamos na Casa. Precisamos creditar essa ação ao André Sonntag, o diretor-tesoureiro da OAB/RS. Ele atuou com uma energia sem fim para que isso acontecesse.

Como estratégia para driblar a impossibilidade de estar presencialmente nas subseções, a diretoria da OAB-RS realizou uma série de visitas virtuais, com diversos encontros realizados por videoconferência. Como o senhor avalia esse modelo para se manter próximo e presente da advocacia durante a pandemia?

Precisamos valorizar as ferramentas tecnológicas. Esses instrumentos facilitam o trabalho, nos aproximam das subseções, dos advogados, principalmente daqueles que residem no interior. Podemos nos reunir de uma forma mais efetiva e ágil em diversos momentos. Temos de dar continuidade a essas ações. Teremos os encontros presenciais, é claro, mas podemos dinamizar encontros e debates de forma virtual, gerando economia de tempo e de recursos financeiros, além de tornar as deliberações mais ágeis. As pessoas que estão fazendo gestão nesse momento viveram muitas dificuldades, conhecem os problemas e estão dispostas a buscar soluções efetivas.

As incertezas provocadas pela pandemia envolvendo saúde e finanças pessoais tornaram ainda mais importante a necessidade de planejamento financeiro pessoal. Sendo presidente da OABPrev-RS, como o senhor analisa a questão do planejamento financeiro e previdenciário para o pleno exercício da advocacia e da qualidade de vida do profissional?

Ter um plano de previdência complementar é atitude responsável. Por isso, estamos desenvolvendo na OABPrev, há

algum tempo, um programa de educação previdenciária e financeira. Em 2008, tínhamos em torno de 700 participantes. Hoje, somos quase 9 mil. O capital era de R\$ 700 mil e hoje alcançamos R\$ 200 milhões. Participar da OABPrev é ser previdente. É preparar o futuro. Aconteceram situações de beneficiários que faleceram e que as famílias não sabiam que poderiam receber os valores. Procuramos essas famílias para repassar os valores. É algo indispensável para a segurança futura dos beneficiários e das suas famílias. O nosso atendimento é individualizado, com foco nas dúvidas e nas necessidades dos usuários. Sou participante do OABprev desde a sua fundação. É um benefício que se torna ainda mais fundamental para aqueles momentos de necessidade. Em todos esses anos, acompanhamos casos de profissionais que sofreram limitações em razão de doenças ou de morte na família e encontraram no plano a sua única fonte de renda. Por isso, ressalto a necessidade de os profissionais priorizarem essas formas de seguridade.

O senhor dedicou muitos anos de trabalho ocupando cargos na administração da OAB-RS. Como o senhor se sente trabalhando pela classe?

Nós, advogados, temos de ter o compromisso com a advocacia. Não temos de perguntar o que a OAB pode fazer por nós. Temos de perguntar o que podemos fazer pela OAB. Não é a busca pelo poder que me faz permanecer na OAB/RS. O que me mantém aqui é a busca por poder ajudar as pessoas. A OAB se preocupa com o futuro da advocacia, com o Judiciário, com a sociedade. A advocacia é o meio, e o fim é a sociedade. Exercemos função de meio, não de fim. Esse é o nosso objetivo: buscar melhorias para a sociedade. Acredito que, por isso, já valha muito a pena ter me dedicado todos esses anos à OAB/RS. A maior fortuna que a OAB/RS me proporcionou foi conhecer pessoas, estar próximo delas e poder ajudar a vencer os desafios que a vida impõe.



**RIO GRANDE DO SUL
GESTÃO 2016/21**

3.2 ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA-GERAL, REGINA ADYLLES ENDLER GUIMARÃES

"Ser advogado é fazer a diferença na vida de todos que nos procuram"

Exerce a advocacia trabalhista, com especialização em Direito Coletivo e Sindical, há 40 anos. Secretária-geral da OAB/RS na gestão 2019-2021, exerceu diversas funções diretivas em mandatos anteriores. Foi conselheira federal durante quatro gestões e integrou a Segunda e a Terceira Câmaras e o Órgão Especial da OAB/RS. Foi diretora do Departamento Cultural, coordenadora Jurídica da Casa do Advogado, ouvidora interna adjunta, assessora do secretário-geral junto ao Departamento Jurídico, coordenadora da Unidade Trend, assessora da Presidência e vice-presidente da Comissão de Cultura e Arte do Conselho Federal.



Foto: Divulgação OAB/RS

A senhora atuou de forma intensa na organização de grandes eventos. Quais as contribuições dessas ações para os advogados e advogadas?

Minha atuação na organização de eventos foi muito significativa. Essa experiência trouxe grande satisfação pessoal por ter tido a oportunidade de contribuir com a defesa e aprimoramento desta atividade tão especial que é ser advogada. Como sempre falo para aqueles e aquelas que ingressam na OAB, ser advogado é fazer a diferença na vida de todos que nos procuram para solucionar seus problemas, sejam patrimoniais, familiares, trabalhistas, comerciais. E isto é o que nos faz sentir verdadeiramente úteis aos nossos semelhantes.

O tema da paridade de gênero foi observado pela gestão. Duas mulheres na diretoria, três diretoras na Caixa de Assistência, a diretora-geral da Escola Superior de Advocacia, a presidente da Comissão de Prerrogativas e quatro colegas gaúchas no Conselho Federal. Além disso, há ampliação da participação feminina nas subseções e comissões. Como a senhora avalia esse cenário?

A paridade de gênero instituída foi o resultado de uma grande e intensa batalha das advogadas. E temos de ter em mente que esse movimento nada tem a ver com poder no âmbito da nossa instituição. Nós, advogadas, queremos trabalhar e decidir as causas da advocacia e da cidadania com nossos colegas advogados. É apenas isto, o reconhecimento de que podemos e devemos contribuir para a defesa da advocacia, do Estado Democrático de Direito e de uma sociedade mais justa e igualitária.

Quais são as próximas fronteiras para ampliar a participação das mulheres na OAB e no mundo da advocacia?

A participação da mulher na OAB e no mundo da advocacia, como em todas as profissões, está consolidada. Isto porque “o lugar da mulher é onde ela quiser”.

No Dia da Mulher, em março de 2021, a senhora saudou a instalação da 4ª Vara Especializada em Feminicídio para o enfrentamento da violência contra a mulher. Além dessa iniciativa do Judiciário, tem sido frequente a ação do poder público para coibir esse tipo de crime, como a Patrulha Maria da Penha da Brigada Militar. Como a senhora avalia a reação da sociedade à violência contra a mulher?

A violência contra qualquer ser humano é inadmissível. Infelizmente, nestes quase dois anos de pandemia, os casos de violência contra a mulher aumentaram. E espero que essa covardia de quem não sabe lidar com suas frustrações e problemas não venha se tornar um hábito. A atuação do Poder Público tem de ser intensificada não só para coibir esse tipo de crime, mas também com campanhas de esclarecimento e de valorização da mulher.

Em 2019, o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência fez homenagem à OAB/RS em razão da sua atuação em prol da cidadania. Que ações em nome da cidadania a senhora destacaria e como a senhora analisa esse papel desempenhado pela Ordem?

As ações da Ordem em promover a inclusão das pessoas com deficiência têm sido intensas e quase diárias. A Ordem,

principalmente pelo trabalho desenvolvido pela Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, tem atuado fortemente para defender os direitos e a inclusão. Mantemos em nosso quadro funcional inúmeros colaboradores com deficiência e que desempenham suas funções com excelência.

O Brasil viveu nos últimos anos turbulências políticas, num cenário de polarização e apelo ao jogo sujo, como o uso de fake news na política. Ao mesmo tempo, a OAB/RS seguiu na linha de frente, liderando ações como a campanha Vote Consciente. Qual a importância desse engajamento?

A Ordem é a defensora do Estado Democrático e da cidadania. Assim, vai estar sempre na linha de frente de qualquer campanha de esclarecimento à população e do combate a tudo que venha a prejudicar a sociedade.

A senhora foi gestora da Ouvidoria e hoje, como secretária-geral, desempenha funções na área de relações humanas. São áreas que demandam diálogo, empatia e escuta atenta. Como a senhora avalia esses dois momentos na trajetória na OAB/RS?

Na realidade, estes dois momentos não diferem muito. A escuta atenta, o diálogo e empatia são fundamentais. Escutar o que os outros têm a dizer é muito importante nas relações humanas e indispensável nas relações de trabalho para desenvolver os objetivos de qualquer empresa ou instituição. Saber ouvir e manter um permanente diálogo com os colaboradores é essencial. Nos dois momentos, procurei dar o melhor de mim. Espero ter desempenhado satisfatoriamente as duas funções.

3.3 ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA,
FABIANA AZEVEDO DA CUNHA BARTH

"A paridade de gênero trará benefícios para a advocacia"

Formada pela UFRGS, obteve uma série de conquistas: primeira colocação na turma, efetivação em escritório privado e, logo em seguida, aprovação em concurso público, tornando-se procuradora do Estado. Após passagem por comarcas do interior, voltou a Porto Alegre e passou a exercer funções na OAB/RS. Integrou comissões, o conselho seccional, o Órgão Especial e a Primeira e a Segunda Câmaras. Integrou e presidiu a Comissão Nacional da Advocacia Pública e foi coordenadora-geral das comissões. É mestre em Instituições de Estado pela PUC-RS e especialista em Direito Tributário pela Unisinos.



Foto: Divulgação OAB/RS

O cargo de coordenadora-geral das Comissões da OAB-RS poderia ser comparado ao de regente de orquestra. Cabe ao responsável afinar o trabalho de um grande número de colegiados, que atuam em diversas frentes, como direito tributário, seguridade social, direito da pessoa com deficiência, direito do idoso, direito da mulher. Como foi exercer essa função e que resultados a senhora apontaria?

Mais do que uma resposta subjetiva, creio que os resultados, dados objetivos que alcançamos no período, bem demonstram que estivemos afinados, para seguir na metáfora da regência proposta na pergunta, com os anseios da advocacia. Realizamos aproximadamente 500 eventos nos três anos de gestão com mais de 60 mil advogadas e advogados inscritos, este último número apenas do período virtual, isto é, de 2020 e 2021, sem contar termos proporcionado aos colegas da advocacia e à comunidade jurídica em geral o acesso às solenidades e aos eventos da OAB/RS por meio do canal da seccional no YouTube. Em tempo real, diretamente pelo Portal da Advocacia, também uma novidade que disponibilizamos nesta gestão, ou para consulta posterior pelo canal OAB/RS no YouTube, estivemos auxiliando a advocacia na condução dos mais diversos temas, desde como funciona o eproc até atualizando sobre temas de áreas que demandaram olhar atento, tais como as áreas de publicidade na advocacia, com a edição de um novo provimento pelo Conselho Federal da OAB, e da adaptação dos próprios escritórios à Lei Geral de Proteção de Dados.

Ainda em 2019, aprimoramos o fluxo dos trabalhos por meio da Resolução nº 13/2019, referendada pelo Conselho Seccional, de modo que conseguimos obter maior eficiência na coordenação

das dezenas de comissões. Certamente, os resultados que referi se devem a um conjunto de fatores que nos permitiram, mesmo num cenário de grandes dificuldades, como o vivenciado numa pandemia, adaptarmo-nos à realidade virtual e seguir prestando um serviço público de qualidade à advocacia e à cidadania, atuando coletivamente com os diversos e grandes nomes da advocacia que integram as comissões da seccional e com um conjunto qualificado de colaboradores das áreas da Secretaria das Comissões, da Secretaria-Geral, dos Eventos, da Comunicação Social e da Tecnologia da Informação, instrumentos sem os quais seria impossível apresentar a belíssima sinfonia que tocamos.

As comissões permanentes também realizaram dedicado e destacado trabalho, devendo ser referido que a Comissão de Fiscalização do Exercício Profissional atuou em 784 processos no período, sendo que a Comissão de Seleção e Inscrição apreciou o pedido de inscrição de 9.220 novos profissionais, cujas credenciais foram entregues em 61 solenidades, e 1.265 novos(as) estagiários, cujas credenciais para o exercício profissional foram entregues em 27 solenidades, as quais tive a honra, pessoalmente, de forma presencial ou virtual, de conduzir. Por sua vez, a Comissão de Sociedade de Advogados tem registradas 11.620 sociedades de advogados e sociedades individuais, sendo que, destas, 9.390 encontram-se ativas. A Comissão de Defesa da Assistência e das Prerrogativas merece um capítulo destacado, daí não adentrarmos neste tema específico, sendo de mencionar, todavia, que fez novamente um trabalho diuturno enfrentando e combatendo violações às prerrogativas profissionais, sendo, ainda, criada no período a Escola de Prerrogativas, para formar tanto colegas que atuam

prestando assistência aos demais quanto informar a advocacia quanto às prerrogativas, que são prerrogativas da própria cidadania, na medida em que a advocacia é exercício de múnus público.

Ainda foi possível, mesmo num cenário desfavorável e de grande instabilidade econômica e social, criarmos a Comissão de Infraestrutura, Parcerias Público-Privadas, Concessões, Licitações e Desestatização, a Comissão de Proteção e Defesa dos Direitos dos Animais, a Comissão do Terceiro Setor e a Comissão de Reforma Política. Além disso, a partir de nossa proposição ao Conselho Seccional, que assim aprovou, tornamos permanentes as Comissões de Diversidade Sexual e Gênero, de Igualdade Racial, de Seguridade Social, de Relações Internacionais e do Mercosul e dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Com este apanhado, penso ter demonstrado a grandeza dos resultados obtidos, fruto, repita-se, de um trabalho efetivamente coletivo e bastante árduo, que esperamos tenha correspondido às expectativas da advocacia para a atuação das comissões na gestão 2019-2021.

A senhora coordenou a realização de uma série de atividades e eventos on-line, principalmente durante a pandemia. Um exemplo foi a IX Conferência Estadual da Advocacia, uma programação de três dias, com 18 painéis que contaram com participantes como o ministro do STF Luís Roberto Barroso e o palestrante Clóvis de Barros Filho, que falou sobre mudar, reconstruir e reinventar. Quais foram os desafios de reinventar uma tradicional conferência em meio a uma pandemia?

O primeiro desafio foi de convencimento interno. A própria

diretoria tinha dúvidas sobre a realização de uma conferência estadual nesta modalidade. Felizmente, a partir de um posicionamento favorável do nosso presidente, tendo acreditado que fosse possível realizar a primeira conferência 100% on-line, atendendo as necessidades do momento, abordando temas que demandavam a participação de autoridades sobre os mais variados assuntos, dentre eles a própria aceleração do processo de virtualização da Justiça por força da pandemia, alcançamos o objetivo de fazer uma conferência histórica, que contou com a maior participação de todos os tempos da entidade, com mais de 6 mil inscritos, sendo que segue até hoje com inúmeras visualizações no canal da OAB/RS no YouTube, de maneira que sua mensagem alcançou público superior a 10 mil pessoas. Na abertura da conferência, demonstramos e reforçamos, mais uma vez, a relevância institucional da OAB, contando com a participação das autoridades máximas das instituições do Estado. Importante também destacar que um planejamento adequado garantiu que, mesmo com inúmeras tentativas de derrubada do sistema da conferência, com identificação de milhares de conexões ao sistema com o objetivo de que caísse, não houvesse qualquer solução de continuidade na realização e transmissão do evento. As milícias digitais, algo a que logo fomos chamados também a nos manifestar após o ataque cibernético ao sistema e-Themis, operado pelo Judiciário estadual, não lograram êxito conosco, inclusive pela consciência de que esse é o maior risco ao qual às instituições e, por que não dizer, a humanidade na era digital está sujeita.

O que fizemos em 2020, ainda sob o impacto da pandemia, cumprindo as regras regimentais de realizar as conferências

estaduais no segundo ano da gestão e com absoluto êxito, foi pioneiro comparativamente às demais seccionais e a nossa própria história, demonstrando que, por maior que seja o desafio, a firmeza de propósitos, a contração para o trabalho e a seriedade na condução das questões institucionais são motores que viabilizam nos reinventarmos diante do inesperado e superar com sucesso os obstáculos que se apresentam. Aliás, a experiência da conferência nos permitiu também organizar uma solenidade diferenciada, já desta feita de modo híbrido, o que foi viabilizado pela alteração das regras sanitárias locais, por ocasião da passagem do dia 11 de agosto de 2021, realizando-se a Sessão Magna da Advocacia com a presença física da grande maioria das personalidades homenageadas em estúdio e transmitindo-a ao vivo, possibilitando sua visualização por milhares de advogadas e advogados, ou seja, ampliando a voz da seccional e conferindo ainda mais destaque aos justamente homenageados. Nesse sentido, inclusive foi disciplinada a criação do diploma Honra ao Mérito da OAB/RS, criada pela Portaria nº 0414/2021. A Honra ao Mérito da OAB/RS consiste em um título dado a pessoas ou instituições que atingiram o reconhecimento de sua atuação em favor da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Sul, colaborando no desenvolvimento de suas atividades, visando ao aprimoramento da advocacia e, por conseguinte, da sociedade, a ser concedida uma única vez a cada gestão da seccional, por ocasião das celebrações do último mês de agosto do último ano de gestão, para, no máximo, cinco pessoas físicas e/ou jurídicas. Todas essas entregas estiveram sob minha responsabilidade. Todavia, necessário dizer que, embora esses eventos e solenidades de maior ressonância externa, enfrentamos

também grande desafio no funcionamento regular da própria seccional em tempos de pandemia e penso termos bem nos desincumbido, com extrema rapidez e efetividade, em passar a realizar nossas sessões de julgamento de modo remoto, garantindo sustentações em tempo real para as partes envolvidas e, precedendo a isso, digitalizando todos os nossos processos administrativos. Como a tramitação eletrônica já era um objetivo da gestão e tínhamos conveniado com o TRF4 a utilização do sistema SEI, criado pelos servidores do próprio Tribunal, conseguimos com muita rapidez conduzir o treinamento tanto dos nossos(as) colaboradores(as) na utilização do sistema quanto dos(as) nossos(as) conselheiros(as), de maneira que, em 29 de julho de 2020, realizamos, após termos providenciado a devida regulamentação, a primeira sessão de julgamento das Câmaras Julgadoras de OAB-RS, que conduzi como presidente da Segunda Câmara Julgadora, tendo sido um momento digno de registro na nossa seccional e nova demonstração da capacidade de gestão de crises desse grupo diretivo.

Que balanço a senhora faz das atividades que foram oferecidas não só aos advogados, mas também para profissionais de outras áreas?

O balanço é, sem dúvida, positivo, na medida em que aproximamos a OAB-RS da advocacia e da sociedade, considerando que ampliamos nossas atividades, tanto em volume de eventos quanto propiciando o conhecimento de exposições de palestrantes renomados nacional e internacionalmente, e alcançamos números inéditos de participação, ainda que num cenário de crise. Todavia, essa

democratização das atividades institucionais não poderá fechar os olhos à realidade dos excluídos digitais e nem mesmo descurar do fato de que atuamos com uma ciência social, que jamais poderá prescindir do contato físico, da percepção pessoal, que jamais poderá ser completamente automatizada, mecanizada. Adaptamo-nos às necessidades, aprendemos a utilizar novas ferramentas, compreendemos os benefícios que elas nos trazem, mas, num processo de retomada de normalidade, não poderemos prescindir do presencial e o desafio será encontrar a justa medida para nossa atuação.

O tema da paridade de gênero foi observado pela gestão. Duas mulheres na diretoria, três diretoras na Caixa de Assistência, a diretora-geral da Escola Superior de Advocacia, a presidente da Comissão de Prerrogativas e quatro colegas gaúchas no Conselho Federal. Além disso, há ampliação da participação feminina nas subseções e comissões. Como a senhora avalia esse cenário?

Esse cenário precisa evoluir para a igualdade de gênero material. A ocupação de espaços de poder na seccional por advogadas tem de se naturalizar. Não podemos ser exceção. Num cenário de número de advogadas inscritas na seccional inclusive superior ao número de advogados, não se pode cruzar os braços para a realidade de termos tido apenas uma única presidente da seccional, há mais de três décadas, e outra vice-presidente, além da própria presidente, há mais de duas décadas. Esse é um dado da realidade, um dado objetivo, que demonstra que o sistema afasta as advogadas de tais posições. Evidente que a questão não é apenas de mérito. Estamos num momento de imposição de paridade de gênero nos cargos

diretivos necessário para acelerar o processo de igualdade material que seria alcançado num futuro muito distante em prejuízo não apenas de inúmeras advogadas qualificadas que veriam seus esforços seguirem a ser subjugados por uma estrutura forjada numa sociedade patriarcal, mas em prejuízo da própria advocacia como um todo que seguiria privada de lideranças de qualidade em razão de discriminações de gênero, ainda que invisibilizadas. Não é simples mudar uma cultura com práticas recorrentes de apropriação de proposições de mulheres por homens em espaços públicos, cultura que tende a estigmatizar negativamente mulheres com falas públicas impositivas, que tende a colocar as mulheres num espaço doméstico, privado, e os homens nas posições de liderança, de poder e representação públicas, uma cultura que destaca atributos estéticos das mulheres nos espaços públicos (seja para ridicularizá-las, seja para sexualizá-las ou fazer ilações desrespeitosas sobre as origens da sua ascensão profissional) e invisibiliza suas qualidades intelectuais. Assim, vejo esse cenário sem falsas esperanças e sem romantizar nossa realidade, que exige um esforço verdadeiramente coletivo e sincero em favor da efetiva igualdade de gênero para que tanto paguemos a metade da conta quanto possamos de forma real termos poder na tomada de decisões. Em resumo, temos muito a fazer para sair das funções de secretaria e sentar-se à mesa em sua cabeceira.

Quais são as próximas fronteiras para ampliar a participação das mulheres na OAB e no mundo da advocacia?

Creio que grandes passos têm sido dados, desde a aprovação da Lei Julia Matos, na gestão do presidente Claudio Lamachia no

Conselho Federal da OAB, com determinante atuação da conselheira pelo Distrito Federal, Daniela Teixeira, havendo hoje previsão, no Estatuto da Advocacia, de prerrogativas próprias das advogadas, bem como pela aprovação do Projeto Valentina, Projeto Paridade Já, pelo Conselho Federal da OAB, em 2020, aplicável para as eleições de 2021 em todas as seccionais, garantindo paridade de gênero em todos os órgãos diretivos do sistema OAB e não relegando as advogadas posições de suplência exclusivamente. Aliás, neste último tema de destacar a atuação da seccional do RS, que foi a primeira, por sua presidência e diretoria, a se posicionar favoravelmente à aprovação da matéria, em evento também histórico que tive a honra de propor, organizar e coordenar os trabalhos, realizado no dia 14 de julho de 2020.

Atualmente e daqui para frente, os problemas são e serão de outra ordem, seja pelo movimento natural de forças contrárias à mudança, seja pelo cenário de crise e falta de coesão social no qual esses avanços estão sendo implementados, seja, ainda, por um cenário propício à desinformação potencializado pelas redes sociais que notadamente atinge mais fortemente às mulheres que “ousam” liderar. As atenções terão de ser redobradas para essas questões e cada vez mais ganhará importância a atuação, de advogadas e de advogados, de dirigentes de Ordem, focada em demonstrar os benefícios para a coletividade que a paridade de gênero trará tanto para a advocacia quanto, repita-se, para a sociedade como um todo.

Há algum outro tema da gestão que a senhora gostaria de tratar e que não abordamos nessa entrevista?

Gostaria de registrar que, olhando a gestão ao seu final, já em

retrospectiva e, portanto, com certa e necessária perspectiva, finalizo por concluir que, embora tenha sido uma gestão de reeleição do presidente Ricardo Breier, um líder admirável a propósito, acabou por ser também, mas não apenas por força de externalidades, verdadeiramente disruptiva. Desde o seu início, começamos alternando a forma de notificações e intimações dos atos administrativos, que passaram a ser realizados pelo Diário Eletrônico da OAB, que esteve disponibilizado a partir de 31 de dezembro de 2018. Dessa forma, já iniciamos criando novas rotinas internas e passando a alterar a forma de funcionamento de uma estrutura organizada há décadas para publicação de atos, notificações e decisões dos órgãos da Ordem de outra forma. Ainda há evoluções a serem propiciadas, aliás como sempre há nas instituições que longe estão de serem obras prontas, mas, no âmbito das questões encaminhadas pela secretária-geral adjunta, procuramos fazer todas as adaptações possíveis e adequadas.

De igual forma, ainda no primeiro ano da gestão, seguimos alterando a regulamentação do funcionamento das comissões, criando regramento único e geral para seu funcionamento, o que igualmente implicou em grandes alterações no modo de operar das comissões, aprimorou seus fluxos, contribuindo para que todas atuassem com dedicação total aos temas de suas competências em trabalho coordenado com a presidência da seccional.

Ainda que surpreendidos e abalados pela pandemia, conseguimos nos adaptar, nos reinventar e agir para que o sistema de Justiça como um todo seguisse prestando seus serviços. Por maiores os obstáculos e as dificuldades nos diálogos interinstitucionais que tivemos de travar e por mais distante que tenhamos ficado das soluções ideais, resistimos.

Virtualizamos o possível e reivindicamos o retorno ao presencial tão logo viável com segurança sanitária, certos de que a advocacia e a cidadania exigem o real, para além do virtual. Seguimos sendo disruptivos quando aprovamos o funcionamento da Segunda Câmara Julgadora em três turmas, possibilitando a aceleração da tramitação de processos administrativos em grau recursal e de competência originária da Câmara em matéria ético-disciplinar. Fomos ágeis na regulamentação da seccional do termo de ajustamento de conduta aprovado pelo Conselho Federal da OAB, bem como na realização de audiência pública para discutir a regulamentação dos limites da publicidade no exercício das funções advocatícias, tema que comporta inúmeros vieses e difíceis consensos.

E, enfim, encerraremos a gestão realizando o projeto-piloto de eleições on-line com as seccionais de Santa Catarina, Paraná, Maranhão e Distrito Federal, tendo partido de nossas mãos a redação das alterações regimentais que viabilizarão que, para a advocacia gaúcha, o futuro seja o presente com a facilitação do acesso dos eleitores(as) advogados(as) às eleições da seccional, viabilizando a maior amplitude possível do colégio eleitoral, mantendo a segurança do sistema e assegurando a realização do sufrágio sem riscos à saúde da advocacia, legitimando os(as) eleitos(as) a seguirem dedicando-se à causa da advocacia e da OAB, assim como fizemos nos últimos três anos.

Agradeço a todas e a todos que contribuíram para que essa caminhada fosse encerrada com a sensação de dever cumprido e de que o esforço, que não foi pouco, para conciliar tantas e variadas atividades, foi efetivamente aplicado em favor dos propósitos que o motivaram, quais sejam: contribuir para o aprimoramento institucional da advocacia e, portanto, da sociedade gaúcha.

3.4 ENTREVISTA COM O TESOUREIRO, ANDRÉ LUIS SONNTAG

"Trabalhamos duro para informatizar a OAB/RS"

Com mais de 25 anos de experiência profissional, dedicou sua carreira única e exclusivamente ao exercício da advocacia. É sócio-fundador da Sonntag Advogados Associados, com sede em Porto Alegre. Há mais de uma década, dedica-se ao desenvolvimento da OAB/RS, atuando em funções diretivas. Foi secretário-geral adjunto e diretor-tesoureiro da CAA/RS e atualmente é diretor-tesoureiro da OAB/RS. Foi escolhido coordenador-geral do projeto OAB/RS Digital para o triênio 2019/2021. É formado pela UniRitter.



Foto: Divulgação OAB/RS

O senhor é responsável pela administração financeira da Ordem, assim como pela arrecadação, dependente da anuidade dos membros. Quais foram os principais desafios da gestão financeira, principalmente no momento de enfrentamento da pandemia de coronavírus?

O principal desafio foi ajustar as despesas em função da redução das receitas, pois a pandemia e a situação econômica afetaram não só os advogados, mas toda a sociedade. Cortar gastos, sem prejudicar o trabalho, buscando renegociações e alinhamento dos contratos, bem como negociar carências e reduzir despesas correntes, foi desafiador.

Na inauguração da nova sede da subseção de Canoas, em 2021, o senhor foi saudado pelos colegas pela capacidade de manter o orçamento equilibrado e conduzir as obras em todo o Rio Grande do Sul. Que balanço faz dessas atividades?

Os investimentos restaram viabilizados pois sempre tivemos uma prática: só começar uma obra se tivermos todo o dinheiro para terminá-la, sem depender de eventos intercorrentes, como foi o caso da pandemia. Fazer as obras de Canoas e Caxias do Sul foi um desafio, pois ainda vivíamos na pandemia, mas já tínhamos provisionado recursos, por isso conseguimos cumprir com a promessa feita.

A pandemia trouxe uma realidade ainda mais dependente da tecnologia. O que a OAB/RS tem feito para acompanhar a aceleração da demanda por novas ferramentas virtuais?

Talvez um dos maiores legados desta gestão foi que, desde 2016, trabalhamos duro para informatizar a OAB/RS. Processos e sistemas foram revistos, adaptados e desenvolvidos. A ESA 100% digital não parou durante a pandemia, graças ao uso das ferramentas adquiridas para viabilizar a continuidade dos

curiosos de forma on-line. As comissões também passaram a realizar suas reuniões e eventos on-line. Outra grande revolução foi a digitalização de mais de 7,5 mil processos internos de TED e Câmaras. Usando o sistema SEI, cedido pelo TRF4, juntamos forças e digitalizamos todos nossos processos e indexamos na ferramenta. Do limão, fizemos uma limonada, com recursos humanos da própria casa, sem custo extra para OAB/RS.

Durante as duas gestões, a OAB/RS esteve atenta às necessidades estruturais das suas unidades. O senhor poderia quantificar as ações voltadas as reformas, manutenções e investimentos na melhoria das sedes?

Desde de 2016, foram inúmeras reformas e manutenções na nossa sede e nas subseções, mas em termos de obras novas destacamos a construção das sedes de São Gabriel, Palmeira das Missões, Santiago e Pelotas (estas duas com tecnologia avançada, inovadora e sustentável), Rosário do Sul e, para fechar com chave de ouro a gestão, em plena pandemia, construímos e entregamos Canoas e Caxias do Sul.

A OAB/RS adotou um modelo sustentável para a construção das suas sedes. Quais os benefícios e as vantagens desse tipo de construção?

Inovação, sustentabilidade, rapidez, economia e praticidade. Essas foram as palavras de ordem.

Há algum outro tema da gestão que o senhor gostaria de tratar e que não abordamos nessa entrevista?

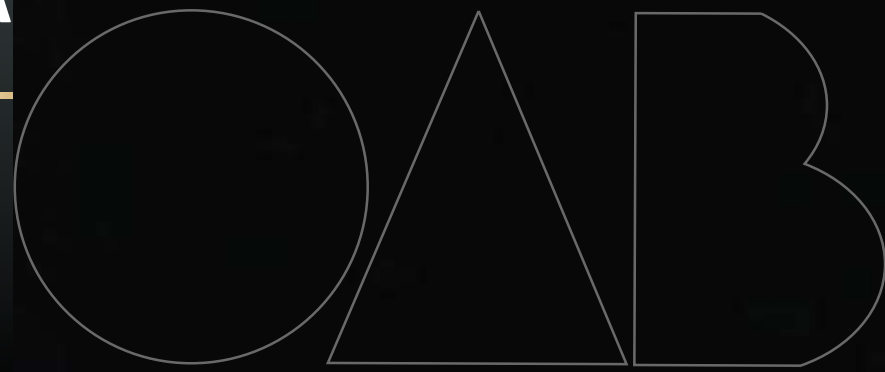
Outro grande legado que deixaremos para OAB/RS foram as eleições de 2021. Fizemos um esforço para que o processo fosse 100% virtual e on-line, porém de forma inovadora e inclusiva. Pudemos atender a toda advocacia, ou seja, sendo possível votar de seus lares, escritórios, celulares, computadores, tanto com certificado digital ou com PIN encaminhado para o e-mail/celular cadastrado. Também demos a opção de voto presencial nas 106 subseções e na capital, com 30 urnas espalhadas na ADVB e na Unidade Cubo. Inovação, transparência, segurança, confiabilidade, sustentabilidade e rapidez, essa foram as principais características desta eleição.





4

**PANDEMIA,
REAÇÃO E
REINVENÇÃO
NA ADVOCACIA**



Em agosto de 2020, a pandemia do coronavírus já completava seis meses no Brasil e no Rio Grande do Sul, impondo medo, mortes, luto e danos econômicos e sociais. Os piores momentos ainda estavam por vir, mas havia vigor, liderança e prumo em muitas frentes da sociedade, como na OAB/RS, que naquele mês não deixou de realizar a 9ª Conferência Estadual da Advocacia para mostrar que a categoria resistia às adversidades. Tornando-se a primeira seccional brasileira a realizar o evento de forma completamente virtual.

Um dos convidados a falar no evento virtual, o conferencista sobre ética e filosofia, Clóvis de Barros Filho, abordou o tema “Mudança: viver é mudar, reconstruir, reinventar”. Diante de centenas de ouvintes, Barros Filho disse que, para inovar, não basta fazer diferente, pensar diferente ou sentir diferente. É preciso fazê-lo com valor. “Cada passo que damos, é uma ruptura com o passado. E cada passo que damos é uma inovação. Contudo, muitos caminhos são nefastos, ineficazes. Então, é preciso entender quando o novo vale a pena”, destacou. A profunda reflexão de Barros Filho sintetizou um caminho que a própria OAB/RS buscava construir desde março de 2020, quando a avalanche do coronavírus desabou sobre o país, e seguiu fazendo nos meses seguintes. A crise provocada pelo vírus exigiu reação e reinvenção na advocacia em uma forma e velocidades inéditas. E a cada novo passo, a entidade entendia que valia a pena.

4.1 DESAFIOS DA PANDEMIA: ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E DIALÓGICA

Em março de 2020, quando as imagens do exterior mostrando pacientes acamados e médicos cobertos por equipamentos de proteção individual já apontavam o caos que se instalaria no Brasil se medidas não fossem tomadas, a OAB/RS assumiu seu

papel de protagonista na sociedade civil e estabeleceu ações de prevenção e de enfrentamento às dificuldades que viriam.

Para reduzir o risco de contágio, a Ordem estadual foi uma das primeiras organizações a suspender as atividades presenciais e orientou as subseções a fazer o mesmo, reforçando a prestação dos serviços por meio de teletrabalho. Enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhecia o coronavírus como uma pandemia de risco mundial e ampliava a apreensão em todo o planeta, a OAB/RS estruturou o Comitê de Crise da Covid-19 para obter e sistematizar subsídios para suas futuras decisões envolvendo o tema. O colegiado foi constituído pelas diretorias da OAB/RS e da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/RS). Era preciso ter base firme para deliberar com mais agilidade e de forma objetiva no trabalho de defender as prerrogativas da advocacia e os direitos da cidadania.

Guiada pelas definições do Comitê de Crise, a entidade tomou medidas efetivas a fim de minimizar e evitar consequências nocivas tanto à saúde dos advogados e das advogadas quanto ao desenvolvimento regular de suas atividades profissionais. Inicialmente e de forma urgente, foram adotadas ações no sentido de contenção de aglomerações, prevenção e redução dos riscos de disseminação da doença para a advocacia em eventos internos e junto aos órgãos do sistema de Justiça, com o menor prejuízo possível ao exercício profissional. Por deliberação do Comitê de Crise, a seccional antecipou a campanha de vacinação da CAA/RS contra a H1N1, ampliando a sua cobertura. Foram aplicadas 18,5 mil doses vacinas no Estado.

Como ainda pouco se sabia sobre a propagação do vírus e formas de contaminação, a Ordem se posicionou favoravelmente à suspensão dos prazos processuais e a um período de preservação da saúde das pessoas. A entidade enviou ofícios aos presidentes dos principais tribunais do

Estado, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4) e Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), solicitando a suspensão do expediente forense e instalação de um sistema diferenciado de atendimento de urgência.

Na esteira, a Ordem solicitou a liberação de alvarás e ordens de pagamento a tribunais e corregedorias, o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) e a suspensão de prazos ao INSS. Aos bancos, solicitou que advogados pudessem sacar alvarás não presencialmente. O diálogo com representantes do Judiciário, dos outros poderes e de diversos órgãos públicos se tornou constante a ponto de a entidade ter chegado ao fim daquele ano com mais de cinco centenas de ofícios expedidas. Foi por meio dessas ações e diálogos que o trabalho da advocacia passou a ser reconhecido, na política de enfrentamento à pandemia do governo estadual, entre as atividades essenciais aptas a funcionar. A medida garantiu a abertura dos escritórios de advocacia de acordo com as regras de distanciamento social.

Ainda com foco em minimizar os impactos individuais, financeiros e sociais da crise sanitária à classe, a Ordem decidiu prorrogar o pagamento das parcelas da anuidade para os profissionais que optaram por parcelamento. Houve também a criação e a manutenção de auxílios financeiros solidários. A Cooperativa de Crédito dos Advogados do RS ofereceu linha de crédito, e a OAB-Prev suspendeu o pagamento das contribuições mensais. A CAA/RS manteve o auxílio especial voltado a amparar os profissionais incapacitados temporariamente para o exercício profissional por motivo de saúde.

Além dessas ações, a CAA/RS criou serviço de teleatendimento 24h para esclarecer dúvidas sobre a covid-19, com acesso a profissionais de saúde, e distribuiu mais de 20 mil máscaras ao

longo de 2020. Uma plataforma on-line permitiu também atendimento psicológico para a classe, como forma de atenuar o impacto na saúde mental das pessoas. No interior do Estado, o ônibus da saúde da CAA/RS, além da realização de exames de sangue e de atendimento odontológico, ofereceu testes para a covid-19.

4.2 A LUTA PELO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

A OAB/RS nunca hesitou em relação aos precatórios. A premissa é simples: se o Estado deve a empresas e indivíduos compromissos reconhecidos pela Justiça não há contra-argumentos. A posição tradicional e justa da Ordem, porém, foi colocada à prova durante a pandemia. Foi preciso reforçar a atuação para garantir esse direito, cobrando os pagamentos e, ao mesmo tempo, sugerindo formas de viabilizar os repasses aos beneficiários.

“A Ordem gaúcha sempre trabalhou para que os pagamentos dos precatórios fossem honrados no seu prazo, ainda mais agora nessa crise que a pandemia trouxe à nossa população. O momento exige que pensemos em soluções coletivas, tanto para a advocacia, quanto para a sociedade, e a OAB/RS mantém seu protagonismo em defesa da cidadania por meio desse tipo de participação ativa”, afirmou o presidente da seccional, Ricardo Breier, em julho de 2020, no auge da crise sanitária.

Esse trabalho teve participação fundamental da Comissão Especial de Seguridade Social (CESS). “A OAB/RS conquistou muito no âmbito dos pagamentos, primeiro tendo um papel decisivo na liberação dos precatórios. Segundo, com a criação da ferramenta para o pagamento. E está lutando firmemente para resolver as dificuldades que estão se colocando entre o recebimento dos valores por partes e advogados”, afirmou também à época o presidente da comissão, Tiago Kidricki.

As ações citadas por Kidricki ocorreram desde a primeira hora. Em março de 2020, a Ordem enviou ofícios ao TRF4 e ao Conselho Federal da OAB solicitando que fossem antecipados os pagamentos de precatórios alimentares, previstos para novembro, por parte do Ministério da Economia e do Conselho da Justiça Federal (CJF). A sugestão foi aceita e logo foi divulgado o cronograma de liberação financeira para o pagamento dos precatórios federais em 2020.

Havia também o desafio prático, como facilitar o recebimento dos valores? No diálogo com o TRF4, a CESS sugeriu a criação de uma ferramenta para que os advogados pudessem fazer a indicação de uma conta para pagamentos (TED) de precatórios e requisições de pequeno valor. Colocada em operação no sistema eproc, a ideia garantiu que o procedimento pudesse ser feito de forma segura, da casa ou do escritório profissional, sem precisar ir até o banco.

Após essa conquista, a Ordem conseguiu articular mais um avanço: a redução do tempo para cumprimento da intimação nos pedidos de pagamento por TED no sistema eproc federal. O prazo, que era de 10 dias, passou a ser de 48 horas. A medida beneficia tanto os segurados quanto a advocacia, uma vez que receberão os valores em um prazo menor.

Da mesma forma, a Ordem agiu contra medidas que pudessem prejudicar ainda mais o cenário. Foi o caso da tentativa de pedalar o pagamento dos títulos, prevista no projeto de decreto legislativo 116/2020. A seccional enviou nota técnica ao Senado buscando mostrar o erro da medida. Após ouvir a Ordem, o senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) chegou a protocolar emenda contra a proposta, mas o texto acabou sendo retirado de pauta. “Existia um forte movimento em favor do não pagamento. Agimos rápido e pleiteamos pela rejeição total do projeto, disse o presidente da OAB/RS.

4.3 A TRANSFORMAÇÃO INTERNA EM UMA INSTITUIÇÃO DE 89 ANOS DE HISTÓRIA

A pandemia de coronavírus não impôs apenas uma nova relação da OAB/RS com o resto dos atores sociais, mas exigiu também mudanças internas. Num esforço conjunto, sob a liderança do presidente Ricardo Breier, cada setor ligado à Ordem ampliou sua atuação e a transformou de acordo com as exigências do momento.

Dando exemplo a outras instituições do universo jurídico, em setembro de 2020 a OAB/RS concluiu um trabalho fundamental para as limitações que todos enfrentavam em repartições públicas e empresas: a digitalização de todos os processos internos da casa. A tarefa era parte de um projeto ainda mais ambicioso, lançado no ano anterior o OAB/RS Totalmente Digital. “A modernização da OAB/RS é a principal meta da nossa gestão, e demos mais um grande passo com a digitalização total dos nossos processos. Agora, podemos dar mais celeridade aos julgamentos, e demonstramos que a seccional está acompanhando as inovações tecnológicas, não só no Judiciário e na advocacia, mas também no âmbito de sua atuação como instituição”, explicou Breier.

Por meio de mutirão, que envolveu um grupo de trabalho de 40 colaboradores de diversos setores e mais de quatro meses de dedicação, foi feita a digitalização de 7,8 mil processos físicos e 1,7 milhão de páginas. Essa equipe transformou a sala do conselho em um verdadeiro centro de digitalização, com 12 scanners, cinco multifuncionais e oito desktops. Coordenado pelo setor de Tecnologia da Informação (TI), em parceria com o Tribunal de Ética e Disciplina (TED), o trabalho foi metódico. Primeiro, os colaboradores higienizavam o processo, retirando grampos e cliques de todas as folhas e anexos. Na sequência, o documento era digitalizado e, então, seguia para uma cuidadosa

revisão final, na qual o material escaneado era comparado, passo a passo, com o original.

Passaram a operar mais integrados Tribunal de Ética, Câmaras (2ª e 3ª), Órgão Especial e Conselho Pleno, Assessoria da Presidência, Secretaria da Presidência, Memorial e Corregedoria, bem como as Comissões de Fiscalização do Exercício do Profissional, de Seleção e Inscrição, e de Sociedade de Advogados. "A Ordem está buscando trazer mais celeridade para as formas de atender à advocacia neste momento. A pandemia, que exigiu o distanciamento social, mostrou o quanto a tecnologia economiza o nosso tempo. Trabalhamos para levar para cada advogada e cada advogado mais métodos e opções para facilitar o dia a dia de nossa profissão", ressaltou Breier.

A digitalização permite, hoje, que toda a estrutura da casa esteja apta a operar por meio do SEI Julgar e possa realizar a gestão dos processos digitalmente. Às sessões de julgamento, o sistema possibilita a distribuição dos processos aos relatores, o envio de correspondências e a assinatura dos documentos. "Com a implantação do SEI Julgar, a seccional faz digitalmente a gestão de seus processos administrativos. A Ordem vem se profissionalizando administrativamente, e o SEI é uma ferramenta fundamental neste constante processo de evolução, auxiliando a gestão interna da entidade, os processos e as demais demandas, diminuindo seus custos", explicou o tesoureiro da Ordem e coordenador-geral do projeto OAB/RS Totalmente Digital, André Luis Sonntag.

A tecnologia também foi aliada da educação. Enquanto as ruas e salas de aula ficavam vazias no pico da doença, a Escola Superior da Advocacia garantiu aos profissionais uma possibilidade para seguir se aprimorando a distância, por meio de uma série de cursos gratuitos. Na plataforma, os interessados tiveram acesso a cursos, como novos contratos

comerciais, aperfeiçoamento da prática sucessória e aperfeiçoamento em recuperação judicial de empresas. Diretora da ESA/RS, Rosângela Herzer dos Santos afirmou que a ação foi uma forma de contribuir para que a advocacia se mantivesse atualizada e informada no período de restrições de locomoção, priorizando o bem-estar por meio do acesso a conteúdo educativo de qualidade".

Aos poucos, as novas ferramentas de comunicação foram se tornando instrumentos do cotidiano. Por meio de webinários, videoconferências, reuniões virtuais e transmissões ao vivo, houve a manutenção dos debates que sempre caracterizaram a entidade. Secretária-geral adjunta da Ordem e coordenadora das comissões, Fabiana da Cunha Barth acompanhou ativamente o processo e identificou a rápida adaptação dos setores da OAB/RS aos novos meios. O uso de plataformas virtuais, segundo ela, permitiu a continuidade de atividades das comissões, com a adaptação de eventos que continuaram a reunir centenas de pessoas.

As novidades chegavam ao mundo das prerrogativas, agora também virtuais. Durante um evento para debater o tema, em junho de 2020, o presidente da Ordem, Ricardo Breier, disse que a entidade não daria um passo atrás nesse quesito. "Precisamos debater sobre como vamos assegurar as prerrogativas em consultas virtuais e como serão os formatos das audiências a partir de novas plataformas e tecnologias", afirmou.

No evento, a Ordem lançou uma atualização do Guia das Prerrogativas, para que advogados e advogadas pudessem permanecer conscientes sobre seus direitos na defesa dos clientes. "Temos de assegurar a defesa de direitos fundamentais do cidadão. Advocacia calada é sociedade calada. Trabalhamos muito para oferecer essa cartilha, que também trata das prerrogativas virtuais nesse momento tão necessário", explicou a presidente da Comissão de Defesa, Assistência e

Prerrogativas dos Advogados (CDAP), Karina Contiero. O principal articulador da Lei 13.869 de 2019, que criminalizou a violação das prerrogativas da advocacia, Claudio Lamachia, saudou a novidade. "As prerrogativas não são privilégios. São absolutamente necessárias para o exercício da advocacia", disse ele.

O impulso original de transformação, ainda em março de 2020, quando todos ainda tateavam para criar o "novo normal", chegou ao final de 2021 completamente consolidado. Com o objetivo de facilitar e ampliar a participação da advocacia na escolha dos seus representantes, a OAB/RS realizou a sua primeira eleição em plataforma on-line. Foram disponibilizadas três modalidades de participação: com certificação digital, com senha de acesso e presencial, em uma das 150 seções eleitorais disponibilizadas. As informações foram disponibilizadas no Portal das Eleições 2021, e a votação virtual permitiu a participação dos eleitores a partir de dispositivos com acesso à internet, como computadores, smartphones e tablets. O processo contou com o uso de criptografia, diferentes opções de envio de senha e autenticação dos eleitores, buscando, assim, garantir segurança e legitimidade para o pleito. Entre os benefícios alcançados com o modelo, estão a simplificação e a celeridade na hora de votar, a possibilidade de participação a partir de qualquer localidade sem deslocamentos e a agilidade na apuração dos resultados. A realização do pleito se mostrou tão efetiva que foi registrada a maior participação da advocacia gaúcha na história da OAB/RS. No total foram 48.198 advogados e advogadas que participaram da votação virtual, representando 86.62% do total de votantes aptos. "Temos a convicção de que o processo ocorreu naturalmente, a votação foi exemplo para a democracia", disse Elaine Harzhein Macedo, presidente da Comissão Eleitoral de 2021.

As expressões da transformação digital da OAB/RS permearam

os anos de pandemia. Em abril de 2020, pela primeira vez em 89 anos de história da Ordem, a cerimônia de entrega de credenciais de novos advogados foi realizada em ambiente totalmente virtual.

A novidade no formato não desvirtuou o conteúdo. A prestação de compromisso seguiu a tradição, e os profissionais realizaram o juramento no qual se comprometeram a "exercer a advocacia com dignidade e independência, observar a ética, os deveres e as prerrogativas profissionais e defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático, os direitos humanos, a justiça social, a boa aplicação das leis, a rápida administração da Justiça e o aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas".

A cena emocionou muitos participantes. "Gostaria que vocês não esquecessem: os dias estão difíceis, mas nossa profissão será uma das grandes protagonistas para auxiliar a sociedade. A advocacia vai entrar em um cenário muito importante, pois, em muitos desses casos relacionados à pandemia, os direitos das pessoas foram afastados. E, hoje, vocês têm a credencial para advogar e falar em nome da cidadania", disse o presidente da OAB/RS, Ricardo Breier. A partir desse dia, todas as entregas de carteiras ocorreram de forma online ao longo de quase dois anos. Foi apenas no dia 7 de dezembro de 2021 que o auditório da Unidade Cubo voltou a receber a tradicional solenidade presencial.



4.4 A LUTA PELA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DURANTE A PANDEMIA

A polarização política e a falsa dicotomia entre economia e saúde que contaminam o debate público em uma crise sanitária sem precedentes não tiveram guarida na OAB/RS. À medida que foi ficando claro que a batalha seria longa e danosa, a Ordem compreendeu que a solução estaria no equilíbrio, no bom senso e no diálogo. “Duas palavras devem nortear esse momento: equilíbrio e lucidez. Não é fácil. Reconheço a complexidade exatamente pela escassez do tempo. Mas é isso que deve prevalecer. Nosso país precisa pagar para não ver. Como não temos certeza do impacto da pandemia em nosso sistema de saúde – e dos riscos de mergulharmos nossos superlotados hospitais num ambiente ainda mais caótico –, o tempo atual é para frear e conter a proliferação do vírus”, escreveu Breier em artigo publicado no Jornal do Comércio, em março de 2020.

A primeira tarefa era entender e atuar diante de novos regramentos que eram expedidos pelas instituições públicas. Em duas resoluções no início da pandemia, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspendeu o atendimento presencial de partes, advogados e interessados, ampliou a possibilidade de trabalho remoto na Justiça e reforçou a necessidade de digitalização dos processos. As medidas, bem-vindas em muitos aspectos, tinham um problema: não permitiam autonomia dos tribunais e não davam conta das realidades regionais. Era uma decisão genérica que se chocaria com realidades distintas pelo país.

Por isso, em abril de 2020 a OAB/RS requereu ao CNJ liberdade para os tribunais decidirem sobre o estabelecimento do expediente interno presencial. A preocupação estava focada no andamento de milhões de processos físicos que tramitam no Judiciário do Rio Grande do Sul. “Se a Resolução 314 não for

flexibilizada, não teremos a retomada gradativa do andamento dos processos físicos. Sem contar que teremos graves prejuízos para a cidadania, principalmente para os Estados com grande quantidade de processos físicos em tramitação”, explicou Breier à época.

Em maio, houve nova ação da OAB/RS, de caráter amplo no país, em apoio à OAB Nacional. Em ofício ao CNJ, a entidade requeria do colegiado a determinação para que os fóruns e tribunais brasileiros retornassem o atendimento presencial, sendo observadas as medidas de segurança sanitária. O documento também pedia a retomada dos prazos dos processos que tramitam fisicamente e relatava as dificuldades enfrentadas pela advocacia em todo o país. O atendimento remoto prejudicava a rotina profissional e o direito de defesa do cidadão. Advogados não eram recebidos por magistrados em algumas regiões, seja virtual ou presencialmente. “Requeremos, agora, em âmbito nacional, a adoção das medidas cabíveis para a reabertura de todos os prédios do Poder Judiciário com a retomada do atendimento presencial”, explicou Breier, completando: “Fizemos esse movimento no Rio Grande do Sul, mas sabemos que o impedimento que a advocacia e a cidadania enfrentam atinge outras localidades. Por isso, a importância de levarmos o pleito a nível nacional para garantir o acesso da advocacia ao Judiciário”.

O sinal positivo do CNJ acabou vindo em junho daquele ano de 2020, quando o colegiado determinou que os tribunais pudessem decidir sobre o retorno dos trabalhos forenses a partir da segunda quinzena do mês, respeitando protocolos sanitários em cada repartição.

No Rio Grande do Sul, a postura de aproximação e de construção de alternativas da OAB/RS teve efeito logo em seguida. O Tribunal de Justiça anunciou ainda em junho resolução estabelecendo condições para a retomada planejada e gradual

das atividades presenciais de prestação jurisdicional. A medida assinada pelo presidente da Corte, desembargador Voltaire de Lima Moraes, foi saudada pela advocacia. Até aquele momento, o TJRS operava por meio do Sistema Diferenciado de Atendimento de Urgência, e a mudança, pedida pela OAB/RS, representava a retomada de atividades essenciais para fazer andar demandas de milhares de cidadãos que estavam completamente paradas. As normas anunciadas pelo TJRS estabeleciam o retorno das atividades presenciais sem deixar de observar as ações de prevenção ao contágio, como limitação de público, horário reduzido e uso de equipamentos de proteção individual. “Desde os pedidos de suspensão dos prazos processuais por questões sanitárias, em março, mantivemos um contato permanente com o presidente Voltaire. Criamos um ambiente favorável para um retorno gradativo, preservando a saúde de todos e assegurando o respeito à cidadania e aos direitos da sociedade”, frisou Breier.

A partir daquele momento, o Judiciário levaria em conta as regras do Sistema de Distanciamento Controlado, modelo desenvolvido pelo governo do Estado e identificado por bandeiras coloridas que apontavam o risco de contaminação em cada região e as regras sanitárias que deveriam ser seguidas. Sob determinadas bandeiras, poderia haver retomada nas comarcas correspondentes. Em setembro de 2020, a partir de reiterados pedidos da OAB/RS, foi consolidada a retomada gradual das atividades em comarcas com bandeira vermelha.

Ainda assim, a negociação em torno da abertura presencial de repartições judiciais se prolongou por meses em razão das idas e vindas impostas pelo vírus. Diante de um inimigo imprevisível, não havia estabilidade possível, e mesmo sob bandeiras amarela e laranja não havia atendimento consolidado.

O quadro dentro do Judiciário também não contribuía para que o andamento do trabalho permanecesse virtual. Mais de 2

milhões de ações tramitavam unicamente em papel, o equivalente a mais de 70% do total de processos. Sem atendimento presencial, quase nada andava. Havia atraso em execuções de sentenças, na finalização de inventários e até na conclusão de adoções. “A vida das pessoas está estagnada”, dizia Ricardo Breier, em razão do elevado percentual de processos analógicos e do atendimento presencial prejudicado. Para ampliar o número de processos virtuais, a Ordem havia solicitado ao TJRS um plano para a total digitalização do sistema. A Corte, portanto, em junho de 2020 anunciou a contratação de uma empresa para acelerar a digitalização da papelada.

O problema, porém, não era novo. Em 2012, oito anos do aparecimento do coronavírus, o então presidente da OAB/RS, Claudio Lamachia, havia indicado alguns gargalos do Judiciário alertando os responsáveis com uma palavra grave: “colapso”. Em setembro de 2019, também antes da pandemia, Ricardo Breier lembrou o antecessor em artigo publicado no jornal Zero Hora e disse que o cenário de abarrotamento da Justiça desenhado por Lamachia persistia. Havia avanços, como o sistema eproc, mas era preciso fazer mais. “A nós, advogados e advogadas, é repassada a ingrata tarefa de explicar aos nossos clientes, que buscam na Justiça seus direitos, o senso de normalidade que se instaurou em processos que se arrastam por anos. A advocacia não pode ser tachada de responsável pela morosidade do andamento dos processos”, escreveu Breier, sem saber o que ainda estava por vir.

O ano de 2021 começou sem que a polêmica envolvendo a abertura dos fóruns estivesse sido encerrada. O Rio Grande do Sul chegava ao ápice da pandemia, vivendo semanas sob a bandeira preta, a mais grave do sistema. Os advogados passaram a ampliar a voz do descontentamento. A inconformidade era direcionada aos mais de 2 milhões de

processos físicos parados na Justiça estadual. Com as portas dos fóruns fechadas e os prazos suspensos, seguia impossibilitado o trabalho presencial da advocacia e, por consequência, o acesso do cidadão à Justiça. O cenário representava a paralisação dos direitos de milhares de pessoas. Para a Ordem, era possível retomar atividades sob cuidados sanitários. Já o Judiciário enfrentava a resistência de servidores ao retorno presencial e contratempos provocados por medidas como a suspensão de contratos terceirizados de segurança e limpeza. Ao mesmo tempo, a OAB/RS solicitava a emissão de alvarás por parte do TJRS. O pedido levava em consideração as dificuldades financeiras de seus associados.

Em abril de 2021, a OAB/RS tomou uma ação mais severa. Enviou pedido de providências ao CNJ. A situação era dramática para milhares de advogados. Ricardo Breier recebia diariamente centenas de relatos de colegas espalhados pelo Estado impedidos de trabalhar e inseguros a respeito da sua renda no final do mês. Em maio, foi marcada a primeira audiência de conciliação no CNJ entre a Ordem e o TJRS. A reunião acabou sem determinar uma data de reabertura, pois, então, o Judiciário estadual estava sofrendo em razão de outro vírus, agora um de computador, que passaria a ser o tormento do Judiciário estadual.

4.5 O ATAQUE HACKER E A DEFESA DA TECNOLOGIA NO JUDICIÁRIO

Se até maio de 2021 a preocupação da Ordem estava concentrada nos processos em papel, parados em razão da pandemia, um ataque hacker ao sistema de informática do TJRS no final de abril criou um novo caos, agora no mundo das ações digitais. A ofensiva criminosa virtual se tornou a maior crise do Judiciário do Rio Grande do Sul.

De uma hora para outra, ao ligar seu computador pela manhã para acompanhar processos, milhares de advogados e advogadas encontraram o sistema travado, problema que atingiu todos os atores do mundo jurídico, como servidores do Judiciário, magistrados, policiais e promotores. De acordo com as primeiras informações, cerca de 18 mil computadores ligados à Justiça tiveram de ser desconectados para barrar a contaminação. Houve relatos de perdas de arquivos, petições, defesas, estudos de doutrina jurídica, cópias de legislações. Julgamentos não podiam ser concluídos e até mesmo mandados destinados a autoridades policiais tiveram de ser feitos à mão.

O problema se prolongou por meses, deixando o sistema da Justiça demorado e instável. Tarefas como emitir ofícios, alvarás, mandados, precatórios e notas de expediente ocorriam com lentidão, e audiências e sessões eram suspensas de última hora em razão de falhas no sistema.

Com os processos digitais parados, a OAB/RS ampliou a pressão pela retomada dos casos físicos, medida ainda mais urgente. Para piorar o quadro, a esperada digitalização dos processos em papel perdeu protagonismo e sofreu novo revés, com a falência da empresa terceirizada para o serviço. O TJRS firmou novos contratos, mas a conclusão da tarefa continuava a ser adiada.

O cenário exasperou a Ordem gaúcha. Em julho, a entidade voltou a bater à porta do CNJ pelo retorno do trabalho presencial na Justiça estadual em tempo integral e pelo acesso a informações a respeito dos danos do ataque hacker. Para a OAB/RS, o Judiciário precisava ser mais transparente com as entidades parceiras e mais aberto a sugestões.

Em julho de 2021, em um artigo publicado no jornal Zero Hora, Ricardo Breier afirmou que a cidadania e a advocacia viviam “tempos de aflição, penúria e um sentimento de abandono”. O diagnóstico, para ele, estava claro: a crise no sistema não havia

nascido com a pandemia, mas era resultado de longos anos de falta de pensamento estratégico e de carência de investimentos na área tecnológica. “Mais de 2 milhões de processos físicos se arrastam há mais de um ano à espera de sua digitalização. Não fosse a luta da OAB/RS para a implantação do eproc na Justiça Estadual, esses números seriam muito piores”, escreveu ele, sem deixar de registrar solidariedade ao Judiciário.

4.5.1 A MANUTENÇÃO EPROC NA JUSTIÇA FEDERAL E OS LIMITES DA TECNOLOGIA

Em maio de 2020, após reiteradas manifestações das seccionais da Região Sul do país, o Conselho da Justiça Federal (CJF) decidiu pela continuidade do uso do eproc. Foi o coroamento do esforço em torno de um sistema nascido do trabalho de servidores da Justiça Federal da 4ª Região com apoio da OAB/RS e de magistrados.

Havia argumentos consistentes na defesa do programa. O eproc abrangia todas as matérias em todos os graus e era considerado um sistema ágil, funcional, seguro e transparente. Dispondo de inúmeras facilidades aos seus usuários, o eproc naquela altura já somava mais de 10 milhões de processos em tramitação. Além disso, foi desenvolvido com o uso de ferramentas de código aberto, garantindo economia de recursos públicos e incremento na confiabilidade do sistema.

A decisão do CJF foi comemorada pela OAB/RS. “A partir da adoção do sistema eproc, houve avanço significativo na qualidade do trabalho dos advogados e das advogadas. Nos empenhamos, inclusive em adotar o sistema também na Justiça Estadual. Portanto, a manutenção do eproc e a continuidade dos investimentos, para aprimoramentos futuros na plataforma, são uma conquista muito importante, não só para a advocacia, mas também para o cidadão”, disse Breier.

Presidente da Comissão de Direito da Tecnologia e Inovação (CDTI), Filipe Mallmann ressaltou que o eproc é uma ferramenta colaborativa, segura e eficaz. “Desde o início, a OAB/RS, por meio da nossa comissão, leva sugestões de melhorias, que rapidamente entram em produção e são disponibilizadas para aprimorar o sistema”, explicou ele, lembrando que o programa pode ser perfeitamente integrado ao modelo nacional de interoperabilidade (MNI) do CNJ.

Apesar de defender sua importância, a OAB/RS reconhece os limites da tecnologia. “Compreendemos que a tecnologia é a realidade, mas o bom profissional continuará sendo imprescindível, ainda mais quando se trabalha em defesa da cidadania”, alertou Breier em artigo publicado no jornal Correio do Povo em abril de 2020. Há fronteiras claras para seu uso no sistema judicial. Um exemplo é o aproveitamento da videoconferência para audiências virtuais. A Ordem alerta para riscos à cidadania em razão da insegurança jurídica envolvida. Para se ouvir uma testemunha, é fundamental garantir a presença diante do juiz. Uma fala por meio de webcam oferece brechas para relato parcial ou manipulado e não garante a incomunicabilidade de testemunhas e litigantes, situações que afetariam de forma irremediável uma decisão judicial. Além disso, há as imperfeições técnicas, como falha na conexão. “Se um advogado estiver impossibilitado de realizar uma audiência virtual, seja por limitações técnicas, seja por dificuldades de acesso, isso precisa ser respeitado. O Judiciário não pode desconsiderar essa realidade”, alertou Breier em artigo publicado no jornal Correio do Povo em agosto de 2020.

A OAB/RS sustenta que a oitiva de testemunha seja realizada nos prédios da Justiça, diante da autoridade judiciária, segurança jurídica insubstituível, mesmo em tempos virtuais. “As resoluções judiciais virtuais não podem passar por cima dos direitos dos cidadãos”, como escreveu Breier em artigo

publicado no jornal Zero Hora em julho de 2020.

Um outro exemplo da necessidade de adequação no uso das ferramentas virtuais está na campanha da OAB/RS pela manutenção da transcrição das atas de audiência. Em junho de 2021, a seccional enviou ofício ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4) se posicionando contrariamente à eliminação da transcrição de atas de audiência, tema que à época estava em debate na Corte. “Se concretizada, tal possibilidade trará imenso prejuízo não apenas à advocacia, quando da elaboração de peças e recursos, como também aos julgadores, pelo lapso temporal necessário para visualização da integralidade das gravações”, argumentava a OAB/RS no documento.

A entidade também encaminhou pedido à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho com a mesma demanda. Para a Ordem, é

essencial da transcrição ou degravação dos depoimentos, como está assegurado na Consolidação da Leis do Trabalho, mesmo em audiências realizadas com gravação audiovisual. “As atas escritas facilitam a leitura do relato da audiência, tornando mais rápida a localização dos pontos mais importantes. Sem ela, será necessário que a defesa assista a toda a audiência de novo, gastando tempo que poderia ser usado para auxiliar o jurisdicionado”, pontuou Ricardo Breier.

O ápice da questão se consolidou no Ato 45/2021, de 9 julho de 2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que vedou a transcrição ou a degravação dos depoimentos colhidos em audiências com gravação audiovisual. A vedação acabou sendo derrubada pelo Ato 65/2021 do CSJT, de 21 de julho. “A decisão do CSJT é acertada”, comemorou Breier.



Foto: Niège Moreira



5

**A ORDEM NA
DEFESA DA LEI,
DA CIDADANIA E
DA DEMOCRACIA**



No intervalo de pouco mais de um ano, a OAB/RS foi protagonista nos dois mais graves momentos da história política brasileira recente, as crises que envolveram os governos Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018). Nos dois episódios, tanto a OAB Nacional quanto a seccional gaúcha não fugiram a sua responsabilidade e enfrentaram interesses partidários e políticos em favor da cidadania. Em nome da equidade e da transparência, a Ordem Nacional adotou procedimentos semelhantes para tomar uma decisão nos dois casos. Para ter condições de deliberar, requereu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o levantamento do sigilo das ações então em curso. Para respeitar o espírito democrático, convocou as representações estaduais para reuniões extraordinárias de debate e arbitramento, nas quais todos foram ouvidos com respeito e ponderação. Antes, as próprias seccionais tiveram oportunidade de fazer consultas internas e ouvir suas bases. Diante do Conselho da Ordem, os defensores de Dilma e Temer tiveram chances idênticas de advogar a favor de seus representados. E os resultados finais foram democraticamente extraídos, com votações semelhantes, favoráveis ao afastamento de ambos.

Apesar das pressões partidárias e ideológicas, a coragem da OAB Nacional demonstrou mais uma vez que a entidade não se pauta por tendências de esquerda ou de direita, mas nos termos da lei e com independência. "O Brasil precisa se levar a sério. As instituições precisam ser rigorosas. A aplicação da lei não pode ter cores ou paixões partidárias", escreveu o então presidente da OAB Nacional, Claudio Lamachia, em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo em junho de 2017, em razão das acusações contra Temer.

Nas próximas páginas, a atuação da OAB/RS na defesa da lei, da cidadania e da democracia será detalhada em diferentes frentes, dos embates em Brasília à campanha pela retomada do

comando da segurança pública pelo governo no Rio Grande do Sul, passando pela defesa do voto consciente e pela denúncia de privilégios que ferem a igualdade entre os cidadãos.

5.1 NEM ESQUERDA, NEM DIREITA: O PEDIDO DE IMPEACHMENT DE DILMA

Em 17 de março de 2016, Ricardo Breier tinha pouco mais de três meses no comando da OAB/RS, uma tradicional entidade com então mais de oito décadas de história e quase 90 mil advogados inscritos. Não havia sido um trimestre normal. Enquanto Breier voava de Porto Alegre para Brasília, o Brasil atravessava uma das maiores turbulências políticas de sua história e se preparava para dias ainda mais agitados.

Com ele, no avião, estava Claudio Lamachia. Ex-presidente da OAB/RS por dois mandatos, Lamachia estava também havia poucos meses à frente da OAB Nacional. Como presidente da entidade, ele tinha convocado um dia antes os 27 dirigentes das seccionais e os 81 conselheiros federais (três de cada Estado) para reunião no dia 18, uma sexta-feira. O clima estava especialmente tenso naqueles dias em razão da divulgação de uma escuta na qual o então ministro da Casa Civil, Jaques Wagner (PT-BA), ofendia Lamachia em conversa com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A sessão extraordinária do Colégio Nacional de Presidentes de Seccionais e do Conselho Pleno da OAB iria analisar o pedido de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff (PT). Se em 1º de janeiro daquele ano a nova direção da Ordem no Rio Grande do Sul havia tomado posse tendo o envolvimento nos temas de interesse do cidadão como uma de suas prioridades, o compromisso não tardaria a ser colocado à prova.



Foto: Liziane Lima

O tema do impeachment estava na pauta da Ordem desde o ano anterior. Em dezembro de 2015, por exemplo, o Conselho Federal e o Colégio Nacional de Presidentes de Seccionais haviam ampliado a lista de fatos sob análise para decidir sobre eventual pedido de afastamento da presidente. A entidade tinha o foco voltado para a reprovação das contas do governo de 2014, mas o cenário das polêmicas pedaladas fiscais estava ganhando novos contornos em razão do agravamento da crise política. O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (então no PT-MS), havia sido preso semanas antes, acusado de tentar prejudicar as investigações da Operação Lava-Jato. Na Câmara dos Deputados, o então presidente, Eduardo Cunha (MDB-RJ), dava prosseguimento ao pedido de impeachment elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal.

Naquela altura, no final de 2015, a OAB Nacional já começava a enfrentar as pressões que cresceriam no ano seguinte.

"Impeachment não é golpe, é um instrumento previsto na Constituição da República. No entanto, são necessários requisitos para que ocorra. A OAB não se furtará de assinar pedido de impedimento caso sobrevenham novos fatos e nem de emitir posicionamento favorável ou contrário, se assim decidir o plenário", afirmou o então presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, que passaria a missão a Lamachia no ano seguinte.

A maior lição daquela reunião do Conselho Federal e do Colégio Nacional de Presidentes de Seccionais, em dezembro de 2015, veio de Marcello Lavenère, que havia presidido o Conselho Federal durante o processo de impeachment de Fernando Collor. "Como presidente da OAB, não podia me omitir nem me precipitar. Apesar de toda a tensão, a Ordem cumpriu seu dever e não se recusou a representar a sociedade brasileira", afirmou Lavenère, lembrando crise debelada duas décadas antes.

Na sexta-feira, dia 18 de março de 2016, a história voltava a bater às portas da OAB. Em Brasília, na tribuna do Conselho Federal, Breier manifestou a posição da seccional gaúcha a favor do pedido de impeachment de Dilma Rousseff. Ele estava na companhia dos conselheiros federais pela OAB/RS, Cléa Carpi da Rocha, Renato da Costa Figueira e Luiz Henrique Cabanellos Schuh, dos ex-presidentes da seccional, Marcelo Bertoluci, Luis Felipe Lima de Magalhães e Luiz Carlos Levenzon, e da presidente da CAA/RS, Rosane Ramos.

Aos participantes daquela sessão extraordinária do Conselho Federal e do Colégio de Presidentes de Seccionais, Breier disse que levava aos colegas de todo o país a opinião majoritária na diretoria, no Conselho Pleno e entre os presidentes das 106 subseções do Rio Grande do Sul. "Ao lado dos meus pares da bancada do RS, ouvi atentamente o relatório do conselheiro federal Erick Venâncio, do Acre, a favor do processo. A nossa seccional entendeu que o relatório para o pedido de impeachment da presidente da República demonstrou questões

técnicas e que ainda colocou em risco também os critérios democráticos do país", ressaltou.

Na avaliação da OAB/RS, os pilares da Justiça e do Estado Democrático de Direito estavam ruindo no Brasil. "Aqueles que hoje detêm esse poder e que atuam com total desrespeito às nossas instituições. Não bastava isso, há a questão fática demonstrada e que todos os brasileiros viram e ouviram estarrecidos nas recentes escutas divulgadas. As ruas clamaram imediatamente por uma posição firme das instituições. Por isso, a OAB/RS defende o apoio ao pedido de impeachment", completou Breier.

Depois de um longo debate que entrou a noite e contou com a defesa da presidente feita pelo advogado e ex-ministro José Eduardo Cardozo, a Ordem decidiu, com apoio de 26 das 27 seccionais, defender o afastamento de Dilma, posicionamento que foi encaminhado à Câmara dos Deputados. Em um processo democrático, apenas o Pará votou contrário ao afastamento da presidente da República, que acabou se confirmando em agosto daquele ano no Congresso.

Apesar da transparência nos seus atos, a Ordem seguiu sendo questionada por críticos da decisão. Em artigo publicado no jornal Zero Hora, em março de 2016, Breier partiu para a linha de frente da defesa da instituição. Ressaltou que a OAB/RS não pertence a um partido nem é capturada por ideologias e listou as razões da aprovação do pedido de impeachment: "o fato de ter a presidente da República praticado ilegais "pedaladas fiscais", cometido renúncias fiscais vedadas por lei, para favorecer a Fifa, e ainda tentado impedir a ação da Justiça, beneficiando um aliado, alvo de investigação judicial, premiando-o com um cargo de ministro de Estado para que viesse a ter prerrogativas privilegiadas de foro".

Ao final, lembrou os princípios que estão nos fundamentos da Ordem. "A OAB não se vincula a interesses privados de qualquer

espécie e atua focando não só a defesa de toda a advocacia, como também a defesa da cidadania e da Constituição."

5.2 NEM ESQUERDA, NEM DIREITA: O PEDIDO DE IMPEACHMENT DE TEMER

Pouco mais de um ano depois, a Ordem estava mais uma vez diante do mesmo desafio descrito por Breier no artigo de março de 2016. Em maio de 2017, o governo de Michel Temer (MDB) tentava implementar sua agenda de reformas liberais, batizada de Ponte para o Futuro, e se equilibrar no Congresso quando veio à tona um escândalo que abalaria o país, mais uma vez, pelos meses seguintes. Disposto a fechar acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República, Joesley Batista, principal acionista do grupo J&F, lançou acusações



Foto: Eugenio Novaes

diretamente contra o presidente da República trazendo detalhes de uma reunião ocorrida em março de 2017 no Palácio do Jaburu.

As primeiras informações tornadas públicas, em 17 de maio, davam conta que o empresário havia gravado Temer indicando um ex-assessor e então deputado federal, Rodrigo Rocha Loures (MDB-PR), para intermediar negócios da empresa com o governo. Posteriormente, Rocha Loures foi filmado pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal recebendo mala com R\$ 500 mil em dinheiro. O então presidente, ainda segundo o relato de Joesley, havia sinalizado positivamente quando ele afirmou que estava pagando pelo silêncio do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, que tinha sido cassado em setembro de 2016 após ter sido personagem-chave da queda de Dilma Rousseff, e do corretor Lúcio Funaro, ambos presos pela Operação Lava-Jato acusados de corrupção. Uma frase ganhou o país: "Tem de manter isso, viu?", dizia Temer.

O presidente tentou frear a crise negando a versão do empresário para o diálogo. Em pronunciamento no dia 18, pressionado pela denúncia, disse que não renunciaria. "Não comprei o silêncio de ninguém. Por uma situação singela: não temo nenhuma delação", afirmou. A tentativa não foi suficiente para conter a surpresa, a indignação e a exigência de esclarecimentos que ganhavam o país. No mesmo dia, a OAB/RS lançou nota ressaltando profunda preocupação com a suposta obstrução da Justiça praticada por Temer, que, para além da longa trajetória política, era reconhecido como importante constitucionalista. "São denúncias graves e revoltantes que, se confirmadas, terão reflexos imediatos no comando da nação. (...) Comprovada a denúncia, não haverá mais legitimidade do presidente em se manter à frente do cargo ocupado", diz o texto. A Ordem gaúcha também registrava sua defesa da legalidade, "a fim de garantir que a lei seja observada e respeitada por todos,

independentemente da posição ocupada na sociedade. No seu papel constitucional, a OAB/RS seguirá defendendo a República, impedindo que ações obscuras coloquem em risco o Estado Democrático de Direito."

O assunto também estava na pauta da OAB Nacional. Em nota assinada pela Diretoria do Conselho Federal e pelo Colégio de Presidentes de Seccionais, a entidade cobrou esclarecimentos sobre os fatos "estrangeiros, repugnantes e gravíssimos", ressaltando que "a apuração deve ser feita com celeridade, com transparência e garantido o devido processo legal". "A Constituição é o porto seguro da cidadania. Nela encontramos a saída para momentos de extrema crise como a que agora vivemos", exortava o texto.

Mal saído de uma crise, com feridas não cicatrizadas, o país estava novamente em um turbilhão político envolvendo o principal cargo da República. A gravidade da situação exigiu ação imediata da OAB Nacional.

No dia 19 de maio, a seccional gaúcha reuniu o Conselho Pleno na sede da entidade em Porto Alegre para discutir sobre apoio à abertura do processo de impeachment de Temer. Diversos advogados se manifestaram durante o debate, analisando o quadro a partir de elementos surgidos no dia anterior. No dia 18, o Supremo Tribunal Federal (STF) havia retirado parcialmente o sigilo das gravações entre Joesley e o presidente, e o áudio foi reproduzido pela imprensa.

"É um momento que exige apurações imediatas em razão das gravações divulgadas pela imprensa e liberadas pelo STF. Respeitando a Constituição e os ritos processuais, a sociedade necessita de respostas e da garantia de uma ampla transparência, bem como da segurança jurídica constitucional", destacou Breier naquele dia.

Novamente, de forma transparente, a OAB/RS tomou posição favorável à abertura do processo de impeachment de um

presidente da República. Responsável por levar a decisão à OAB Nacional, Breier saudou o espírito democrático da seccional, que soube ouvir e respeitar opiniões antagônicas. "É importante destacar que caberá ao Conselho Federal deliberar pela posição nacional da entidade", completou Breier.

A deliberação viria no dia seguinte. No sábado de 20 de maio, sob o comando de Claudio Lamachia, a sessão extraordinária do Conselho Federal da OAB reuniu em Brasília os presidentes de 26 seccionais e 75 conselheiros federais para definir a posição da entidade. Foram quase oito horas de debate, estendendo o encontro para a madrugada de domingo.

O Rio Grande do Sul estava representado por Breier e pelos conselheiros Renato da Costa Figueira, Cléa Anna Maria Carpi da Rocha e Luiz Henrique Cabanellos Schuh. "É mais um momento histórico para a OAB. Embora o tema seja pesado, é necessário. A nossa entidade historicamente tem esse compromisso com a sociedade brasileira", afirmou o presidente da Ordem gaúcha.

Os participantes da sessão ouviram atentamente os argumentos do relator da comissão especial, Flávio Pansieri, que defendeu a abertura do processo de afastamento do presidente em razão de suposto crime de responsabilidade e de posturas que atentavam contra a probidade administrativa. A defesa de Temer foi feita em seguida por dois advogados, Gustavo Guedes e um colega de partido, o deputado federal Carlos Marun (MDB-MS).

Após o espaço ao contraditório, chegava o momento de deliberar. Por um placar de 25 votos contra um (da seccional do Amapá), a OAB Nacional aprovou apoio à abertura do impeachment. Para a OAB, Temer tinha cometido crime de responsabilidade, a ser punido com a perda do mandato, em razão de ter ouvido o relato de ao menos um crime de Joesley e não ter adotado nenhuma providência. "Não temos como estar felizes com este dia. É mais um pedido de impeachment

envolvendo presidente da República", desabafou Lamachia, já nos primeiros minutos do domingo.

O pedido da Ordem Nacional foi protocolado poucos dias depois, em 25 de maio, na Câmara dos Deputados. Começava uma nova queda de braço para fazer valer a posição de uma das maiores entidades da sociedade civil, assim como de outras organizações e partidos que apontavam as mesmas irregularidades. Mas as solicitações de afastamento do presidente, que chegaram a somar mais de 30 documentos ao longo do mandato, não foram adiante. A Ordem, porém, nunca deixou de ressaltar que esse tipo de ação, em razão da gravidade envolvida, não poderia ficar em uma gaveta da presidência da Câmara sem uma deliberação. A OAB Nacional cobrou, inúmeras vezes, que o então presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tomasse uma posição, pelo seguimento do processo ou por seu arquivamento. "Quem exerce mandato eletivo precisa ter compromisso com a sociedade e não com alianças políticas ou grupos de amizade. Moral não tem lado, nem ideologia, tem princípios", escreveu Lamachia em artigo publicado no jornal Zero Hora em junho de 2017.

Temer acabou sendo denunciado duas vezes pela Procuradoria-Geral da República pelas suspeitas que cercavam a Presidência. Nas duas oportunidades, o plenário da Câmara rejeitou dar andamento às acusações, livrando o presidente de responder a processos no STF. "A Câmara dos Deputados escreveu mais um triste capítulo durante pedido para análise de denúncia contra o presidente da República, Michel Temer. Não se tratava de condenação, nem de julgamento. Era um simples pedido para investigar as graves suspeitas envolvendo o mandatário mais importante da República. O presidente teria garantido todo seu amplo espaço de defesa. E poderia provar sua inocência", completou Breier, também em artigo no jornal Zero Hora em agosto de 2017.

5.3 CAMPANHA VOTE CONSCIENTE

No início de agosto de 2017, uma questão incomodava a OAB/RS, especialmente seu presidente. Ricardo Breier estava inconformado com a decisão da Câmara dos Deputados de rejeitar o prosseguimento da denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o então presidente Michel Temer. A peça tratava das acusações feitas pelo empresário Joesley Batista, e o aval do plenário da Casa permitiria que o caso fosse esclarecido no STF, dentro das regras, com respeito ao princípio da ampla defesa. Não se tratava de prejulgamento açodado, mas de uma ação pertinente e transparente.

Breier concluiu que, se o Congresso não tinha sido capaz de ouvir a demanda de entidades da sociedade civil, partidos e milhões de brasileiros nas redes sociais e de reconhecer a robustez de evidências de práticas suspeitas, trancando o processo, a única solução seria reconectar eleitores e representantes por meio da eleição. “Se estes deputados não estão dispostos a construir um país mais cidadão, justo e ético, existe uma solução: o voto. É através deste mecanismo democrático que será possível qualificar a representatividade

dos brasileiros”, escreveu ele em artigo no jornal Zero Hora no início de agosto. Consolidava-se ali o início da formulação da campanha Vote Consciente, que marcaria o resto do mandato à frente da OAB/RS.

A importância do sufrágio não era uma preocupação nova para a Ordem. Em 2014, por exemplo, a entidade teve grande repercussão com a campanha “Eleições limpas: voto não tem preço, voto tem consequências”. Em 2016, também atuou em nome da causa, em parceria com a OAB Nacional. Na busca por incentivar a população a atuar como fiscalizadora do processo eleitoral e a votar de forma consciente, a Ordem havia lançado campanha de combate ao caixa 2. A iniciativa consistia em um aplicativo, disponível para download em aparelho celular no site da entidade, pelo qual qualquer cidadão poderia enviar denúncias contra candidatos e partidos que desrespeitassem a legislação e os limites de gastos.

Para fazer a denúncia, bastava preencher um registro com o relato, tendo também a possibilidade de enviar fotos, vídeos ou documentos. Um comitê da entidade, presidido pela então conselheira Fabiana da Cunha Barth, era responsável pelo encaminhamento dos casos ao Ministério Público e ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Da mesma forma, a Ordem tinha outras equipes para recebimento de denúncias, que poderiam ser feitas pessoalmente nas 106 subseções do Estado. “Vamos acompanhar as denúncias e garantir a facilidade de a população ter o controle das irregularidades”, disse Fabiana da Cunha Barth à época.

Em 2017, o passo seria mais amplo. Naquele mesmo agosto em que a Câmara dos Deputados rejeitou a abertura de processo criminal contra o presidente da República, Breier lançou publicamente as bases da campanha Vote Consciente. Uma das apresentações ocorreu em Farroupilha e foi testemunhada por um grupo de pessoas que se reuniu no restaurante Parque dos Pinheiros para ouvir a palestra “Brasil, Liberta-te”. Convidado a



Foto: Lucas Pfeuffer

falar pela Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), o presidente da OAB/RS aproveitou a oportunidade e a plateia, formada por advogados, líderes locais e membros da sociedade, para mostrar sua indignação. “Brasil, liberta-te! Brasil, saia da inércia, saia do medo e tome a política como sua! Nós vamos tentar libertar o país, e isso não é apenas pretensão. Não aguento ver o povo brasileiro com a mesma posição histórica de escravidão. É com força e união que venceremos a corrupção”, bradou.

O desligamento entre representantes e representados também foi ressaltado como problema a ser enfrentado. “Precisamos desconstruir a cultura de 517 anos da história brasileira de escravidão, de passividade, e de manter a cabeça baixa com medo de se expressar. Temos que levar o acesso à informação às pessoas, tirar sua alienação sobre seus direitos fundamentais. O advogado tem um papel fundamental e importantíssimo nisso”, reiterou, completando: “Sabemos que isso será conquistado sem conflitos, mas com serenidade e persistência.”



Foto: Lucas Pfeuffer

Se era necessário instruir a população sobre a importância da consciência na hora do voto, a contribuição da Ordem seria por meio da nova campanha em elaboração para as eleições seguintes, em 2018. “A OAB/RS irá lançar, a partir do ano que vem, este projeto que vai contar com diversas parcerias das 106 subseções, entidades, instituições e associações. O voto consciente é a única forma de tentarmos mudar e fazermos valer a democracia, que hoje está travestida de ditadura. Somos mais de 200 milhões, onde está a representatividade correta disso?”, argumentou Breier.

Ao final, convocou os advogados a participarem da ação. “Somos uma rede, temos de nos unir nesse projeto nacional. Temos o dever de honrar a história da Ordem, que já gerou tantas conquistas, defendendo a liberdade e os direitos do nosso povo. A sociedade precisa de nós”, falou.

Um ano depois, em agosto de 2018, a campanha estava de pé, vinculada a um movimento nacional da Ordem. O lançamento ocorreu em um espaço nobre da Capital, o Theatro São Pedro, após meses de consultas e troca de ideias com setores da sociedade, como imprensa, instituições, clubes, igreja e líderes comunitários. Os diálogos indicaram uma dura realidade, visto que parcela considerável dos eleitores não acompanha a campanha e deixa para decidir seus escolhidos no dia do pleito, às vezes pegando o número de algum candidato em santinho encontrado na rua. Diante desse quadro, a Ordem, incansável defensora dos direitos do cidadão e da valorização da democracia, entendeu que tinha um papel social a exercer em razão da crença na capacidade de o país eleger melhores representantes.

Ao falar da campanha, Breier ressaltou que a Ordem notou a ausência de planejamento do voto. O cidadão precisa entender que, da mesma forma como programa viagens, afazeres e gastos, tem de organizar sua participação da escolha dos representantes. O voto, completou ele, tem de servir para fazer



Foto: Lucas Pfeuffer

o país avançar e não para descarregar o descontentamento. “Quando vamos pedir telentrega de pizza, pesquisamos preços, comparamos variedades, visitamos sites com cotações, consultamos amigos pelo WhatsApp. Fazemos planejamento para encomendar uma refeição. Por que não adotamos essa postura na hora de planejar o voto?”, questionou o dirigente em um artigo no jornal Zero Hora em agosto.

A iniciativa Vote Consciente teve duas etapas. Na primeira, o foco foi levar mais informação ao eleitor e auxiliar na decisão sobre qual concorrente optar. Parcerias com escolas, entidades, igreja e artistas – como a rapper Negra Jaque, que gravou uma música para a campanha – foram buscadas pela OAB/RS para levar a iniciativa ao maior número possível de pessoas. A seccional também produziu dois vídeos em parceria com a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), que foram veiculados na televisão aberta para divulgar e campanha e reforçar a consciência do voto. Depois, a campanha ganhou um aspecto fiscalizatório, ajudando a população, por meio de aplicativo, a denunciar irregularidades na corrida eleitoral.

Se a tarefa de conscientizar já não era pequena, a avalanche das fake news ajudou a tornar tudo ainda mais complicado. As mentiras espalhadas por redes sociais já haviam sido constatadas por pesquisadores desde a corrida presidencial de 2014, mas é em 2018 que ganham dimensão alarmante.

Atenta, a Ordem colocou o problema no centro de suas preocupações e passou a tratá-lo como uma das grandes armadilhas das eleições. Isso porque o cidadão, em comportamento de efeito manada, vai construindo a própria arapuca. “O eleitor brasileiro, na ânsia de ver seu candidato sendo bem falado ou na tentativa de desqualificar o adversário, não checa nem apura o que recebe. Simplesmente repassa o material. Vira uma terra sem lei, onde difamar, caluniar ou mentir é regra sem constrangimento”, explicou Breier em artigo publicado no jornal Zero Hora. Como consequência desse movimento individual que afeta o coletivo, nasce uma falta de credibilidade que perpassa toda a sociedade e cria perigosa instabilidade.

Em 2019, houve o segundo ato da campanha, a OAB/RS levou a consciência do voto para um cenário poucas vezes lembrado pela cidadania: o Conselho Tutelar. O esforço da Ordem gaúcha em aumentar a visibilidade acerca das eleições do Conselho Tutelar teve um apoio direto tanto por parte da população como por entidades parceiras. A partir disso, houve um significativo aumento do número de eleitores. A eleição para indicar os 2.630 representantes dos 526 Conselhos Tutelares espalhados nos municípios do Estado movimentou dezenas de milhares de gaúchos. Em Porto Alegre, por exemplo, o crescimento de votantes foi de 173,4%, em relação à eleição de 2015, o que representava 43.754 mil participantes.

Terceiro ato. Nas eleições municipais de 2020, a instabilidade não era apenas política, era sanitária e custava vidas. Diante de uma pandemia avassaladora, a vida virou de cabeça para baixo, prioridades foram mudadas e até mesmo o calendário eleitoral



Foto: Lucas Pfeuffer

sofreu alterações. O cronograma foi protelado, as atividades de campanha precisaram ser restringidas e o tom dos candidatos ficou mais sóbrio.

Apesar das limitações impostas pelo coronavírus, a OAB/RS não recuou de sua missão institucional e promoveu novamente a campanha Vote Consciente. A iniciativa, é claro, precisou ser adaptada. Como fazer, por exemplo, um lançamento sem aglomerar pessoas? A estreia precisou ser feita por meio do canal da OAB/RS do YouTube.

Se novas formas de comunicação precisaram ser encontradas, o conteúdo da campanha seguiu o mesmo enfoque: esclarecer o cidadão das funções do prefeito e do vereador, como identificar fake news, que cuidados tomar na hora do voto, quais os direitos e deveres do eleitor, entre outros. “A nossa crença é que o voto não tem preço, mas tem consequências. Nenhum político corrupto, despreparado ou mal-intencionado assume um cargo sem receber muitos votos. No caso das eleições municipais, são necessários milhares de eleitores para assegurar uma vitória”, escreveu Ricardo Breier em artigo

publicado no Jornal do Comércio em novembro de 2020.

Com experiência na coordenação de campanhas da OAB/RS, a secretária-geral adjunta Fabiana da Cunha Barth enfatizou a relevância de pesquisar sobre os candidatos. “Se ele está buscando a reeleição, é importante saber como vem atuando. Se está buscando primeiro mandato, buscar se informar sobre sua área de atuação e as bandeiras que defende”, ressaltou à época, lembrando que o voto não pode ser decidido apenas pelo que se recebe no WhatsApp.

5.4 SEGURANÇA PÚBLICA: UMA POLÍTICA DE ESTADO PERMANENTE

Até quando uma sociedade suporta viver uma crise que a atinge no cotidiano, na parada de ônibus, no carro à beira do portão ou na porta da escola? Nem sempre o basta é forte o suficiente para acordar as autoridades públicas a tempo de corrigir os rumos de um município, de um estado ou de um país. Muitas



Foto: Gabriela Milanezi

vezes, esse basta é dramático, custa uma vida, ou muitas. Foi assim que aconteceu no Rio Grande do Sul em 2016.

Assolado por uma crescente onda de criminalidade, o Estado parecia inerte e derrotado a cada novo episódio de violência. A população apenas se recolhia ainda mais dentro de casa a cada latrocínio, homicídio e roubo de veículo. Mas os bastas acontecem. E o estopim para isso no Rio Grande do Sul foi o assassinato de uma representante comercial de 44 anos em agosto. Cristine Fagundes foi morta a tiros na frente da filha adolescente, enquanto esperava o filho sair da escola, em Porto Alegre.

O crime causou comoção que atravessou o Estado e desabou na forma de pressão sobre o Palácio Piratini, então sob o comando de José Ivo Sartori (MDB), cujo mandato se estendeu de 2015 a 2018. Até a trágica morte de Cristine, outros bastas haviam sido dados. Um deles ocorreu em maio e deveria ter sido escutado.

A OAB/RS já se mobilizava e alertava que algo precisava ser feito em relação ao tema. Tanto que, em maio, a sede da seccional foi o centro de encontro para o protagonismo da sociedade e instituições ligadas à segurança pública debaterem o cenário caótico vivenciado pela população gaúcha. Em audiência pública, foi criado o Comitê Cidadania pela Segurança, com a participação da entidade, das instituições da sociedade civil e das associações de bairro. O objetivo do encontro que lotou a sala do Conselho Pleno era a elaboração de diretrizes para um plano permanente de segurança pública.

Durante a audiência pública, mais de 30 instituições e associações de bairros de Porto Alegre se manifestaram, destacando diversos pontos de vista sobre a questão da segurança. Entre os apontamentos mais frequentes, estiveram os relatos de invasão e mortes dentro de hospitais, o fechamento de estabelecimentos comerciais e os corriqueiros assaltos, o aumento de furtos e de tiroteios em bairros

residenciais, o fechamento de postos policiais em regiões da Capital, além da alta carga tributária e sua falta de retorno em investimentos básicos para a população.

Com o título “Insegurança: a sociedade cansou!”, um artigo assinado pelo presidente da OAB/RS, Ricardo Breier, e publicado no jornal Zero Hora apontava o estado de imobilismo diante da crise, cobrava ação e oferecia saídas. A primeira constatação era simples: a segurança pública precisa ser uma política de Estado, permanente e estratégica. Não há espaço para excesso de imaginação e de criatividade, nem para mudanças impensadas a cada troca de governo, como se fosse possível, a cada quatro anos, “se reinventar a pólvora”.

Breier denunciava o caos instalado em muitas cidades do RS, principalmente em Porto Alegre, afetando a qualidade de vida da população, e convidava a cidadania para um debate franco sobre a questão da segurança pública. Ao mesmo tempo, cobrava do Piratini informações sobre a gestão e os investimentos no setor. “O objetivo da OAB/RS é que a política de



Foto: Lucas Pfeuffer

segurança seja continuada e evolutiva, com regras claras, impositivas, prioridades orçamentárias, e se adapte às novas realidades de modo racional e controlado", esclareceu ele.

Apesar do alerta, a situação seguia sem controle. Em julho, o governo estadual anunciou um plano de investimentos para contratações de policiais e pagamento de horas extras aos servidores da área, além da reestruturação do sistema carcerário. Mas os déficits de efetivos das corporações e de vagas em cadeias eram tão grandes, que as medidas não passaram de paliativos. Após conversar com entidades da segurança pública, Breier foi duro: "O que o Estado apresentou é, na verdade, a ausência de um plano, de uma política permanente de segurança. Com um ano e seis meses de governo, só agora apresentaram solução emergencial, que não vai contribuir em nada para a redução do crime", disse à imprensa.

Ainda em julho, um outro episódio dava conta da capilaridade da onda de criminalidade. Nem colégios eram poupados. Após um ataque de bandidos à Escola Estadual de Ensino Fundamental Erico Verissimo, na Capital, o cenário era de desolação. O que não foi roubado foi destruído, relatou a direção da instituição. Estarrecido, Breier disse que o caso era um símbolo da insegurança pública. "A escola que educa foi depredada pelo crime organizado. Cinco pessoas são assassinadas em 30 minutos em POA. Policial Militar é morto em ação de criminoso. Tiros são disparados dentro do Hospital de Pronto Socorro", afirmou ele, completando: "Não temos segurança na escola, não temos segurança nos hospitais, não temos segurança porque a polícia não está sendo vista como um ente que garante a segurança pública. Isso tudo é reflexo de uma política de Estado completamente omissa, que leva à desordem pública que vivemos hoje."

A desordem, poucas semanas depois, acabou vitimando

Cristine. Em nota, a OAB/RS lamentou a perda de mais uma vida e foi novamente firme na cobrança. "O caos visível da segurança pública só poderá ser contido se o governo do Estado tiver a humildade de reconhecer que sua postura tem sido de uma gestão temerária e inerte e que, nas poucas movimentações que realizou na área, agiu de forma equivocada e ineficaz, já tendo passado da hora de ouvir a sociedade e praticar acertos que possam nos livrar das tragédias noticiadas rotineiramente em todos os meios de comunicação", dizia o texto.

A Ordem criticou as "ações meramente cosméticas e previsivelmente inócuas" e disse que qualquer lugar de Porto Alegre havia se tornado "local de risco", tendo sido a população tomada pelo medo. A mensagem ainda ressaltava a necessidade de se buscar o apoio da Força Nacional de Segurança Pública. O Piratini resistia a fazer esse gesto havia semanas. O tema se revelava um dos pontos de desconexão entre o poder público e a população amedrontada, exatamente como havia ocorrido em abril, quando o Piratini só desistiu de ceder policiais militares para atuar nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro após intensa cobrança de entidades como a OAB/RS. Finalmente, após mais uma vítima, os apelos da sociedade civil começaram a fazer efeitos. No dia seguinte, em entrevista coletiva, o governador anunciou o pedido de reforço da Força Nacional e a troca de comando na Secretaria da Segurança Pública (SSP). Em apelo a Brasília, Sartori solicitou recursos para a compra de equipamentos e viaturas e a construção de uma penitenciária federal no Estado.

A reação tardia não foi dada como acabada. A OAB/RS seguiu ao longo dos meses seguintes incansável na exigência de melhorias. De outubro em diante, passou a pedir a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa para investigar o destino dos recursos da segurança pública, eventuais ações indevidas ou omissões. Seria uma CPI

diferente, “em defesa da sociedade” e não pautada por interesses partidários ou ideológicos. Em novembro, amparado por um abaixo-assinado com mais de 7 mil assinaturas e com apoio de mais cem entidades da sociedade civil, o documento pedindo a investigação foi entregue ao parlamento.

O ano fechou com uma nova iniciativa propositiva da Ordem, um pacto pela paz. A ideia se materializou na realização do 1º Encontro Gaúcho pela Segurança Pública. A mobilização reuniu cerca de 50 entidades representativas, em uma inédita união de esforços em prol da segurança pública. “Cansamos de esperar ou de nos deixar levar por respostas inócuas ou pontuais que não produzem resultado. Chegou a hora de nos unirmos e utilizarmos toda a capacidade e inteligência disponível em nosso Rio Grande para superarmos a violência e reconstruirmos um ambiente de convivência pacífica, que já foi uma grande marca do nosso Estado”, escreveu Breier em artigo na Zero Hora.

O pacto se baseava em uma estratégia simples: buscar conhecer experiências de cidades, estados e países que tiveram sucesso em superar ondas de violência semelhantes à do RS. A partir disso, a meta era unir instituições, corporações, mídia, universidades, igrejas, empresários e sindicatos em torno de um plano concreto. Era uma forma de apoiar o poder público no enfrentamento de um problema tão complexo. “O crime só é organizado quando a sociedade é desorganizada”, escreveu ele. Passados cinco anos, o cenário mudou no Rio Grande do Sul. Várias frentes foram levadas adiante, como deslocamento de agentes do interior para cidades mais afetadas, previsão de investimentos nas corporações, transferência de líderes de facções para presídios em outros estados, continuidade de políticas públicas, implantação de videomonitoramento e cercamento eletrônico, mapeamento da criminalidade e integração entre as polícias.

Os indicadores da segurança pública vêm mantendo queda continuada desde então, e o tema segue na agenda da OAB/RS. Em 2019, por exemplo, a OAB/RS apoiou a campanha “1 segundo contra a violência – Você decide se ela avança”, da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (Agert).

O ano de 2020 se encerrou com estatísticas históricas. A taxa de homicídios, por exemplo, chegou a 14,8 para cada 100 mil habitantes. O ano foi marcado pela pandemia, mas os dados já vinham caindo antes. Em 2019, a taxa havia sido de 15,8. Durante a crise da segurança, chegou a 26,4 em 2017. Já os latrocínios caíram de 169 em 2016 para 67 em 2019 e para 62 em 2020. Foi esse crime que tirou a vida de Cristiane.

5.5 APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.245/2016: SALVAGUARDA PARA ABUSOS

Logo no início de 2016, dois incisos inseridos no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil trouxeram uma mudança capaz de representar avanço na efetivação dos direitos e garantias fundamentais no país. As alterações foram realizadas por meio da sanção pela então presidente da República, Dilma Rousseff, da Lei nº 13.245/2016, originada de um projeto apresentado no ano anterior pelo deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). A redação dos incisos XIV e XXI do artigo 7º é curta e certa. O primeiro assegura aos advogados “examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital”. E o seguinte garante ao defensor “assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos

investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração.”

As poucas linhas dos incisos XIV e XXI representaram a consolidação, durante os inquéritos, do exercício efetivo do contraditório e da ampla defesa. Diante da novidade, comemorada pela advocacia, o presidente da OAB/RS, Ricardo Breier, procurou ainda em janeiro daquele ano o então chefe da Polícia Civil, delegado Guilherme Wondracek, para conversar a respeito da aplicação da norma na condução do inquérito policial.

Na avaliação da OAB/RS, a Lei nº 13.245/2016 representou o fortalecimento do trabalho da advocacia na defesa do cidadão, garantindo que o devido processo legal seja observado desde o início da investigação policial. Além de assistir pessoalmente o cliente, o defensor ganhou espaço para formular questionamentos e apresentar conclusões finais em resposta à apuração realizada pela autoridade. A mudança permitiu a ampliação da vigilância profissional a respeito dos direitos daqueles que se encontram na posição de investigado, neutralizando os abusos, interrompendo o arbítrio e exigindo o cumprimento da lei.

Aos críticos da nova lei, que apontam norma excessivamente garantista, Breier elaborou argumento definitivo, em artigo no jornal Zero Hora. "Na persecução penal, não existem bandidos nem mocinhos, apenas pessoas. O ser humano é comandado por suas circunstâncias e a Constituição não faz distinção de pessoas, pois todos temos direitos iguais. Com efeito, esse conjunto de medidas constitui-se em verdadeiro marco civilizatório, superando uma visão meramente formal da aplicação dos princípios constitucionais da ampla defesa, escreveu ele no texto publicado em janeiro de 2016.

5.6 CRISE NO SISTEMA PRISIONAL E A HUMANIZAÇÃO DO CÁRCERE

O Palácio da Polícia é a imponente sede de uma instituição com 180 anos de história, a Polícia Civil do Rio Grande do Sul. Em novembro de 2016, esse simbólico prédio expôs uma chaga que se arrastava havia tempo no Estado, a crise no sistema prisional. Nas imagens reproduzidas por veículos de comunicação, dois presos apareciam algemados em uma lixeira instalada na calçada de uma das mais movimentadas vias da Capital, a Avenida Ipiranga.

Os dois foragidos da Justiça detidos pela Brigada Militar no dia anterior haviam passado a noite ali, indicando que a falta de vagas em presídios e até mesmo na carceragem das delegacias tinha chegado ao limite. E eles não eram os únicos. Cinco viaturas estacionadas no entorno do palácio abrigavam outros suspeitos recolhidos, e 10 policiais militares permaneciam na custódia em vez de estar nas ruas patrulhando.

A cena correu a imprensa, provocou promessas do poder público e reações na sociedade. Para a OAB/RS, era apenas



Foto: Lucas Pfeuffer

mais um lamentável capítulo de uma grave batalha que já merecia sua atenção muito tempo antes.

Em abril, a Ordem fez uma vistoria para avaliar a situação de permanência dos presos provisórios no Palácio da Polícia. À época, eles ainda ficavam dentro do prédio, esperando pela remoção a presídios da Região Metropolitana quando abrissem vagas. O presidente da entidade, Ricardo Breier, e colegas da Comissão de Direitos Humanos (CDH) conversaram com os detidos, que relataram superlotação de celas e falta de condições básicas de higiene. Após a fiscalização, Breier ressaltou a contrariedade da OAB/RS em relação à manutenção de presos provisórios em delegacias e conversou com autoridades policiais. "Não é um local adequado para os detentos ficarem por tanto tempo. Isso coloca em risco os cidadãos e os agentes de segurança que convivem com os presos", disse ele.

A vistoria havia sido provocada por um protesto dos suspeitos dias antes. Para chamar atenção, eles tinham colocado fogo em papéis. Membro da CDH, o advogado Rodrigo Puggina acompanhou os desdobramentos do episódio e externou sua preocupação. "Do ponto de vista dos direitos humanos, é uma situação aterrorizadora, as condições são horríveis. É constrangedor e humilhante. E a continuidade disso vai depender da posição da OAB/RS, já que no campo político parece que têm se esgotado tentativas, sequer foram apresentadas propostas de mudança", disse.

Para demonstrar a gravidade da situação, a OAB/RS recorreu a um expediente incomum ainda em abril. Em ofício ao Palácio Piratini, apontou os riscos de manter presos em delegacias, locais sem estrutura para recebê-los. A intenção era assegurar o fim do procedimento, que, além de ilegal, coloca a sociedade em perigo. "Cobramos providências imediatas no intuito de cessar tal prática que, de maneira inédita, de alto risco, vem se

institucionalizando em nosso Estado. Além das graves e notórias violações de direitos mínimos, isso vem gerando severas consequências que num curto espaço de tempo poderão colocar em risco vidas no interior das nossas delegacias com eventual morte ou rebelião", frisou.

O cenário, porém, foi se agravando. Nos meses seguintes, dezenas de cadeias foram interditadas por superlotação, pressionando ainda mais a situação nas delegacias. "É um evidente flagrante da violação dos direitos humanos. Os agentes policiais não têm treinamento para isso. Os presos são misturados, podendo haver resgate pelas facções criminosas. A vida dos policiais e da população está colocada em risco no interior das nossas delegacias, declarou a coordenadora da CDH, Neusa Rolim Bastos.

Em julho de 2016, em resposta aos movimentos feitos pela OAB/RS, a Justiça determinou a remoção de presos das delegacias e a proibição de recusa em receber esses detentos



Foto: Lucas Pfeuffer

nos estabelecimentos administrados da Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe). Foi uma em meio a várias decisões judiciais envolvendo a questão ao longo de meses enquanto a OAB/RS seguia vigilante.

Nova vistoria da OAB/RS foi realizada no Palácio da Polícia em setembro. Os membros da entidade encontraram 19 presos dividindo uma cela. Naquele mês, novo princípio de incêndio foi controlado, e um espancamento, registrado.

Mas foi em novembro que a OAB/RS teve o melhor momento para apresentar suas preocupações. Durante audiência pública comandada pela ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ricardo Breier ressaltou o trabalho feito pela Ordem na questão prisional. A ministra ouviu o relato após ter vistoriado o Presídio Central, considerado um dos piores do país, e o Presídio Feminino Madre Pelletier.

Breier lembrou que o caos carcerário no RS já havia sido levado à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2012 e que precisava ser enfrentado com ações concretas. “Acreditamos em uma solução coletiva,

especialmente com a participação da sociedade. Com a construção de presídios municipais e menores, podemos evitar o contágio criminal causado pela aglomeração de presos. Se tivermos estruturas com cerca de 200 apenados, podemos utilizar oficinas e a ajuda da sociedade para ressocializar”, argumentou.

Apesar da veemência da campanha da Ordem, o problema estava longe da solução e se arrastou para o ano seguinte. Em fevereiro de 2017, novamente presos algemados em local insalubre chamaram atenção. O flagrante da Ordem aconteceu em área atrás da 3ª Delegacia de Pronto Atendimento (DPPA) da Capital. No local, havia nove suspeitos algemados em um corrimão de escada, dois aprisionados a uma janela basculante e 23 habitando um ônibus-cela batizado de Trovão Azul. Havia um banheiro químico para uso de detidos e de policiais, e a comida era trazida em viatura. Não havia banho, o calor era forte e o lixo se acumulava pelos cantos exalando cheiro forte. Mais de 20 agentes eram responsáveis pela segurança do local.

O presidente da OAB/RS, Ricardo Breier, classificou o quadro como uma bomba-relógio. “Há alguns presos que estão doentes, com tuberculose. Além disso, cada policial fica responsável pelo detento que captura. Isso é um absurdo, pois homens que deveriam estar nas ruas, zelando pela nossa segurança, estão de guarda desses presos”, advertiu, lembrando que ninguém defende oferecer “hotel cinco estrelas”, mas dar as condições mínimas às pessoas.

Pressionado, o governo do Estado criava pequenos centros de triagem, mas a demanda era difícil de ser atendida. Em setembro de 2017, levantamento da Susepe indicava a guarda de mais de 260 presos em delegacias, viaturas e no superlotado Instituto Pio Buck. Enquanto isso, sindicatos representantes da categoria policial pediam a interdição de delegacias em razão das más condições de trabalho.

As cenas da crise seguiram se repetindo ao longo dos anos



Foto: Lucas Pfeuffer

seguintes, inclusive em meio à pandemia do coronavírus. Em razão da necessidade de períodos de isolamento em centros de triagem e presídios, houve redução no ritmo de transferência de detidos. Naquele momento, a própria pandemia acabou tomando a atenção de todos os envolvidos com a questão carcerária. O primeiro caso de contaminação dentro do sistema foi detectado no final de março, ampliando a preocupação com o cenário de cadeias superlotadas abrigando cerca de 38,4 mil detentos. À época, a OAB/RS defendia reforço na prevenção nos presídios para que a proliferação de casos entre apenados não fosse pressionar ainda mais as unidades de saúde.

Se a questão sanitária ampliava a tensão no momento de maior gravidade de pandemia, ao menos um projeto do governo do Estado oferecia, desde 2019, um horizonte a quem trabalha pelo fim da manutenção de presos em delegacias ou viaturas.

Está em obras, no bairro Partenon, o Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (Nugesp), com previsão de conclusão e início das operações em 2022. A iniciativa, que tem custo de R\$ 46 milhões, promete acabar com a manutenção de presos em delegacias e viaturas por prever a criação de 708 vagas destinadas a quem aguarda ingresso em estabelecimentos prisionais.

A OAB/RS acompanha o Nugesp desde novembro de 2019, quando recebeu do vice-governador Ranolfo Vieira Júnior o convite para integrar o projeto. Segundo o governo, o núcleo vai centralizar todos os procedimentos básicos de identificação, documentação, registro policial, classificação, triagem, audiência de custódia e encaminhamentos posteriores aos presídios. Em caso de concessão de liberdade provisória com monitoramento, a tornozeleira eletrônica já será instalada no local. Haverá também espaço para atendimento jurídico, pátio para banho de sol e atendimento de saúde.

Ao conhecer o projeto, Breier classificou a proposta como

promissora e, a partir dali, participou ativamente do esforço para erguer o núcleo. Em julho de 2021, esteve presente na cerimônia de assinatura do termo de cooperação do Executivo com os demais Poderes e instituições para a criação, estruturação e funcionamento do Nugesp.



Foto: Lucas Pfeuffer

5.7 AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

Não deixa de ser simbólico o fato de o futuro Nugesp já ter em seu projeto espaço para audiências de custódia. Trata-se de um importante avanço regulamentado pelo CNJ em 2015, em cumprimento ao compromisso assumido pelo país na ratificação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e da Convenção Americana de Direitos Humanos.

A audiência de custódia impõe celeridade a casos de flagrante, para que seja decidido pela prisão ou liberdade do suspeito. O detido deve ser apresentado a um juiz no prazo de 24 horas. Além dele, são ouvidas as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado da pessoa. Assim, magistrado arbitra sobre a prisão levando em conta a legislação e também pode identificar eventuais irregularidades envolvendo o caso, como a ocorrência de maus-tratos. Indiretamente, a audiência também é forma de desafogar o sistema carcerário, uma vez que coloca em liberdade aqueles cuja prisão for ilegal ou avaliada desnecessária pelo juiz.

O avanço das audiências de custódia pelas comarcas do Estado é resultado de um esforço que contou com a OAB/RS desde seu princípio. Em julho de 2015, em parceria com o Tribunal de Justiça, a Ordem participou do projeto-piloto que deu a largada para sua implementação no Estado a partir do Presídio Central de Porto Alegre e da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Agora, o Nugesp promete resolver um gargalo enfrentado pelo poder público, uma vez que a Susepe carece de estrutura física e de pessoal para realizar todas audiências que seriam necessárias.

5.8 ISONOMIA NO SERVIÇO PÚBLICO

Um parecer do então do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) em janeiro de 2016, coroou e cristalizou um princípio que marcaria os anos seguintes na OAB/RS, a defesa da isonomia no serviço público e na sociedade. Acatando argumentos da Ordem, o procurador-geral classificava uma lei estadual que criava aposentadoria especial para deputados de “imoral” e “inadmissível”. A defesa da isonomia e de princípios republicanos seria erguida em diversos momentos dali em diante, sempre em nome da cidadania. Em ao menos três importantes momentos

da vida pública do Rio Grande do Sul nos últimos anos, a Ordem teve papel fundamental em fazer frente contra benefícios concedidos sem justificativas plausíveis: o Plano de Seguridade Social dos Parlamentares do Estado, a pensão paga a ex-governadores e a criação de auxílio-saúde no Tribunal de Justiça, no Ministério Público e no Defensoria Pública.

5.8.1 UMA APOSENTADORIA “IMORAL E INADMISSÍVEL”

Em resposta a uma ação movida pela OAB/RS, a peça assinada por Rodrigo Janot classificava a aposentadoria especial criada pela Assembleia Legislativa para os próprios deputados estaduais como um benefício “imoral” e “inadmissível”. A lei que criou o Plano de Seguridade Social dos Parlamentares do Estado havia sido aprovada no final de 2014 e era questionada pela OAB/RS no Supremo Tribunal Federal. Se antes parlamentares se aposentavam pelo INSS (teto de R\$ 5,8 mil à época), o novo regime garantiria salários integrais na inatividade (R\$ 25,3 mil à época), sustentando, segundo Janot, um “único propósito de privilegiar poucos indivíduos, locupletando-os à custa do Estado, com regras especiais, sem razão consistente”. A manifestação do procurador-geral foi saudada pela OAB/RS, uma vez que reconhecia os argumentos levantados em pareceres de três comissões internas da entidade, que haviam sido unâimes em declarar a inconstitucionalidade da lei. Para o presidente da Ordem, Ricardo Breier, além de violar a Constituição, a norma desrespeitava a cidadania. “Ser político é um ato transitório. O exercício da atividade parlamentar não é carreira de Estado. É atividade de doação, não sendo profissionalizada. Portanto, esse benefício representa afronta e desrespeito ao princípio de igualdade frente ao cidadão gaúcho”, reforçou Breier, frisando ainda não ser competência do Estado legislar sobre o regime de Previdência Social.

Em setembro de 2019, a polêmica foi encerrada pela própria

Assembleia. Uma proposta da Mesa Diretora, prevendo a extinção da aposentadoria especial, foi aprovada por 50 votos a zero no plenário da Casa.

5.8.2 UMA REGALIA VITALÍCIA

Por qual a razão um político que exerceu mandato eletivo por quatro anos deve receber uma indenização vitalícia? Desde que essa questão passou a ser formalmente levantada pela OAB/RS, em 2011, três governadores já passaram pelo Palácio Piratini. E a Ordem seguiu denunciando um benefício que fere os princípios constitucionais e até mesmo o bom senso, uma vez que representa uma regalia destinada a poucos em um valor que ultrapassa os R\$ 30 mil e que contrasta duramente com a situação do restante da população.

A concessão de subsídio mensal a ex-governadores e a suas viúvas foi assegurada pela Lei 7.285, de 23 de julho de 1979. Em fevereiro de 2011, a OAB ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal questionando a norma. O argumento é simples: trata-se de um injustificável privilégio baseado no exercício de mandato eletivo temporário, e não em uma profissão. Esse mesmo movimento foi feito pela Ordem em mais de uma dezena de Estados, que mantinham vantagens semelhantes a ex-governadores,

No Rio Grande do Sul, bandeira encampada pela Ordem acabou tendo reflexos na Assembleia Legislativa. Depois de anos de muitos debates, em 2015 a Casa extinguiu a pensão vitalícia aos futuros ex-chefes do Executivo a partir de 2019 e estabeleceu que o benefício seria pago por quatro anos após o fim do mandato, como previa o projeto da deputada Any Ortiz (Cidadania). Quem tinha a vantagem vitalícia até então, nove ex-governadores e quatro viúvas, mantinha o benefício inalterado.

Com a nova norma, em 2018 o ministro Ricardo Lewandowski

chegou a considerar a ação da OAB/RS prejudicada, mas acabou retomando o andamento do caso em 2021 após reconhecer um agravo regimental da entidade, no qual sustentava que a lei de 2015 também era inconstitucional.

Em julho de 2021, uma nova legislação foi aprovada pela Assembleia Legislativa. Agora, a proposta do deputado estadual Pedro Pereira (PSDB) revogava a lei de 1979 que garantia a pensão dos nove ex-governadores e quatro viúvas que já recebiam de forma vitalícia e até mesmo o benefício temporário de quatro anos previsto na regra de 2015.

A nova lei foi sancionada pelo governador Eduardo Leite em agosto, mas o ato não encerrou a polêmica. A lei sancionada pelo chefe do Executivo revoga a norma de 1979, mas não faz qualquer menção direta sobre o fim do pagamento aos atuais beneficiários. Ou seja, retira a legalidade de um desembolso, mas não determina sua suspensão. Há divergência de interpretações sobre suposto direito adquirido dos envolvidos. Autor do projeto, Pedro Pereira rejeita a hipótese e defende o corte dos pagamentos. Ainda em agosto, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) publicou parecer reconhecendo o direito adquirido dos beneficiários. Em nome de uma bandeira que já alcança uma década, a Ordem mantém o entendimento a respeito da ilegalidade e da imoralidade do benefício.

5.8.3 UM NOVO PRIVILÉGIO EM GESTAÇÃO

Enquanto autoridades públicas em todo o país lutavam contra a pandemia de coronavírus, no Rio Grande do Sul estava em formação um novo privilégio a setores do poder público, a criação de um auxílio-saúde no Tribunal de Justiça, no Ministério Público e no Defensoria Pública.

A proposta foi instituída em março pelo Judiciário, assegurando um novo benefício a juízes, desembargadores e servidores, abrangendo também aposentados e pensionistas e

dependentes. Logo, Ministério Público e Defensoria Pública seguiram o mesmo caminho, alegando o princípio constitucional de simetria entre carreiras jurídicas.

Não demorou para a OAB/RS manifestar o óbvio ao olhar do cidadão comum: simetria de privilégios que desrespeita o princípio da isonomia. O presidente Ricardo Breier afirmou que a entidade passaria a lutar contra o benefício, sugerindo sua revogação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Como o benefício foi criado com base em uma resolução de 2019 próprio CNJ, a luta será difícil.

Batizado de Programa de Assistência à Saúde Suplementar, o auxílio-saúde será destinado ao ressarcimento de despesas com plano de saúde, atendimento médico, hospitalar, psicológico e odontológico. São beneficiados servidores e magistrados do Judiciário; servidores, promotores e procuradores do MP e defensores públicos estaduais. Pela regulamentação, o valor a ser reembolsado observa uma escala e poderá ser de até 7% do subsídio.

Se por um lado o benefício passará a representar mais recursos no bolso de uma pequena parcela do funcionalismo público – que poderá contratar um plano privado sem mudar nada na administração de suas finanças pessoais –, por outro poderá

significar um golpe no IPE-Saúde, plano voltado à massa dos servidores. Empregados com os mais altos salários do setor público deixarão de contribuir ao sistema, ampliando seu déficit e dificuldades.

Na Assembleia Legislativa, tramitam propostas que buscam barrar o pagamento do auxílio-saúde. Em nota, a OAB/RS se colocou ao lado de quem busca impedir a consolidação de um novo privilégio e fez dura crítica aos responsáveis. A Ordem manifestou “preocupação e indignação” com a criação do programa e meio à mais grave crise sanitária no Estado e no país e lembrou o cenário dramático, composto por alto número de mortes diárias, esgotamento da capacidade hospitalar de atendimento, aumento do desemprego, prejuízos econômicos e danos ao exercício da advocacia. Ressaltando que os favorecidos estão no “topo da pirâmide salarial no âmbito público”, a entidade afirmou que “não há Estado Social sem solidariedade, assim como não há justiça social sem que um mínimo de dignidade seja garantido às pessoas” e exigiu “solidariedade e justiça, sem o que as instituições perdem sua razão de ser, e que marque o início de um movimento nacional junto ao CNJ para revisão destes benefícios”.

“Ser político é um ato transitório. O exercício da atividade parlamentar não é carreira de Estado. É atividade de doação, não sendo profissionalizada. Portanto, esse benefício representa afronta e desrespeito ao princípio de igualdade frente ao cidadão gaúcho”

RICARDO BREIER



6

DA ADVOCACIA
PARA A
ADVOCACIA

OAB

6.1 PLANO DE VALORIZAÇÃO DA ADVOCACIA

Muitos dos compromissos assumidos e cumpridos pela Ordem gaúcha ao longo de seis anos tiveram como balizador um projeto apresentado pelo presidente Ricardo Breier ao conselho seccional em fevereiro de 2017: o Plano de Valorização da Advocacia. Como o próprio nome já explica, o objetivo era valorizar a profissão através de ações de aproximação com a seccional, além de uma série de outras realizações que serão futuramente citadas neste livro. Ao mesmo tempo, despertar a sociedade para a importância de proteger e exigir seus direitos, na defesa dos quais o advogado é indispensável também estava no escopo do chamado PVA, pois fortalecer as prerrogativas do advogado significa, na prática, fortalecer a cidadania e as instituições democráticas. Com o slogan “Plano de Valorização – Por uma advocacia fortalecida”, a OAB/RS buscava restabelecer à advocacia o protagonismo na defesa da sociedade. Todos os itens apresentados à época foram alcançados – com intensidades e resultados diferentes, mas contemplando todo plano logo no seu primeiro ano, assim como foram renovados e aprimorados durante a gestão. Para ter êxito na execução do Plano de Valorização da Advocacia, Breier foi ouvir os advogados e difundir as ações em todas as regiões do Rio Grande do Sul naquele que seria um dos carros-chefes do PVA: o projeto “De Colega para Colega”.



Foto: Sergio Trentini

6.2 A CONSTRUÇÃO DO EPROC NA JUSTIÇA ESTADUAL

Um dos momentos mais emblemáticos para o Tribunal de Justiça finalmente definir pela mudança de sistema do seu controverso processo eletrônico foi protagonizado pela OAB/RS. O dia 11 de abril de 2017, mesma data em que a instituição completou 85 anos, entrou para a história como o marco inicial do eproc na Justiça Estadual.

Foi partir de uma Audiência Pública na sede da seccional, com a sala do Conselho Pleno lotada, e tendo mais de 10 mil espectadores acompanhando a transmissão pelo site da Ordem e pelas redes sociais, que os advogados e as advogadas trouxeram dezenas de relatos dos problemas diários e corriqueiros envolvendo o e-Themis. “Criamos a oportunidade da advocacia, com transparência e diálogo, externar a realidade do dia a dia”, frisou Breier.

Os representantes da Corte presentes no evento foram convencidos, entre eles o presidente do Conselho de Informática e do Comitê Gestor do Processo Eletrônico do TJRS, desembargador Carlos Alberto Etcheverry, de que a situação do e-Themis era insustentável. “Não tínhamos a menor ideia do tamanho do grau da insatisfação dos advogados, que são nossos clientes, e queremos proporcionar, sim, um serviço ágil e vamos nos esforçar para que isso aconteça”, disse ele.

Dessa forma, foi iniciada pelo TJRS, por sugestão da OAB/RS, uma transição para o mesmo processo eletrônico do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o eproc. Meses depois, o dia 17 de novembro de 2017 entrou para o calendário do Judiciário gaúcho como o início de uma nova era digital. Uma antiga reivindicação da advocacia gaúcha se tornava realidade: ocorria a assinatura de um termo de cooperação entre o TRF4 e o TJRS para o compartilhamento do novo sistema.

Anos antes, o eproc fora idealizado e desenvolvido com o apoio



Foto: Sergio Trentini

da OAB/RS, por magistrados e servidores da Justiça Federal da 4ª Região. Por atender todas as matérias e graus, era considerado pelos usuários um sistema consolidado pela agilidade e pelas funcionalidades.

Logo no início de 2018, mais precisamente no dia 30 de janeiro, a primeira comarca do Estado já tinha o sistema eproc em pleno funcionamento: Encantado. Inicialmente, o projeto-piloto tratava de processos de matéria previdenciária de competência delegada. Em um trimestre, o sistema atingiu a marca de cerca de 30% dos processos, que foram ajuizados em três anos na Comarca.

O passo seguinte foi a implementação na Comarca de Marau em maio do mesmo ano. Logo na sequência, o sistema avançou para as Varas de Família, Sucessões e Curatelas da Comarca de Porto Alegre, juntamente com as 7ª e 8ª Câmaras Cíveis e o 4º Grupo Cível, estando oficialmente em funcionamento. Já em fevereiro de 2019, a Comarca de Carazinho passou a trabalhar com o sistema para a competência de família, sucessões e curatelas.

A próxima etapa do processo era a implantação do sistema em toda a área Cível, excetuando-se processos do Juizado da Infância e Juventude (JIJ) e Fazenda Pública. Inicialmente, foi

divulgado o cronograma completo e oficial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que confirmou a data de 25 de março de 2019 nas varas cíveis de Porto Alegre.

Após o evento que lançou o eproc no cível de Porto Alegre, o Ato nº 007/2019 do TJRS determinou a obrigatoriedade do uso do sistema eproc nas Comarcas do Interior do Estado a partir do mês de abril do mesmo ano. As primeiras Comarcas a receberem o eproc, além das que já foram implantadas com a matéria de família, foram as do litoral do Estado, seguidas da região metropolitana de Porto Alegre.

Com a conquista alcançada e em processo de implementação, a OAB/RS intensificou a promoção de diversos cursos e capacitações por todo o Estado. O objetivo era deixar a advocacia que ainda não tinha familiaridade com o sistema, pronta para trabalhar e minimizar eventuais dificuldades na operação. “A minha missão institucional é a de capacitar toda a advocacia gaúcha a operar no eproc na Justiça Estadual. Não há limites para aprender e trabalhar com o processo eletrônico”, ressaltou Breier durante a abertura de um dos cursos sobre o tema realizados pela Ordem gaúcha. Além disso, a OAB/RS criou uma série de videoaulas chamada “eproc em 8 minutos”, com tutoriais explicativos ministrados pelos membros da Comissão



Foto: Filipe Rossau

de Direito, Tecnologia e Inovação (CDTI), disponíveis a qualquer momento no site e no canal do Youtube da seccional.

Com o tempo, o sistema foi sendo implementando em todas as comarcas e varas do Estado, conforme o cronograma que era rigorosamente vigiado pela OAB/RS para não haver atrasos. Em abril de 2021, o Juizado Especial Criminal (JECRIM) foi a última matéria a receber a implementação do sistema eproc. Dessa forma, o Poder Judiciário gaúcho passou a ter o ingresso 100% eletrônico, considerando a implantação do eproc realizada na matéria cível e nas matérias de família, criminal e da infância e juventude – somados ainda os processos eletrônicos de competência do 2º grau e dos juizados especiais cíveis e fazendários, que tramitam nos demais sistemas judiciais em formato eletrônico.

Desde o primeiro ato que iniciou a transição do eproc como processo eletrônico oficial da Justiça Estadual, a Ordem gaúcha acompanhou cada passo, cada avanço do projeto de implantação do sistema. Através de sua CDTI, a seccional também foi fundamental no aprimoramento do eproc, atuando junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), participando de reuniões, sugerindo melhorias e acompanhando o cumprimento do cronograma previsto.

Hoje uma realidade consolidada, o eproc na Justiça Estadual só foi possível graças à mobilização da advocacia gaúcha.

6.3 CONVÊNIO COM O IPE SAÚDE

Em agosto de 2020, uma lei histórica para advocacia gaúcha foi sancionada pelo governo estadual. Após anos de negociação, a classe poderia ingressar no IPE Saúde, plano oferecido pelo Instituto de Previdência do Estado, com mais de quatro décadas de serviços, capilaridade no Estado e comprometimento com a

assistência médica e hospitalar de mais de um milhão de pessoas.

“A OAB/RS conhece a realidade da advocacia em todo o Estado e o quanto é importante oferecer mais opções para atender a saúde do profissional e de seus familiares. São anos de mobilização. Fizemos uma construção democrática, transparente e que será positiva, tanto para a advocacia, quanto para o próprio IPE”, destacou o presidente Ricardo Breier à época.

O esforço destacado pelo dirigente não foi exagero. Havia anos a advocacia esperava essa notícia. Dois anos antes, por exemplo, um levantamento realizado pela Ordem demonstrou que pelo menos 30 mil associados e familiares tinham interesse em ter acesso ao plano. A cobertura oferecida e o número de profissionais de saúde disponíveis foram citados como aspectos que atraíam os interessados.

No início da gestão de Breier, a classe chegou a pensar que a questão estava resolvida. Uma lei foi sancionada pelo governo do Estado garantindo o atendimento, mas em 2018 o Órgão Especial do TJRS considerou a regra inconstitucional por não haver previsão expressa de ampliação do acesso a outras categorias. “A OAB/RS se manteve firme em seu propósito. Temos absoluta convicção de que a possibilidade de ter o IPE Saúde para a advocacia e para outras categorias profissionais é uma grande conquista para a sociedade”, lembrou Breier.

Em 2019, a OAB/RS retomou as negociações com o governo do Estado. Um grupo formado por André Sonntag (tesoureiro da Ordem), João Darzone Junior (presidente da Comissão Especial de Acompanhamento Legislativo) e Ricardo Hermany (presidente da Comissão do Pacto Federativo e Controle Social) se tornou responsável por construir o caminho, que, com sólidas bases jurídicas, permitiu fazer o assunto avançar.

No ano seguinte, a Assembleia Legislativa aprovou a alteração

na Constituição Estadual que barrava a legalidade da proposta. Na sequência, o parlamento recebeu e avalizou dois projetos de lei do Palácio Piratini que instituíam o Plano de Assistência Médica às Entidades de Registro Profissional (Pamerp). Em 2021, finalmente, foi assinado o convênio que marcou o início da habilitação ao ingresso de profissionais da advocacia no IPE Saúde, tornando a OAB-RS a primeira entidade de classe a ter adesão ao novo plano.

6.4 NOVAS SEDES, ESTRUTURAS E COWORKING

A persistência da OAB/RS em oferecer estruturas adequadas a seus membros encontrou um símbolo na vida de Eugênia Reichert. Então presidente da subseção de Canoas, em agosto de 2018 ela esteve à frente do lançamento da pedra fundamental da futura sede local. Era um plano antigo da advocacia canoense, e até seu falecimento, em agosto de 2020, ela trabalhou para tirar o projeto do papel.

A memória de Eugênia Reichert foi resgatada e homenageada em agosto de 2021, quando, após sete meses de obras, seu sonho se tornava realidade na inauguração da nova sede da subseção de Canoas. Situada perto do Foro local, a estrutura de 950 metros quadrados de área conta com estacionamento para 14 veículos, auditório com 120 lugares, salas de trabalho e de atendimento e salão de festas para 80 convidados.

Presidente da subseção de Canoas, Ana Mattiello ressaltou o papel da antecessora. “Entre vários atores que trabalharam em busca desse objetivo, tivemos a atuação firme da presidente Eugênia Reichert nas últimas duas gestões. Assim, foi decidido pela diretoria que a nossa sede passará a se chamar OAB Subseção Canoas Presidente Eugênia Reichert. Nada mais justo fazermos essa homenagem”, disse ela.

Eugênia Reichert ganhou uma placa na nova sede, que, além de

resgatar sua memória, servirá para lembrar a resistência da Ordem nos momentos mais duros da pandemia. Prevista para começar em março de 2020, a obra teve de ser adiada em razão da crise sanitária e só pôde ser iniciada em dezembro daquele ano.

Por trás da insistência, está uma meta inabalável, a de não ter “nenhuma subseção sem sede”, iniciativa que remonta a 2007. A intenção é estruturar todas as subseções do Estado com reformas e novas edificações. Ao longo da gestão 2016-2021, as seguintes subseções tiveram novas sedes inauguradas ou reformadas: Carazinho, Três de Maio, Tramandaí, Guaíba, Erechim, Encruzilhada do Sul, Itaqui, Santo Ângelo, Bento Gonçalves, Marau, Panambi, Pelotas, Santiago, Palmeira das Missões, São Gabriel, Venâncio Aires, Quaraí, Torres, Lajeado e Canoas – além de investimentos em uma nova sala da OAB no TRT4 e no Foro Central de Porto Alegre, bem como em salas da OAB em todo o interior do Estado e espaços de atendimento da CAA/RS.

Exemplo mais recente da incessante estruturação empregada pela OAB/RS é a inauguração da Sala dos Andradas, espaço de coworking, no Centro de Porto Alegre. Trata-se de um espaço que permite à advocacia, de forma gratuita, trabalhar e atender seus clientes. “Este é mais um investimento entregue pela nossa gestão. Temos uma responsabilidade muito grande em administrar os recursos repassados por advogadas e advogados, e este é mais um retorno que entregamos para qualificar e contribuir com o trabalho dos colegas”, afirmou Breier.

A estrutura conta com 10 salas que podem ser utilizadas pelos associados a partir de um agendamento prévio. “Projetamos a Sala dos Andradas como mais uma alternativa aos colegas não só da Capital, mas também aos que vêm de outras cidades para compromissos em Porto Alegre e encontrarão aqui um espaço

adequado para suas reuniões de trabalho”, ressaltou o tesoureiro da OAB/RS, André Sonntag.

6.5 VALORIZAÇÃO DA INTERIORIZAÇÃO

As distâncias entre as 106 subseções da Ordem do Rio Grande do Sul não impediram o contato. As visitas às seccionais e o diálogo com os profissionais que atuam no interior foram práticas constantes da diretoria da OAB/RS durante os seis anos de gestão. De 2016 até o início da pandemia, os membros da diretoria percorreram dezenas de municípios para ouvir e acompanhar as demandas dos profissionais, além de destacar o andamento das ações desenvolvidas. Esse era o mote do projeto “De Colega para Colega”, uma das grandes ações do Plano de Valorização da Advocacia. O presidente Breier foi aos fóruns, salas da OAB/RS e escritórios de diversas regiões do Estado – visitar o colega com a inscrição mais antiga da subseção, assim como aquele com o número de OAB mais recente era tradição em cada viagem feita. “Apresentar a estrutura da Ordem gaúcha e seus serviços ao jovem advogado. Contar com a experiência do profissional com anos de profissão. E saber o que ambos esperam da sua entidade de classe foi fundamental para essa gestão. Foi a partir desses relatos que tomamos muitas decisões e ações de Ordem importantes”, relembra o presidente da OAB/RS.

Com o início da pandemia, como estratégia para driblar a impossibilidade de estar presencialmente nas subseções, a diretoria realizou uma série de encontros no ambiente digital, batizada de Caravanas Virtuais. Foi a forma encontrada para proporcionar o diálogo com o objetivo de conhecer as dificuldades enfrentadas e buscar caminhos para atender as necessidades da advocacia. Os reflexos da pandemia na atuação profissional, precatórios, publicidade irregular,

atendimento do Judiciário, digitalização dos processos e insegurança jurídica devido à crise sanitária foram alguns dos temas tratados nesses encontros. “A OAB/RS não parou de trabalhar. A Ordem vem sendo cada vez mais exigida. Iniciei as Caravanas Virtuais, realizando videoconferências com todas as subseções. Esses encontros com os colegas de todas as regiões e suas distintas realidades são fundamentais para que possamos agir. Ao mesmo tempo, o Conselho Pleno mantém seus encontros virtuais, deliberando pautas relevantes para a advocacia e dando suporte ao trabalho da diretoria”, escreveu Breier em artigo publicado no jornal Correio do Povo em agosto de 2020.

6.6 OAB/RS CUBO – A INCUBADORA DE CONHECIMENTO

A experiência profissional e o aprendizado devem andar lado a lado e de forma constante. Afinal, “sem a qualificação educacional, os profissionais que dedicam suas vidas à advocacia, além de perderem espaço no mercado, não poderão representar a cidadania de forma efetiva”, aferiu o presidente Ricardo Breier, ao anunciar o novo local de qualificação da advocacia: o OAB/RS – Cubo, que foi inaugurado em maio de 2018. O espaço localizado em frente ao Foro Cível na Rua Manoelito de Ornellas, 55, esquina com a Avenida Ipiranga, nasceu para ser a nova sede da Escola Superior de Advocacia.

A diretora da Escola Superior de Advocacia, Rosângela Herzer dos Santos, lembra que o local representou a concretização de um sonho: “Foi um salto muito grande, pois temos um corpo docente qualificado, materiais de primeira, uma biblioteca vasta, mas o nosso espaço antigo no 6º, 7º e 8º andares da sede deixava a desejar. Passamos a ter mais salas de aula para cursos presenciais e online, uma biblioteca nova, bem como um auditório com espaço para 300 pessoas”, afirma.

Foram dois anos de intensas negociações para projetar, construir e inaugurar a estrutura de mais de 2 mil m², que já recebeu grandes eventos e congressos da seccional e se tornou um ponto de encontro da advocacia gaúcha. Também faz parte da unidade Cubo, o SAAI - Serviço de Atendimento ao Advogado do Interior, a OAB Serviços, além de uma sala de computadores à disposição da advocacia e um posto avançado de atendimento do INSS.

6.7 ESA/RS 100% VIRTUAL E AO ALCANCE DE TODOS

Com mais de três décadas de dedicação à educação corporativa e ao desenvolvimento das competências necessárias ao aperfeiçoamento profissional da classe, a Escola Superior de Advocacia (ESA/RS) passou nos últimos anos por uma transformação que foi consolidada e comemorada no Mês da Advocacia 2021. A mais antiga das escolas de seccionais da OAB, criada em um momento em que o país começava a se preparar para elaborar uma nova Carta constitucional, se tornava 100% virtual e ao alcance de todos.

Em agosto de 2021, quando a pandemia dava sinais mais fortes de enfraquecimento, a ESA/RS estava preparada para uma nova realidade. Mesmo com ruas e salas de aula esvaziadas por meses a fio, a escola não deixou seus alunos desamparados e honrou o compromisso com a qualificação da advocacia. Se as aulas presenciais precisaram ser interrompidas, a ESA/RS focou seus esforços para a transmissão dos cursos e aos eventos on-line. Naquele momento, como explicou a diretora da ESA/RS, Rosângela Herzer dos Santos, era a forma possível de contribuir para que a advocacia se mantivesse atualizada e informada no período de restrições de locomoção, priorizando o bem-estar dos associados por meio do acesso a conteúdo educativo de qualidade.

O que começou de forma emergencial e sob pressão sanitária chegaria no ano seguinte como um modelo consolidado, uma transformação que veio para ficar. Em junho de 2021, a ESA/RS somava 237.622 participações registradas nas atividades on-line. “A virtualização da seccional é o grande legado da gestão. É por isso que trabalhamos para entregar este presente no Mês da Advocacia: a permanência da ESA 100% virtual independente do seu futuro retorno presencial. A informação fortalece a advocacia nas suas prerrogativas máximas. E essa é a função da escola, gerar e viabilizar o conhecimento para todos. ESA sem fronteira, para a advocacia brasileira”, ressaltou o presidente da OAB/RS.

6.8 A ESPERADA REGULAMENTAÇÃO DA ADVOCACIA DATIVA

O advogado dativo é um personagem-chave para se fazer justiça no Brasil. É ele quem assegura o respeito a normas fundamentais do país, o direito a assistência jurídica gratuita aos mais necessitados e o de ser julgado amparado por ampla defesa, quando a Defensoria Pública falta. Com a escassez de



Foto: Lucas Pfeuffer



Foto: Sergio Trentini

defensores públicos, é comum um advogado ser chamado para assumir essa função. Até 2020, no entanto, essa tarefa que envolve milhares de profissionais não era regulamentada. Convocado a representar a cidadania, o dativo vivia em um limbo, sem a segurança da própria cidadania.

Esse regramento foi consolidado após anos de diálogo e perseverança da OAB/RS. O auge da questão aconteceu em 2018, quando o Judiciário suspendeu o pagamento de honorários aos defensores dativos em razão de uma decisão do STF sobre lei estadual que tratava do tema. Consciente da importância do assunto, a OAB/RS começou mobilização para mostrar a diversos atores e instituições públicas, como a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a dimensão do problema. Ao mesmo tempo, atuava para comprovar os serviços prestados e garantir os pagamentos à advocacia dativa.

O esforço culminou com a aprovação e a sanção, em 2018, da Lei nº 15.232, que assegurou o pagamento, pela PGE, dos serviços realizados pelos dativos, nas localidades sem atendimento da Defensoria Pública. Faltava a regulamentação, que ocorreu em

2020. Em meio à pandemia de coronavírus, a novidade foi saudada em uma solenidade com apenas três pessoas, que naquele momento representavam milhares de profissionais. “Foi um trabalho feito em conjunto pela OAB/RS, PGE e Defensoria, mostrando uma parceria em busca de soluções. Os advogados e advogadas precisam disso para ter segurança na execução de seu trabalho em prol do Estado Democrático de Direito. Temos de reconhecer a importância e o significado deste momento”, salientou Ricardo Breier. Em junho de 2021, um edital foi lançado e os advogados interessados puderam se cadastrar para atuarem como dativos. Três meses depois, os aprovados foram homologados e os pagamentos começaram a ocorrer de forma regulamentada – como foi sonhado por tantos anos.

6.9 DEFESA DOS HONORÁRIOS

A defesa dos honorários foi uma das prioridades da gestão. De início, a Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas dos Advogados (CDAP) aprovou tabela de serviços para guiar e valorizar a prática profissional. A fixação de valores procurou evitar o aviltamento das relações de trabalho e na prestação de serviços. A OAB/RS é atuante na fiscalização do uso desse parâmetro. Já quanto aos honorários fixados judicialmente, muitas vezes, são ofensa grave às prerrogativas, porque se referem à questão da verba alimentar e da sobrevivência do advogado.

Visando a preservar a verba alimentar da advocacia previdenciária, a OAB/RS emitiu ofício aos 31 deputados federais do Rio Grande do Sul defendendo a aprovação do projeto de lei nº 4.830/2020. O texto prevê a autorização do desconto dos honorários do benefício previdenciário recebido pelo cliente em decorrência de processo administrativo. A verba alimentar do

advogado fica preservada, dando maior segurança para o pleito na via administrativa.

Outra conquista foi o convênio realizado com o Instituto de Protesto para reduzir o valor pago pelos advogados para realizar a cobrança de honorários contratuais por meio da postergação do pagamento de emolumentos cartoriais e taxas de fiscalização judiciária. O convênio estabelece o valor único de cobrança de R\$ 5 , na forma de protesto dos honorários não pagos (contratuais e sucumbenciais) – o que tem o intuito de evitar uma ação judicial, tornando o procedimento mais ágil e eficiente. Anteriormente, para realizar a cobrança judicial dos honorários, o valor gasto pelo advogado variava de R\$ 270 a R\$ 400.

6.10 POSTOS AVANÇADOS DO INSS

A pandemia provou que muitos procedimentos do cotidiano poderiam ser transferidos para o ambiente virtual sem perdas. Há questões, no entanto, que ainda exigem o contato interpessoal, em conversa direta e, sempre que possível, olho no olho, para resolver problemas e, principalmente, honrar direitos da cidadania. É por isso que, mesmo durante a crise sanitária, a OAB/RS não reduziu a articulação para promover a abertura de Postos Avançados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Essas repartições de atendimento exclusivo são fundamentais para profissionais da advocacia encaminharem demandas de seus clientes em situações que não possam ser resolvidas por mecanismos digitais, INSS Digital ou Meu INSS.

Em razão de um intenso diálogo com a autarquia federal, a OAB/RS chegou a 2021 contabilizando 14 postos espalhados por todo o mapa do Rio Grande do Sul. Todas as nove gerências executivas do INSS contam com meios de atendimento presencial ou remoto para advogados e advogadas resolverem



Foto: Lucas Pfeuffer

problemas surgidos nas suas demandas administrativas previdenciárias. Há três modalidades de atendimento: presencial, por e-mail e telefônica. E os postos estão localizados em Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Vacaria, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Carazinho, Erechim, Pelotas, Rio Grande, Ijuí (guichê virtual), Santa Maria, Santa Cruz do Sul (guichê virtual) e Uruguaiana.

Ao fazer um balanço dessa conquista, o presidente da Comissão de Seguridade Social, Tiago Kidricki, lembrou que o desafio remonta ao início dos anos 1990, época em que foi impetrada a primeira ação da Ordem buscando o atendimento exclusivo da advocacia no INSS. “Nos últimos anos, negociamos, diretamente com a Superintendência Regional Sul, acordo que garantisse mais do que somente o atendimento presencial na capital e por e-mail para o interior. Costuramos um acordo que descentralizou o atendimento e nos permitiu construir, em cada uma das gerências executivas, planos de trabalho específicos e um grande número de pontos de atendimento para a advocacia”, sublinhou ele, lembrando que o foco agora está em ampliar o atendimento a localidades que estão distantes dos postos já instalados.



RIO GRANDE DO SUL GESTÃO 2016/21

6.11 A MARCA MAIS LEMBRADA

A OAB/RS está na cabeça das pessoas, e não apenas entre advogados e advogadas. No atual mandato, desde 2016, é presença constante na pesquisa Marcas de Quem Decide, feita pelo Jornal do Comércio, em parceria com a Qualidata. Tradicional levantamento no Estado, com mais de duas décadas de atuação, o Marcas de Quem Decide ouve gestores e executivos de organizações, profissionais liberais e formadores de opinião em mais de 40 municípios com maior participação na economia regional. Da consulta, são extraídas as marcas preferidas e mais lembradas em 100 setores.

Em 2016, a OAB/RS foi agraciada em uma categoria de estreia na sondagem, a de Entidade Jurídica. Para a Ordem, o reconhecimento é demonstração da credibilidade de uma instituição comprometida com a cidadania e com a defesa do Estado Democrático de Direito. “Os cidadãos sabem que as nossas ações vão muito além da classe. O resultado dessa pesquisa também é fruto da atuação séria dos 100 mil advogados do Rio Grande do Sul”, disse Ricardo Breier à época.

Em 2017, a OAB/RS apareceu novamente à frente na categoria

Entidade Jurídica e também se destacou como Conselho Profissional, ficando em primeiro lugar na preferência. No ano seguinte, a dobradinha se repetiu. “A população enxerga a Ordem como uma entidade séria, com credibilidade e comprometida com os anseios sociais”, destacou Breier, que recebeu os certificados ao lado do então presidente da OAB Nacional, Claudio Lamachia.

Em 2019, a OAB/RS foi a Entidade Jurídica preferida dos gaúchos e também a mais lembrada. Na categoria Conselho Profissional, a entidade conquistou o segundo lugar no levantamento. No ano seguinte, a Ordem retomou a dianteira como Conselho Profissional. “Esse prêmio é o reflexo de que a sociedade enxerga, em nossa instituição, a força necessária para dar voz àqueles que são silenciados, impedidos de terem seus direitos garantidos constitucionalmente”, afirmou Breier. Em 2021, a OAB/RS foi reconhecida como a Entidade Jurídica preferida e destaque como Conselho Profissional.



Foto: Lucas Pfeuffer

6.12 BLITZ CONTRA A PUBLICIDADE IRREGULAR

O combate à publicidade irregular foi uma das ações que nortearam a gestão da Ordem. Ainda em 2017, a OAB/RS publicou um termo de ajustamento de conduta (TAC) com as diretrizes sobre o tema. Para instruir os advogados quanto aos limites da publicidade no exercício da profissão, a Comissão de Fiscalização do Exercício Profissional da Ordem, em parceria com a Escola Superior de Advocacia, promoveu cursos e treinamentos. Nas capacitações, foram abordados temas como permissões e vedações na publicidade e fiscalização na atuação profissional, além do Código de Ética da OAB.

6.13 ATUAÇÃO A FAVOR DA QUALIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

A OAB/RS preza pela excelência do ensino ofertada aos estudantes e futuros profissionais. Dessa forma, acompanha a política do Ministério da Educação em relação à qualidade de ensino, a necessidade social e a estrutura mínima para receber os prováveis discentes de novos cursos. As análises precisam levar em conta também a capacidade do mercado para recepcionar os alunos nas atividades de práticas jurídicas. Entre as demandas levadas pela classe ao MEC, estão o pedido de adoção de política pública de fiscalização dos cursos existentes e a restrição de novas ofertas, até que se realize mapeamento com a adequação obrigatória daqueles que não se enquadram nos padrões de excelência exigidos pela sociedade brasileira.

6.14 CAA/RS: UM OLHAR À SAÚDE E AO BEM-ESTAR

A Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/RS) atua pela ampliação dos benefícios e na defesa dos advogados, focada na saúde e no bem-estar dos profissionais e dos seus familiares.

Entre os seus benefícios, destacam-se os auxílios cirúrgico hospitalar, funeral, maternidade, solidário, oncológico, inclusão, proteção, superação e natalidade. Também é relevante destacar as parcerias da CAA/RS com empresas e profissionais que resultam em descontos na aquisição de produtos e serviços. São diversas opções com preços e condições exclusivas para os advogados e seus dependentes, que podem ser localizadas e identificadas pelo site ou pelo aplicativo da CAA/RS. São dentistas, farmácias, fisioterapeutas, funerárias, gráficas, hospitais, empresas de informática, laboratórios, livrarias, nutricionistas, médicos, oficinas mecânicas, psicólogos, entre outros.

6.15 PREVIDÊNCIA PARA ADVOCACIA

Instituído pela Ordem e pela Caixa de Assistência dos Advogados, o OABPrev-RS completou, em 2021, 15 anos de fundação, com um histórico de desempenho positivo. São 8,1 mil participantes e um patrimônio líquido de R\$ 140,8 milhões. O sistema disponibiliza planos de previdência para aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e pensão por morte. Devido ao cenário econômico imposto pela pandemia, a OAB/RS ofereceu a suspensão dos pagamentos ao OABPrev-RS entre os meses de abril a dezembro. Entre os benefícios da adesão, ao longo dos 15 anos, a rentabilidade do plano alcançou 266,21%, índice superior ao da poupança, de 156,98%, e ao da Ibovespa, de 217,19%.

6.16 COOPERATIVA DE CRÉDITO DA ADVOCACIA

A Cooperativa de Crédito dos Advogados (COOABCred/RS) é uma instituição financeira criada exclusivamente para o atendimento dos advogados e advogadas do Estado. Fundada em 2014, a

instituição faz parte da OAB/RS. Desde o início da pandemia, a cooperativa atuou fortemente para atender as demandas. Entre as ações de enfrentamento à crise sanitária, destacam-se o lançamento de linha emergencial com taxa e prazos diferenciados, a consultoria financeira, que procurou auxiliar os associados a fazerem comparativos e a buscarem os menores juros, tendo, consequentemente, o menor custo financeiro, e a liberação de recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

6.17 OBSERVATÓRIO LEGISLATIVO

Com a função de atuar como uma lupa na defesa da advocacia e da cidadania, o Observatório Legislativo da OAB/RS foi lançado no dia 22 de abril de 2019. O objetivo do projeto é colaborar com a construção de legislações nos municípios e no Estado, avaliando o impacto das normas na sociedade. O Observatório é um espaço para acolher dúvidas e questionamentos, envolvendo a criação de novas leis, bem como a constitucionalidade e a legalidade dos projetos.

“A minha missão institucional é a de capacitar toda a advocacia gaúcha a operar no eproc na Justiça Estadual. Não há limites para aprender e trabalhar com o processo eletrônico”

RICARDO BREIER

6.18 ELEIÇÃO, SUCESSÃO E DESPEDIDA

Após meses de preparo, no final de 2021, a OAB/RS inovou mais uma vez, realizando uma eleição de forma on-line. Enquanto no país a votação eletrônica era colocada em dúvida em embates políticos e pouco técnicos, a Ordem apostou em um sistema inédito de votação na instituição e colheu, dos associados, plena confiança. O processo obteve o maior índice de comparecimento da história da OAB/RS: 48.198 advogados e advogadas participaram da votação virtual em novembro, representando 86,62% do total de eleitores aptos.

Além de demonstrar apreço pela democracia e investimento em forma moderna, transparente, ágil e segura de sufrágio, a eleição da Ordem representou também economia à entidade. "O gasto com uma eleição 100% presencial representaria até R\$ 1,2 milhão. Com esse novo formato, conseguimos economizar grande parte desse orçamento e os gastos foram de menos de R\$ 300 mil", afirmou o presidente da OAB/RS, Ricardo Breier.

Para Breier, o processo também foi o coroamento de seis anos de gestão. As urnas deram vitória ao projeto de sucessão, indicação clara de que o caminho que começou a ser trilhado em 2016, com inúmeros percalços, era o correto. A disputa foi vencida por Leonardo Lamachia, que havia recebido apoio de Breier. Lamachia conquistou 29.502 votos. Os brancos somaram 2.645 votos, e nulos, 1.958.

No dia 3 de janeiro de 2022, Lamachia recebeu o comando da Ordem das mãos de Breier, que se tornou conselheiro federal da entidade, onde assumiu a Presidência Nacional da Comissão de Prerrogativas e Valorização da Advocacia. Em 16 de fevereiro, ambos estiveram novamente juntos no ato solene realizado no Teatro Dante Barone, da Assembleia Legislativa. Na cerimônia, Breier se despediu do cargo: "Neste momento, vem a emoção, passa um filme na nossa cabeça e, acima de tudo, a esperança se renova com aqueles que aqui assumem a diretoria da OAB".





7

**LINHA DO TEMPO
OAB/RS
2016 -2021**

2016

Janeiro

Posse de Ricardo Breier na presidência da OAB/RS. A advocacia, o advogado e a cidadania formaram os três pilares principais da nova gestão.

OAB/RS reforça campanha pela aplicação da lei da presença obrigatória do advogado em todas as fases do inquérito policial como forma de resguardar os direitos dos cidadãos.

Dado o início à Caravana das Prerrogativas, projeto que percorreu as 106 subseções e avançou no combate a qualquer ato impeditivo ao livre exercício da advocacia.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, envia parecer ao STF considerando “imoral” a aposentadoria especial dos deputados gaúchos, criada em 2014, mantendo o questionamento da OAB/RS sobre o tema.

Março

Posse solene da diretoria da OAB/RS para o triênio 2016/2018, que lotou o Teatro do Bourbon Country, em Porto Alegre.

OAB/RS se manifesta favorável ao encaminhamento de pedido de impeachment da então presidente da República, Dilma Rousseff, posição majoritária na Ordem nacional. A solicitação é protocolada na Câmara dos Deputados.

A OAB/RS passa a integrar, com a OAB Nacional e mais de 100 entidades da sociedade civil, um movimento nacional contra a volta da CPMF, batizada de “Agora Chega de Carga Tributária”.

Abril

O governo estadual, após crítica da OAB/RS, desiste de ceder policiais militares para atuar nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Maio

OAB/RS passa a capitanear movimento de cobrança de ações do governo estadual contra a crise na segurança pública. Em artigo na imprensa, a entidade afirma “Insegurança: a sociedade cansou”.

Em Canoas, é inaugurada a sala dos advogados na 2ª Delegacia da Polícia Civil, espaço destinado a peticionamento e atendimento de clientes e familiares dos presos, com comodidade e estrutura adequada.

Advogados e estagiários contam com a nova sede da OAB Serviços, no 2º andar do OAB Trend Center, na Capital.

Realizado o I Congresso Internacional da ESA: a advocacia e o novo Código de Processo Civil.

Junho

OAB/RS e Associação Riograndense de Imprensa (ARI) criam o Comitê em defesa da liberdade de expressão da imprensa.

Inaugurado o novo prédio da subseção de Três de Maio.

Lançada a cartilha com informações sobre os direitos e deveres éticos dos funcionários da OAB/RS.

Instalada a Comissão de Prevenção à Corrupção, grupo voltado a monitorar projetos de lei e iniciativas de prevenção à corrupção, subsidiar a tomada de posição da OAB/RS acerca do tema e a propor iniciativas.

Julho

Lançados o Observatório do Novo Código de Processo Civil e o Observatório sobre a reforma do Processo Penal.

Agosto

Realizada vistoria no Instituto Psiquiátrico Forense, ação que visa garantir os direitos fundamentais dos cidadãos e avaliar as condições dos presídios.

Lançado aplicativo de combate ao caixa 2 para incentivar a população a atuar como fiscalizadora do processo eleitoral, a denunciar possíveis irregularidades e a votar de forma consciente.

Setembro

Visita do então ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, à OAB/RS.

Comissão de Direitos Humanos da OAB/RS inspeciona a situação dos presos provisórios que permaneciam no Palácio da Polícia, em Porto Alegre, com falta de condições básicas.

Outubro

OAB/RS defende a criação de uma CPI na Assembleia Legislativa para apurar a atuação do Palácio Piratini diante da onda de criminalidade.

Realizado o I Encontro Nacional sobre o Novo CPC, em Gramado, promovido pela Escola Nacional de Advocacia (ENA) e pela Escola Superior de Advocacia da OAB-RS (ESA-RS).

Realizada, pela Comissão da Mulher Advogada da OAB/RS, a I Conferência Estadual de Valorização da Mulher Advogada, em Bento Gonçalves.

Novembro

Realizado o I Congresso de Prevenção à Corrupção, que tratou da Lei Anticorrupção e do projeto de dez medidas do Ministério Público Federal.

Dezembro

OAB/RS realiza o 1º Encontro Gaúcho pela Segurança Pública, em busca da construção de um pacto pela paz no Estado.

2017

Janeiro

OAB/RS, após rodadas de conversas com advogados, constata necessidade de melhorias no processo eletrônico e sugere ao Judiciário a busca de aprimoramento ao sistema.

Fevereiro

OAB/RS cobra política pública contra superlotação no sistema prisional e critica a condição de detidos algemados em corrimão de pavilhão da Brigada Militar a espera de vaga em cadeia.

Apresentado o Plano de Valorização da Advocacia, ação da seccional focada na intensificação de trabalhos na área das prerrogativas, no combate à publicidade irregular, no respeito aos honorários e na aproximação com a classe.

Abril

Lançada a primeira Revista Digital OAB/RS.

Maiο

OAB/RS defende, no Conselho Federal da Ordem, a abertura de impeachment do então presidente da República, Michel Temer, posição majoritária na Ordem nacional.

Enquete do Plano de Valorização da Advocacia permite aos profissionais gaúchos avaliar as Varas de todo o Rio Grande do Sul, levando em consideração as esferas estadual, federal e trabalhista.

Reinauguradas as salas da OAB na Justiça do Trabalho e no Foro Central I, na Capital, e a sede da Ordem em Itaqui.

Agosto

Em artigo, OAB/RS lamenta o fato de a Câmara dos Deputados não ter dado sequência a pedido de investigação de acusações contra o então presidente da República, Michel Temer.

Firmado acordo de cooperação institucional entre a Polícia Civil e a OAB/RS, com formação de comissão mista voltada a garantir o aperfeiçoamento da atuação operacional na tramitação de inquéritos e a tratar de assuntos administrativos e questões vinculadas à advocacia, facilitando o exercício profissional nas delegacias de polícia.

Por ação da OAB/RS, a Justiça Federal concede liminar suspendendo o aumento dos combustíveis no Rio Grande do Sul.

Setembro

Realizada a VIII Conferência Estadual da Advocacia, no Centro de Eventos do Plaza São Rafael, em Porto Alegre.

Outubro

Diante de novo episódio de presos detidos em delegacias de polícia sem estrutura e segurança adequadas, a OAB-RS volta a alertar o governo do Estado do “retrocesso” e do perigo desse cenário.

Advogados gaúchos se tornam, pela Lei Estadual 15.016/2017, isentos do pagamento de custas nos processos de execução de honorários contratuais e sucumbenciais.

Dezembro

OAB/RS comemora o resultado positivo de sua atuação contra projeto de lei da Capital que aumentava a carga tributária para os escritórios de advocacia, texto rejeitado pela Câmara Municipal.

Assinado com a Secretaria Estadual da Educação termo de cooperação para viabilizar o projeto OAB Vai à Escola, iniciativa que visava levar debates de interesse social à rede educacional do Estado.

2018

Fevereiro

Comissão da Mulher Advogada da OAB/RS lança a campanha #EuTambém, para fortalecer o trabalho de conscientização, transmitir informações sobre direitos e estimular denúncias de assédio contra mulheres.

Março

OAB/RS, diante de episódio de uso indevido do Sistema de Consultas Integradas da Secretaria da Segurança Pública (SSP) do Estado, cobra mais rigor no controle do acesso ao programa que guarda informações sigilosas de cidadãos.

Maio

É inaugurada a nova sede da Escola Superior de Advocacia (ESA). Batizada de OAB-RS Cubo, tem o conceito de incubadora educacional.

Agosto

Lançada a campanha Voto Consciente no Theatro São Pedro, tendo entre suas principais bandeiras o combate às fake news.

Novembro

Reeleição de Ricardo Breier para o comando da OAB/RS, com mais de 70% dos votos válidos, para o triênio 2019/2021.

2019

Janeiro

Ricardo Breier toma posse para o novo mandato. Também foram empossados o vice-presidente, Jorge Luiz Dias Fara, a secretária-geral, Regina Adylles Endler Guimarães, a secretária-geral adjunta, Fabiana Azevedo da Cunha Barth, e o tesoureiro, André Luis Sonntag.

Fevereiro

OAB/RS se posiciona criticamente a uma carta do Ministério da Educação a escolas de todo o país instruindo os colégios e alunos a “saudar o Brasil dos novos tempos” e a reproduzir o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro.

OAB/RS dá largada a série de encontros e audiências pelo Estado a respeito da Reforma da Previdência apresentado pelo governo federal na forma de Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Abril

A Escola Superior de Advocacia da OAB/RS (ESA/RS) realiza o III Congresso Internacional da ESA: Inteligência Artificial, Advocacia e Processo, com o objetivo de discutir o futuro e os reflexos da inteligência artificial na área jurídica.

Maio

OAB/RS apoia a campanha “1 segundo contra a violência – Você decide se ela avança”, da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (Agert).

Julho

OAB/RS lança nota em defesa do presidente nacional da Ordem, Felipe Santa Cruz, em razão dos ataques feitos pelo presidente Jair Bolsonaro.

Setembro

OAB-RS promove audiência pública para debater as eleições dos 2,6 mil integrantes dos 526 Conselhos Tutelares do RS, no auditório da OAB-RS Cubo.

OAB-RS ingressa com ação direta de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça contra a lei municipal que alterou a legislação do IPTU em Porto Alegre.

Dezembro

Assinado pela OAB/RS convênio de adoção do Largo dos Açorianos, local histórico e cartão-postal da Capital.

2020

Janeiro

Entra em vigor a Lei federal 13.869, que criminaliza a violação das prerrogativas. A norma nasceu de um projeto da OAB/RS e foi encampada pela OAB Nacional.

Fevereiro

Lançada a carteira profissional digital. O aplicativo Documento Digital OAB pode ser baixado gratuitamente nos celulares, com teor igual ao da carteira física.

Março

Aprovada a criação do Dia Estadual de Defesa das Prerrogativas da Advocacia, celebrado em 12 de dezembro, data escolhida em homenagem ao advogado Itomar Espíndola Dória, assassinado no exercício profissional em seu escritório em Taquari.

Em razão da pandemia, são suspensas as atividades presenciais na sede da OAB/RS, mantendo a prestação dos serviços por meio de teletrabalho.

A Escola Superior da Advocacia, no intuito de oferecer à advocacia uma possibilidade para seguir estudando a distância, disponibiliza série de cursos gratuitos, como o de aperfeiçoamento em recuperação judicial de empresas.

Abril

OAB/RS integra grupo de monitoramento das ações de prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia de coronavírus no sistema prisional, colegiado criado por decreto estadual.

OAB/RS lança nota para expressar preocupação com o esclarecimento de declarações do ex-juiz Sergio Moro, que, ao deixar o Ministério da Justiça, lançou suspeitas de interferência política do Palácio do Planalto na Polícia Federal.

Primeira cerimônia de entrega de credenciais de novos advogados na história da Ordem em um ambiente totalmente virtual.

OAB/RS pede ao CNJ que seja dada autonomia aos Tribunais de Justiça estaduais na definição da volta gradual aos locais

físicos de trabalho para permitir o retorno gradativo dos prazos.

Maio

O Comitê de Crise Covid-19, formado pelas diretorias da OAB/RS e da CAA/RS, decide incluir seis novos benefícios para a advocacia gaúcha. São criados os auxílios Oncológico, Inclusão, Proteção, Solidário, Superação e Maternidade.

Junho

CNJ concorda com pedido da OAB/RS pela autonomia dos tribunais para decidir sobre o retorno dos trabalhos forenses. O Judiciário do RS passa a planejar a retomada e gradual das atividades presenciais.

Agosto

Sancionada a legislação que permite o ingresso da advocacia no IPE Saúde.

Lançada oficialmente a Escola de Prerrogativas, com objetivo de capacitar profissionais da classe por meio de atividades práticas e teóricas atualizadas.

Realizada a IX Conferência Estadual da Advocacia, uma programação de três dias, para 6 mil inscritos, com 18 painéis que contaram com participantes como o ministro do STF Luís Roberto Barroso e o palestrante Clóvis de Barros Filho.

Outubro

Relançada a campanha Vote Consciente, com foco nas eleições municipais e destinada a esclarecer a população sobre as funções de prefeito e vereador, como identificar fake news, os cuidados na hora do voto e a relevância de haver representantes qualificados no comando dos municípios.

Novembro

Realizado o II OAB Digital Summit, evento on-line de dois dias, focado no debate sobre tecnologia para o meio jurídico.

Dezembro

OAB/RS celebra a regulamentação do serviço da advocacia dativa, regramento construído a partir do diálogo entre Ordem, Procuradoria-Geral do Estado e Defensoria Pública.

2021

Janeiro

Renovado o convênio de adoção do Largo dos Açorianos.

Março

Contra a criação de privilégios, a OAB-RS emite nota condenando a criação de auxílio-saúde (reembolso em dinheiro por pagamento de plano de saúde privado) para integrantes de Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública.

Abril

OAB/Rs envia pedido de providências ao Conselho Nacional de Justiça pela reabertura dos fóruns e consequente retomada da tramitação dos processos físicos.

Julho

Assinado o convênio que marca o início da habilitação ao ingresso de profissionais da advocacia no IPE Saúde, tornando a OAB-RS a primeira entidade de classe ter adesão ao Plano de Assistência Médica às Entidades de Registro Profissional (Pamerp).

Agosto

Inaugurada a Sala dos Andradas, espaço de coworking, no Centro de Porto Alegre.

Inaugurada a nova sede da subseção de Canoas.

Realizada a Conferência da Jovem Advocacia, organizada pela Comissão do Jovem Advogado, em parceria com a Escola Superior da Advocacia (ESA/RS).

Setembro

Lançado o Portal das Eleições 2021, marco de uma iniciativa inédita e pioneira na Ordem, o pleito realizado de forma on-line.

Outubro

Ricardo Breier e homenageado com Láurea de Mérito da Associação Brasileira de Advogados (ABA).

Realizada, pela primeira vez após quase dois anos, reunião presencial do Órgão Especial da OAB/RS.

Novembro

Eleições on-line da OAB/RS registram maior índice de participação da advocacia gaúcha na história

Na maior votação da história da OAB/RS, Leonardo Lamachia é eleito presidente

Novo site e aplicativo da OAB/RS modernizam integração com a advocacia

Dezembro

Marcada por homenagens, Breier realiza última sessão do Conselho Pleno da OAB/RS

OAB/RS lança cadastro de interesse para o IPE Saúde - última etapa necessária para firmar o convênio



**RIO GRANDE DO SUL
GESTÃO 2016/21**



RIO GRANDE DO SUL



**RIO GRANDE DO SUL
GESTÃO 2016/21**